



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

KLEBER DA SILVA TAVARES

**A ÉTICA CASTRENSE E A INTERVENÇÃO MILITAR
COMO RECURSO DE MANUTENÇÃO
DA ORDEM INSTITUCIONAL**

VITÓRIA
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KLEBER DA SILVA TAVARES

**A ÉTICA CASTRENSE E A INTERVENÇÃO MILITAR
COMO RECURSO DE MANUTENÇÃO
DA ORDEM INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Vinícius da Costa Mendonça.

VITÓRIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

T231e Tavares, Kleber da Silva, 1964-
A ética castrense e a intervenção militar como recurso de
manutenção da ordem institucional / Kleber da Silva Tavares. –
2009.
154 f.: il.

Orientador: Carlos Vinicius da Costa Mendonça.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Militares. 2. Ética. 3. Ética militar. 4. Forças armadas -
Atividades políticas. 5. Brasil - História - Revolução, 1964. 6.
Brasil - Política e governo - 1964-1985. I. Mendonça, Carlos
Vinicius da Costa. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

KLEBER DA SILVA TAVARES

**A ÉTICA CASTRENSE E A INTERVENÇÃO MILITAR
COMO RECURSO DE MANUTENÇÃO
DA ORDEM INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Vinicius da Costa Mendonça
Orientador

Prof^a. Dr^a. Adriana Pereira Campos
UFES

Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
UFES

Prof. Dr. José Miguel de Souza Lopes
UFMG

A Deus, em quem, a despeito do conhecimento humano, creio mais a cada dia;
À Minha mãe e a meu pai, pelo exemplo deixado;
À Márcia, à Mayara, e ao Paulo: a primeira eu escolhi, os dois outros nos foram confiados pelo amor.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Doutor Carlos Vinicius da Costa Mendonça, não somente por se dispor a dividir comigo parte de seu valioso conhecimento, que foi imprescindível para a elaboração desse trabalho, mas também pela maneira sempre cordial e extremamente acolhedora com que sempre me recebeu em seu gabinete. Nossas conversas sempre extrapolaram o tempo previsto, sentirei falta daqueles momentos, mas levarei comigo a honra tê-lo como orientador desta pesquisa.

À Professora Doutora Adriana Pereira Campos, Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História, pela forma sempre sincera, respeitosa e alegre com que a vi tratar todos os alunos do mestrado. Agradeço também pela honra de ter aceitado, em duas oportunidades, compor a banca que me avaliou.

À Professora Doutora Márcia Barros Ferreira Rodrigues, a quem tive o privilégio de assistir ministrando uma das disciplinas do programa, e também em duas das bancas pelas quais passei. Sua maneira singular de ler, até o que aparentemente não está escrito, me ensinou a olhar os textos com muito mais atenção.

Ao Professor Doutor Valter Pires Pereira, pelas boas e sábias conversas; mesmo aquelas que ocorreram na informalidade, pelos corredores ou no pátio da universidade, me foram preciosas. A todos os demais professores do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, com quem tive o privilégio de conviver: Professora Doutora Nara Saletto da Costa; Professora Doutora Maria Beatriz Nader; Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco e Professor Doutor Michael Alain Soubbotnik. Cada qual, em sua especialidade, deixou em minha formação, a marca que o tempo não apagará.

À Secretária do Programa, Ivana Ferreira Lorenzoni, pela forma sempre pronta e gentil com que sempre se portou nas muitas vezes que precisei de seu trabalho.

À Sandra D'Alessandri, pelo meticuloso trabalho de correção textual e formatação desta pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, em especial ao Jefferson Nogueira, com quem venho nos últimos anos dividindo as dificuldades e as vitórias da vida acadêmica.

Ao Capitão QCO Francisco José Corrêa Martins e ao Sargento Fernando da Silva Rodrigues (Doutores em História), integrantes do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, pelas valiosíssimas orientações que me passaram quando das minhas idas àquele Arquivo. Sempre solícitos, me atenderam com muita competência, disponibilizando os documentos que precisei para as consultas.

Aos meus colegas, sargentos do 38º BI, pela consideração com que sempre se manifestaram em relação a meu trabalho de pesquisa.

Ao Ex Capitão Wagner Campos do Rosário, hoje Analista de Finanças e Sistemas (CGU), com quem aprendi que a camaradagem, a amizade, a paciência com o subordinado não retiram a força do chefe, mas, pelo contrário, fortalecem a liderança. Por acreditar no meu trabalho, pelo respeito com que sempre me tratou. Isso também me possibilitou chegar até aqui.

Às minhas duas famílias:

A primeira, que ficou em São Paulo. Além de minha mãe, Eva da Silva Tavares, e meu pai José Aparecido Tavares, os meus irmãos: Sandra, Dagmar, Edvaldo, Sara e William;

À segunda, que me acolheu. Falo dos pais de Márcia, Edmundo Alves de Oliveira e Ozielita Peclat de Oliveira, que me receberam como se filho fosse; e os irmãos: Eliane, Adriana e Samuel que também são partes desse momento.

À minha esposa Márcia Peclat de Oliveira Tavares, que soube compreender o tempo que tive que dedicar a esta pesquisa, e a meus filhos Mayara e Paulo Vitor, que de bem perto viram a minha angústia e dividiram as minhas dificuldades. A estes três deixo os possíveis louros dessa vitória.

“Haverá quem censure e critique por impertinente, em um discurso desta natureza, apontar os erros contidos em palavras e nomes aceitos no mundo; parece-me, todavia, que será oportuno apresentar novos termos, uma vez que os antigos tornaram-se susceptíveis de induzir os homens ao erro”.

John Locke

“A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou”.

Eric Hobsbawm

RESUMO

A efetiva participação dos militares na história política do Brasil e seu caráter intervencionista vem sendo estudada em suas diferentes possibilidades, sejam econômicas, ideológicas ou políticas. O resultado tem sido enriquecedor para a historiografia referente ao tema. Muito embora não se desconsiderem outras explicações e nem se pretenda substituir as bem fundamentadas hipóteses já apresentadas, a presente pesquisa sugere a existência de uma lacuna e aponta para um olhar que privilegie entender as constantes intervenções militares na vida política brasileira, em especial o caso de 1964, também sob a perspectiva de uma ação movida por uma ética. Assim, busca-se mostrar que é preciso olhar o fenômeno mencionado por um ângulo que contemple a existência de elementos valorativos que movem a ação interventora. A definição conceitual do termo ética castrense e o estudo dos elementos que a compõem são aqui abordados num prisma teórico weberiano. Contempla-se também, neste estudo, o culto a Caxias e aos patronos, como elementos simbólicos que foram estrategicamente elaborados como instrumentos pedagógicos a inculcar no homem de farda os valores que se pretendia. A opção de uma análise histórica da instituição militar, que vai de 1810, com a criação da Real Academia Militar, à intervenção de 1964, possibilitou abordar como os elementos da ética castrense foram sendo pausadamente incorporados ao longo dos anos. Isto nos fez ver que as causas da crise instalada no Brasil dos anos sessenta e a conseqüente deposição de Goulart pelas mãos dos militares não podem ser pensadas somente a partir de fatos imediatos, mas sim como resultado de uma ação social racional referente a valores, que só pode ser percebida em uma análise de maior duração.

Palavras-chaves: 1. Militares. 2. Ética. 3. Ética militar. 4. Forças armadas - Atividades políticas. 5. Brasil - História - Revolução, 1964. 6. Brasil - Política e governo - 1964-1985.

ABSTRACT

The effective military participation in the Brazilian political history and its interventionist nature has been studied in its different possibilities, economical, ideological or political. The result has been enriching to the historiography referred to the theme. Although other explanations are not disregarded and the intention is not to replace the already presented well structured hypothesis, the current research suggests the existence of a gap and indicates a glance that privileges to understand the constant military interventions in the Brazilian political life, specially the case of the year of 1964, also under the perspective of an action moved by an ethics. Thereby, it's intended to show that it is necessary to look at the mentioned phenomenon by an angle that contemplates the existence of evaluative elements which move the auditor action. The conceptual definition of the military ethics term and the study of its elements are approached in a Weber theoretical prism. It is also contemplated, in this study, the cult to Caxias and the patrons, as symbolic elements which were strategically elaborated as pedagogical instruments to show the man wearing uniform the intended values. The option of a historical analysis of the military institution, that goes from 1810, with the creation of the Real Military Academy, to the intervention of the year 1964, it made possible to demonstrate how the elements of military ethics had been gradually incorporated all over the years. This made us see that the causes of the crisis settled in Brazil in the sixties and the consequential Goulart's deposition by the hands of the militaries cannot be thought only from immediate facts, but as a result of a rational social action referred to values which only can be noticed in a longer analysis.

Keywords: Militaries, Ethics, Military Ethics, 1964 Coup, Military Intervention in Brazil.

LISTA DE SIGLAS

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas
AHEx - Arquivo Histórico do Exército
AMAN - Academia Militar de Agulhas Negras
Bibliex - Biblioteca do Exército
CcomSEx - Centro de Comunicação Social do Exército
CIE - Centro de Informação do Exército
CML - Comando Militar do Leste
DEP - Departamento de Ensino e Pesquisa
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
ECEME - Escola de Comando e Estado Maior
ECT - Empresa de Correios e Telégrafos
EME - Estado-Maior do Exército
EMR - Escola Militar de Realengo
ESG - Escola Superior de Guerra
FEB - Força Expedicionária Brasileira
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IME - Instituto Militar de Engenharia
LSN - Lei de Segurança Nacional
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OM - Organizações Militares
PCB - Partido Comunista do Brasil
PDC - Palácio Duque de Caxias
QG - Quartel General
RDE - Regulamento Disciplinar do Exército
RISG - Regulamento de Instrução e Serviços Gerais
RM - Região Militar
SNI - Serviço Nacional de Informação
TG - Tiros de Guerra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA.....	15
OUTRAS IMPLICAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	21
QUANTO ÀS FONTES.....	23
A DIVISÃO DOS CAPÍTULOS.....	24
CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	27
1.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL.....	27
1.1.1 Definição do conceito de ética.....	27
1.1.2 Definição da ética Castrense.....	43
1.2 DISCUSSÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
<i>PESQUISA</i>	DA
.....	44
CAPÍTULO II – A ÉTICA CASTRENSE E SUA CONSTRUÇÃO NA HISTÓRIA DO EXÉRCITO	50
2.1 MILITARES – CONSTRUTORES DO BRASIL.....	50
2.2 GUERRA DO PARAGUAI – VOLUNTARIADO E PATRIOTISMO.....	54
2.3 A REPÚBLICA DOS MILITARES.....	57
2.4 O PESADELO CHAMADO CANUDOS.....	62
2.5 OS JOVENS TURCOS.....	65
2.6 OS TENENTES DA DÉCADA DE VINTE.....	68
CAPÍTULO III – MITOS HERÓICOS E A PEDAGOGIA DO EXEMPLO NA CONSTRUÇÃO DA ÉTICA	84
3.1 OS SÍMBOLOS COMO INSTRUMENTOS CONSTRUTORES da ética.....	84
3.1.1 Caxias – O Patrono.....	88
3.1.1.1 O Palácio Duque de Caxias - um templo ao herói.....	91
3.1.1.2 O Pantheon de Caxias.....	92
3.1.2 O Duque na AMAN.....	95
3.1.2.1 O espadim de Caxias.....	96
3.1.2.2 Nas frases de efeito e nos gritos de guerra.....	97

3.1.3 O hino a Duque de Caxias.....	98
3.1.4 O culto a Caxias nos dias de hoje.....	101
CAPÍTULO IV – A MATERIALIZAÇÃO DA ÉTICA NO CASO DE 64.....	104
4.1 AS RAZÕES DA AÇÃO NA VOZ DOS MILITARES.....	107
4.1.1 Jango e a ameaça comunista.....	107
4.1.2 Jango: um político inapto à presidência.....	111
4.1.3 Intérpretes da vontade nacional.....	113
4.2 UMA AÇÃO DE BAIXO PARA CIMA.....	116
5. CONCLUSÃO.....	119
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXO A - TENENTES INTEGRANTES DA COLUNA PRESTES... 129	
ANEXO B - CLUBE 3 DE OUTUBRO..... 130	
ANEXO C - GETÚLIO VARGAS E GÓES MONTEIRO..... 135	
ANEXO D - MANIFESTO DOS CORONÉIS..... 136	
ANEXO E - ENTREGA DOS PERTENCES DE CAXIAS AO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO..... 142	
ANEXO F - PANTHEON DE CAXIAS..... 144	
ANEXO G - TRANSLADO DOS DESPOJOS DE CAXIAS..... 145	
ANEXO H - EXUMAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE CAXIAS.... 146	
ANEXO I - MISSA SOLENE..... 147	
ANEXO J - CHEGADA DOS DESPOJOS AO PANTHEON..... 148	
ANEXO K - INTERIOR DO PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS..... 149	
ANEXO L - REVOLUÇÃO DE 32..... 150	
ANEXO M - LEI Nº 785, DE 20 DE AGOSTO DE 1949..... 151	
ANEXO N - DEPOIMENTO DE CORDEIRO DE FARIAS..... 152	
ANEXO O - CARTA DO PROF. DR. PACHECO SILVA..... 154	

INTRODUÇÃO

Se em 1º de abril de 1964 a deposição de João Goulart chegou à sociedade civil brasileira em um relativo estado de surpresa, o mesmo não ocorreu no círculo militar, local em que a intervenção há muito já vinha sendo discutida, e sabia-se que mais cedo ou mais tarde ela aconteceria. As constantes reações de repúdio ao governo de Goulart são facilmente percebidas nos discursos proferidos por oficiais do Clube Militar¹ e nos documentos de circulação interna das instituições militares². As insatisfações eram as políticas econômicas adotadas pelo governo, e sua insistência em estreitar relações com países que tradicionalmente nunca estiveram ao lado do Brasil.

A visita de João Goulart à China comunista e suas repetidas manifestações de simpatia a países de ideologia de esquerda vinham incomodando profundamente os militares. A situação tornou-se insuportável quando o Presidente cedeu às pressões das praças³ e aceitou participar de um ato político organizado por suboficiais, sargentos, cabos da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Isto feria profundamente um dos pilares éticos de uma instituição edificada sobre uma

¹ O Clube Militar foi fundado em 26 de junho de 1887 e tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro. Em seu estatuto, define-se como uma entidade sem fins lucrativos que se destina, entre outras coisas, a estreitar os laços de união e de solidariedade entre os oficiais das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica); promover e incentivar manifestações cívicas e patrióticas, bem como estudo e discussão de assuntos nacionais de alta relevância; é um local de encontro de oficiais da ativa e da reserva e desenvolve atividades esportivas e sociais, porém ficou famoso por reunir oficiais em debates a respeito de problemas políticos brasileiros.

² Em Instrução Reservada, de 20 de março de 1964 (a 11 dias da ação militar que depôs Goulart), o General Castelo Branco, então Chefe do Estado-Maior do Ministério da Guerra, se dirigia aos chefes militares subordinados, alertando contra o perigo que o Brasil estava passando e anunciava que as Forças Armadas não ficariam omissas ante as ameaças. Dizia ele: “[...] A insurreição é um recurso legítimo de um povo. Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e Constituinte? Parece que ainda não. Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo gozar o poder? Para garantir a plenitude do agrupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos? Para submeter a Nação ao comunismo de Moscou? Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo. Não, as Forças Armadas não podem atrair o Brasil [...]” (ESTEVES, 1996, p. 388).

³ **Praças.** Na hierarquia militar, é como são chamados os militares que estão nas graduações de Soldado, Cabo, 3º, 2º, 1º Sargentos e Subtenente. Os 2º Tenentes, 1º Tenentes e Capitães são classificados como oficiais subalternos. Majores, Tenentes Coronéis e Coronéis são oficiais superiores. General de Brigada, General de Divisão e General de Exército estão no ciclo dos Oficiais Gerais.

base filosófica positivista. Tal ato soou aos ouvidos dos generais como uma ameaça à quebra total da disciplina e da hierarquia que tanto prezavam.

Outros acontecimentos envolvendo o governo, às vésperas da deposição, agitaram a caserna e corroboraram para que a intervenção, que já era dada como certa pelos militares, viesse a ocorrer de maneira repentina e antecipada, como no ocorrido em 27 de março, quando Aragão⁴ foi homenageado por sua recondução ao comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Tal fato ganhou repercussão no noticiário, por ter sido ele carregado nos ombros de marinheiros e fuzileiros navais que haviam participado da rebelião. Era inadmissível, dentro da ética militar, que as praças estivessem envolvidas em manifestações políticas e ainda contassem com o respaldo do poder maior do país.

A aproximação do executivo federal com o círculo hierárquico das praças das Forças Armadas não somente incomodava o oficialato, como também despertou a preocupação de outros setores conservadores da sociedade civil. Isto pode ser verificado na carta expedida pelo deputado Augusto Amaral Peixoto, que solicita junto à presidência da Assembléia Legislativa da Guanabara a solidariedade ao comando da Marinha de Guerra, que se viu impedido de agir com rigor contra os marinheiros que haviam realizado uma intensa manifestação durante a semana santa do ano de 1964. A inércia do Comando da Marinha, nesse caso, segundo diz o documento, se deu em face da presença

[...] de elementos do governo que confabulavam com os amotinados, fazendo-lhes promessas e aceitando as descabidas reclamações [...]. Para o deputado, que não se conformava com o posicionamento do executivo, as atitudes do governo ante a este acontecimento demonstravam que a oficialidade já não tinha mais condição de cumprir sua missão, pois, segundo afirmava [...], a Marinha foi entregue a forças que, há tempos, vem desenvolvendo processo de sovietação do país [...] (CARTA..., 2009).⁵

⁴ **Cândido da Costa Aragão** nasceu no dia 04 de setembro de 1907, em Paraíba (atual João Pessoa), filho de Manuel Virgílio Aragão e de Maria da Costa Aragão. Começou como soldado, depois de fazer alguns cursos e exercer alguns comandos, chegou a capitão-tenente em 1938. Comandante militar da Ilha de Trindade em 1944, em 1948 cursou a Escola de Guerra Naval. Devido a problemas disciplinares, foi reformado no posto de Capitão-de-corveta, em outubro de 1949. Permaneceu afastado da carreira militar até abril de 1955, quando retornou ao serviço ativo. Promovido a Vice-almirante em 1963, naquele mesmo ano assumiu o comando-geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Nesse cargo, teve destacada atuação nos acontecimentos que precederam a derrubada do presidente João Goulart (CÂNDIDO..., 2001).

⁵ As citações foram compiladas da Carta do deputado estadual Augusto do Amaral Peixoto ao presidente da Assembléia Legislativa do estado da Guanabara, de 31 de março de 1964.

DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Com a finalidade de entender quais os assuntos que mais despertaram o interesse dos pesquisadores no que se refere à presença dos militares como protagonistas dos acontecimentos políticos da década de sessenta apresentamos um levantamento bibliográfico, classificado a partir de uma divisão temática. Nessa divisão, não foi considerada a opção teórica das pesquisas e nenhuma diferença foi feita quanto à formação acadêmica dos autores. Assim, as análises quantificadas no Quadro 1, abaixo, são de historiadores, jornalistas, cientistas sociais, militares e militantes políticos, alguns que estiveram diretamente envolvidos com os acontecimentos estudados nesta dissertação.

ASSUNTOS		PESQUISAS			TOTAL	%
		L	A	D/T		
Militares no Exercício da Gestão Pública	Relação com Legislativo	21	16	5	244	28,84
	Relação com os Empresários	0	3	4		
	Propaganda Política do Governo	3	1	6		
	Política Externa	6	10	5		
	Teorização Estado e Sociedade	18	20	1		
	A Doutrina de Segurança	8	1	0		
	Cultura e Educação	47	26	33		
	Relação (ambígua) Igreja e Governo	39	12	05		
Os Militares e a Oposição ao Regime	Movimento estudantil	9	6	8	305	36,05
	Movimento Social do Campo	6	5	3		
	Movimento Operário e Social Urbano	14	18	27		
	Esquerda, Luta Armada e Resistência	55	19	20		
	Repressão, Censura Tortura, e Serviço de Informação	87	12	16		
Transição	Diretas já	2	1	0	71	8,39
	Congresso Nacional	21	16	5		
	Anistia	3	1	1		
	Exílio e Presos Políticos	15	4	2		
	Redemocratização	32	25	7		
Raízes de 64	(Tentativas de explicação da ação militar)	44	7	6	56	6,61
Memórias, Biografias e Depoimentos.	(Da situação; Oposição e outros contemporâneos)	34	1	0	35	4,13
Análises econômicas	(De antes e durante o regime militar)	33	33	28	94	11,11
Análises gerais	Pensamento militar, intervencionismo na América Latina; Dicionários do período, Análises regionais da ditadura, Descrições factuais, etc.	41	0	0	41	4,84

L – Livros; A – Artigos; D/T – Dissertações e teses.

Quadro 1 - Publicações científicas a respeito dos militares

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos números acima levantados, é possível, por uma análise qualitativa, identificar algumas questões interessantes a respeito da historiografia do período. Primeiramente, o fato de mais de um terço dos trabalhos apresentados terem se ocupado em verificar os movimentos de oposição ao regime, em especial aqueles assuntos que tratam das questões como repressão, censura, tortura e o contestado serviço de informação⁶. Isto permite concluir que o período foi muito mais lembrado pelo rigor da utilização do aparato repressivo do que por qualquer outra face do governo.

Sobre as análises econômicas, é perceptível que elas ganharam significativa atenção dos pesquisadores acadêmicos nas teses de doutorado e nas dissertações de mestrado. Essa opção, em parte, se deve ao fato do discutido “milagre econômico” ter aguçado o desejo dos economistas em ora mostrar a falácia de tal terminologia, e em outros momentos para se tentar explicar a intervenção militar por motivos de ordem econômica.

A relação igreja-governo é outro tema que merece ser destacado nessa análise, isto porque os títulos sugerem a existência de uma relação ambígua, se consideramos todo o período ditatorial. A ação militar, que a princípio tem o declarado apoio da igreja, por ver nela a possibilidade de resgate da moral cristã fortemente ameaçada pelos movimentos de liberdade que caracterizou os anos sessenta⁷, em outro momento os trabalhos analisados caminham no sentido de mostrar Igreja

⁶ Algumas obras a esse respeito: Rezende (2001); Gaspari (2000); Fon (1986).

⁷ A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi um movimento organizado no início de 1964, com a finalidade de sensibilizar a opinião pública contra as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo João Goulart. Congregou setores da classe média, temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República. Dissolveu-se pouco depois do movimento político-militar de 31 de março de 1964. Segundo seus articuladores, o movimento da Marcha da Família foi uma resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. O movimento consistiu numa série de manifestações, ou “marchas”, organizadas principalmente por setores do clero e por entidades femininas. A primeira dessas manifestações ocorreu em São Paulo, a 19 de março, tendo como principal articulador o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador Ademar de Barros, que se fez representar no trabalho de convocação por sua mulher, Leonor de Barros (MARCHA..., 2001).

comprometida na luta pela defesa dos direitos humanos, contra os abusos praticados nos porões da ditadura⁸.

Outra face também explorada, no que refere ao papel da igreja, diz respeito às atividades desenvolvidas nas comunidades eclesiais de base, em especial destacando a importância que, segundo os autores, elas tiveram no processo de conscientização política que levou à redemocratização do país⁹.

A respeito das razões que levaram os militares à intervenção, as mais comumente apontadas pela historiografia atribuem a intervenção à forte influência do imperialismo norte-americano sobre países latinos, a fim de garantir a plena expansão do sistema capitalista que vinha sendo ameaçado pela implantação de ideologias de esquerda em vários países ao redor do mundo.

As explicações a respeito do intervencionismo norte americano, no Brasil, ganharam bastante aceitação entre os especialistas, uma vez que, no período, vários países da América do Sul e Central também tiveram seus governos depostos pela ação de militares. Isto levou à fácil dedução de que os Estados Unidos da América eram quem orquestravam tais intervenções (PARKER, 1977).

Para o brasileiro Skidmore (1998, p. 20), os nacionalistas radicais¹⁰ defendiam que os EUA, usando de meios públicos e clandestinos, contribuíram significativamente para a deposição de Goulart, gerando muita especulação e debate em torno dessa temática. No entanto, para Skidmore, seus anos de pesquisa sobre o Brasil não revelaram tais hipóteses, embora diga que o governo americano acompanhou atentamente o caso brasileiro, o que, segundo ele, pode ser verificado em documentos que se encontram na Biblioteca Lyndon B. Johnson. No entanto, para Skidmore, não há evidências claras para se afirmar que os EUA foram aqueles que organizaram a ação de 64, como sugere Edmar Morel no livro “O golpe começou em Washington” (MOREL, 1965).

⁸ Para este tema, ver: Lepargneur (1977); Castro (1984).

⁹ A respeito da participação da igreja no processo de redemocratização, ver: Bruneau (1974); Mainwaring e Krischke (1986).

¹⁰ Skidmore se refere aos especialistas que estudaram o período e partiam da premissa da proteção do capital nacional sobre o capital estrangeiro.

A historiografia mais recente alerta que é preciso ter bastante cuidado ao atribuir exclusivamente a fatores econômicos a intervenção de 64. É preciso entender que, muito embora a elite econômica brasileira tenha se mostrado simpática à ação militar e os interesses econômicos tenham feito parte do contexto histórico, “[...] o golpe foi essencialmente militar e deu origem a um governo de regime militar [...]” (FICO, 2004, p. 16).

Outra razão que descaracteriza o determinismo econômico é que nenhuma medida econômica radical é tomada depois da ascensão dos militares ao poder. Ao fazermos um paralelo entre o caso brasileiro de 64 com o chileno de 71, veremos que o mesmo não se pode afirmar de Pinochet, que após a sua posse em La Moneda, abriu o país para implantação de uma política econômica liberal diferente daquela que era praticada pelo governo anterior. Isso permite dizer com mais precisão que havia interesses econômicos diretamente ligados à ação militar ali ocorrida.

Outras pesquisas localizaram suas lentes em mostrar a existência de uma pressão que a caserna teria sofrido de setores da sociedade civil brasileira que, aliada a interesses da comunidade econômica internacional (empresas multinacionais), encontrou na força militar o instrumento ideal para barrar as políticas retrógradas de Goulart e assim garantir a continuidade da implantação de empresas internacionais em território brasileiro. Esses especialistas deram bastante atenção ao papel da imprensa¹¹ e de segmentos diversos da sociedade civil, como: a igreja católica (ALVES, 1979; KRISCHKE, 1979; ALMEIDA, 1994), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras organizações.

As interpretações de linha teórica marxista também marcaram presença na historiografia do período. Umas utilizaram-se do modelo clássico do materialismo

¹¹ Numa pesquisa de mestrado, a autora Verônica Patrícia Aravena observa como a grande imprensa escrita do Brasil e do Chile se posicionou nos períodos de transição democrática. No Brasil, analisa os jornais O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, por terem concepções distintas de sociedade e Estado naquele momento. Trabalha as vinculações entre linguagem e ideologia ao assumir a notícia como um discurso jornalístico. Percebe as informações políticas da capa dos jornais como intimamente ligadas à crença do veículo na legitimidade da dominação exercida pelo Estado, o que o leva a aceitar e até a assumir os valores propostos pelo governo, ou a recusá-los. Para ver mais: Cortês (1994).

histórico, apresentando o golpe como resultado da imposição da classe dominante. Estes atribuem à “burguesia brasileira” o desfecho final de 31 de março. Outras se valeram dos pensamentos de Gramsci e apontaram a deposição como resultante da ascensão de um novo bloco histórico, em substituição ao decadente populismo do qual João Goulart representava o último dos românticos, vindo de um modelo político que não mais respondia às ansiedades da sociedade civil.¹²

O trabalho que mais se destacou em optar pela linha teórica Gramsciniana foi o de René Armand Dreifuss. Este afirma que, na impossibilidade de impor suas idéias ao país como um todo, o bloco histórico emergente entendeu que era preciso construir.

[...] uma ampla rede de apoio que o complexo IPE/IBAD conseguiu dentro das Forças Armadas e também militares da reserva. Alguns dos oficiais mais influentes eram Ipesianos e Ibadianos, e desempenharam um papel significativo na preparação e no movimento civil-militar que depôs João Goulart [...]. O complexo IPES/IBAD estava no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento. A elite orgânica, durante a presidência de João Goulart, havia ajudado a conduzir o Estado brasileiro para uma intervenção protobonapartista pelas Forças Armadas [...]. O complexo IPES/IBAD e os oficiais da ESG organizaram a tomada do aparelho do Estado e estabeleceram uma nova relação de forças políticas no poder [...] (DREIFUSS, 1998, p. 396 e 397).

O trabalho de Dreifuss se caracteriza pela riqueza de documentos analisados e pela coerência metodológica com que o texto é construído, sendo sua narrativa fiel, em todo tempo, à opção teórica da pesquisa. No entanto, o autor demonstra uma superestimação das organizações civis que fomentaram o golpe, em detrimento da independência intelectual dos militares.

Qualquer que seja a hipótese apresentada, todas caminham no sentido de explicar a intervenção militar a partir de fatores externos à caserna, não levando em conta a individualidade intelectual dos atores do processo. Os militares, em alguns casos mais extremos, são analisados como meros figurantes. Vistos como uma tropa que, a comando de outrem, parte para o cumprimento de uma cega missão. Poucos analistas, como Maria Helena Moreira Alves e Alfred Stepan, ocupam-se em

¹² Entre os autores cujos trabalhos tratam de relacionar a decadência do populismo em relação ao caso de 64, cita-se: Neves (1997); Singer (1997); Ianni (1971); Silveira (1997); Sader (1990); Toledo (1994).

apresentar aspectos da formação ideológica e intelectual dos generais de 64 (ALVES, 1994; STEPAN, 1975).

Em geral ocorre um total abandono ao estudo das motivações que alimentaram tais oficiais a intervir tão drasticamente na vida política brasileira. Longe de querer justificar a intervenção ou redigir uma dissertação de apologia, é preciso investigar as motivações da ação. Faz-se necessário entender como e quando elas foram processadas no interior da instituição militar. A intervenção militar de 64 não pode ser pensada apenas a partir de fatos imediatos; há uma construção que deve ser percebida na história da instituição.

Acontecimentos extracaserna, como a pressão internacional alavancada pela ideologia da guerra fria, os interesses norte-americanos para o golpe, o posicionamento de segmentos internos, como imprensa, igreja e outros setores da sociedade civil, não devem ser rejeitados, na tentativa de se explicar as razões para o caso de 64. Contudo, tais hipóteses estarão mais completas e próximas da realidade, se associadas a uma análise que penetre no seio na caserna, que esmiúce os valores que forjaram a identidade militar. E isso passa por uma interpretação que prioriza a investigação da existência de uma ética construída em anos de história e que é cultivada ao longo dos aproximadamente 35 anos de um militar de carreira na ativa. Valores que são sistematicamente trabalhados, desde o ingresso nas escolas de formação, ainda na juventude, passando pelas escolas de aperfeiçoamento e especializações. Conceitos que são alimentados por uma eficaz rede de comunicação, onde os livros e periódicos, editados pela Biblioteca do Exército (Bibliex), o culto aos heróis e a ativa política de preservação da memória (museus, bibliotecas, arquivos) exercem importante função de coesão ética.

Passadas algumas décadas, percebe-se que não é mais possível analisar as causas da intervenção militar de 64, somente a partir de fatores extracaserna. Agentes possuidores de uma tão consistente formação ética não iriam curvar-se ante as imposições externas, sem que seus próprios valores viessem à tona. O que se propõe neste trabalho é que, para essa compreensão, se faz necessário entender as motivações desses agentes, para então analisar com mais clareza as razões da intervenção.

OUTRAS IMPLICAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Ainda é bastante complicado escrever sobre militares no Brasil, sobretudo sobre militares das Forças Armadas. Especialistas já consagrados nessa temática deixam transparecer esta afirmação. Leonardo Trevisan¹³, em seu livro “O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro”, expressa que

[...] Tudo o que se fala ou que se publica sobre militares provoca, em grande parte das pessoas, a volta da velha idéia de que a força consegue tudo. Ora, se os militares são aqueles que detêm as armas, logo, são eles que possuem a força, o poder, a possibilidade de mudar as coisas, de fazer e desfazer. Daí uma certa atração pelo tema. Ao mesmo tempo, dá também a sensação de medo. Falar de militares logo traz à cabeça das pessoas, ou a idéia de secreto, ou a idéia de perigoso [...] (TREVISAN, 1985, p. 56).

Ao ver um trabalho cujo tema fale sobre militares, tem-se logo a idéia inicial de identificar se o autor está falando contra ou a favor deles, como se estivéssemos vivendo uma espécie de “guerra fria brasileira”. De um lado, estariam aqueles que entendem que os militares são os grandes responsáveis por tudo de ruim que ocorreu no Brasil nas últimas décadas e por isso defendem o total e completo desprezo sobre o que eles pensam. De outro lado, estariam os próprios militares que, após duas décadas e meia no silêncio, surgem das cinzas em meio às constantes denúncias de corrupção, para dizerem: - Estão vendo como estávamos certos?

¹³Leonardo Trevisan é professor e jornalista. Leciona na PUC/SP. Desde 1987, trabalha no jornal “O Estado de São Paulo”. É doutor em Ciências Políticas pela FFLCH da USP, título obtido em 1993, com pós-doutoramento na Universidade de Londres (set. 96/set. 98).

Há publicações recentes, dando voz a este tipo de “combate”.¹⁴ Mas esse não parece ser o caminho mais apropriado para uma análise que busque uma real compreensão do período estudado. É possível falar sobre militares, sem necessariamente estar fazendo apologia ao sistema. Trevisan, em obra já citada, afirma que muito desta “[...] mistura de Deus com bicho-papão, que caracteriza a imagem do militar atualmente no Brasil, tem um motivo [...]” (TREVISAN, 1985). Afinal, os militares,

[...] desde a revolução de 1964, ocuparam totalmente o poder político do País, não permitindo crítica a seus atos. O povo, então, começou a confundir poder político com uso da força. Não é mesmo assim? Pouco a pouco, começou a ficar ‘natural’, militares e governo parecerem a mesma coisa [...] (TREVISAN, 1985, p. 17).

Poderia se dizer que Trevisan, ao posicionar-se desta forma, o fez no momento em que a abertura política, que devolveu aos civis o comando da nação, estava ainda muito recente (seu livro foi escrito em 1985). Porém trabalhos mais novos apontam que esse “fantasma” ainda não foi extirpado totalmente.

Em uma nota de pesquisa de doutorado, Adriana Barreto¹⁵ fala de algumas dificuldades que passou em sua pesquisa, ao resolver dissertar a respeito da vida de Luiz Alves de Lima e Silva – O Duque de Caxias, sendo inúmeras vezes interpelada com a seguinte questão: – Por que Caxias? Exausta por sempre ter que justificar sua iniciativa, passou a responder com outra pergunta: – Porque não Caxias? Diz

¹⁴ 1) Do lado dos militares, se destacam trabalhos como o do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, “Rompendo o silêncio” (USTRA, 1987) e o PROJETO ORVIL (livro, escrito ao contrário). Esta obra inédita, de 996 páginas, foi produzida em 1988, por 30 oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE), a pedido do então ministro do Exército do Governo José Sarney, General Leônidas Pires Gonçalves. O trabalho propõe contar a versão dos militares sobre a luta armada promovida por organizações de esquerda, entre 1967 e 1974. O Gen. Leônidas resolveu não publicá-lo, mas por motivos que ainda se discute, o livro apareceu disponível na internet. O fato causou indignação dos petistas, por temerem que a imagem de políticos do partido, hoje no poder, seja afetada pelos acontecimentos que são narrados no livro.

2) Um dos maiores defensores da versão militar sobre 64 é Jarbas Passarinho, coronel da reserva, que, entre outros cargos que ocupou, foi governador do Pará, ministro de diversas pastas durante o regime militar e ainda senador da República. Chamado pelos historiadores gramscinianos de “o último dos intelectuais orgânicos”, defende com ardor o regime militar, dizendo que “[...] Já estão quase todos mortos os que fizemos o 31 de Março de 1964. Dentre os poucos sobreviventes – entre os quais me incluo –, há os que se batem contra a deformação da história. Batalha perdida, por enquanto, até que historiadores não escravos da ideologia possam ser fidedignos [...]”. Para ver mais: Passarinho (2002).

¹⁵ Adriana Barreto de Souza é Doutora em História Social – PPGHIS/ UFRJ – e Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Adriana: “[...] através das respostas, fui gradativamente percebendo o quanto a memória do general, que eu tentava olhar com certo distanciamento, ainda organizava identidades políticas [...]” (SOUZA, 2009).

José Murilo de Carvalho também chama atenção para o fato de que existe na comunidade acadêmica brasileira e latino-americana um veto aos estudos sobre militares. Para tanto, destaca três razões dessa rejeição: (1) A de natureza intelectual, devido à dificuldade de enquadrar os militares dentro dos esquemas tradicionais da ciência política; (2) A de natureza política, uma vez que qualquer estudioso dos militares, que não seja simplesmente um denunciador da tortura, torna-se suspeito de conivência ou de tolerância com as práticas subversivas; e, por último, (3) A de natureza social, sendo essa a resistência mais antiga, pois desde a burguesia agrária sempre houve um certo desprezo dos intelectuais pelos militares do exército, sendo considerados pessoas de classe social inferior e *a posteriori* veio a rivalidade política em torno do controle do Estado (CARVALHO, 2005 *passim*).

Carvalho diz que o resultado de todas essas resistências é a quase total ausência de pesquisas acadêmicas sobre militares. Alerta para a importância de se fazer estudos sobre a “família militar”, o cotidiano dos quartéis, a dimensão cultural, os valores e a mentalidade militar. Ou seja, ele propõe um olhar aos estudos feitos sobre ângulos sociológicos ainda pouco realizados.

Carvalho (2005) conclui, dizendo que os estudos atuais ainda apresentam avanços tímidos, mas que, se levados com mais afinco, poderiam, aos poucos, induzir à formação de civis, inclusive políticos capazes de discutir temas militares, o que possibilitaria se credenciarem a formular políticas alternativas àquelas defendidas pelos militares, ou de se convencerem a modificar seus modos de pensar.

QUANTO ÀS FONTES

A respeito das fontes utilizadas nesta pesquisa, devo dizer que elas são, em sua maioria, de natureza militar, e têm como base as publicações da Bibliex¹⁶ e de outras editoras ligadas às Forças Armadas. Entre os periódicos consultados, estão: (1) A Revista Defesa Nacional; (2) A Revista Nação Armada; (3) A Revista do Clube Militar; e (4) O Noticiário do Exército¹⁷.

Não consiste tarefa fácil extrair de um periódico militar o que seu autor de fato pensa e o que ele escreve, isto porque a sua liberdade está sempre condicionada a valores maiores que foram trabalhados em sua formação. O respeito à disciplina e à hierarquia inibe o militar de dizer tudo o que quer. Por isso mesmo a decisão de não se prender a um único periódico, pois a coleta de informações se dá de maneira lenta, em face dos motivos já expostos.

As publicações da Bibliex, que exaustivamente são exploradas neste trabalho, são tratadas como fontes de interpretação de discurso e não como fontes bibliográficas de narrativas históricas. Assim, recorrer àqueles trabalhos é estar percebendo o que pensam os militares e quais as idéias que objetivam passar a seus leitores. Como exemplo: ao mencionar a Guerra do Paraguai, não interessou saber quantas foram e quando se deram as vitórias de Caxias, mas quais os valores que o escritor queria passar a respeito de Caxias ao narrar aqueles acontecimentos. Dentre as publicações, foi de muita importância para a análise aqui apresentada a coletânea

¹⁶ **Biblioteca do Exército – Bibliex** – foi criada pelo Conselheiro Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto, então Secretário de Estado e Negócios da Guerra, em 17 de dezembro de 1881. Também conhecida como a Casa do Barão de Loreto, é apresentada em seu site oficial como uma instituição cultural do Exército Brasileiro, que visa contribuir para o provimento, a edição e a difusão de meios bibliográficos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura profissional-militar em geral (HISTÓRICO..., 2009).

¹⁷ **(1) Revista Defesa Nacional** – Esta revista foi criada por jovens oficiais do Exército Brasileiro, em 1913, que, após voltarem de um estágio no Exército Alemão, objetivavam divulgar uma nova mentalidade baseada na experiência vivida na Europa. Entre os fundadores desta revista, estão: Bertoldo Klinger, Euclides de Oliveira Figueiredo, Góes Monteiro, Leitão de Carvalho. **(2) Revista Nação Armada** – O primeiro número desta revista, que se define como “Civil Militar”, foi publicada em 1939, quando o mundo via eclodir a 2ª Guerra Mundial e no Brasil vivíamos os primeiros anos do Estado Novo Vargas. Em sua primeira edição, aborda temas como: Jubileu da República; O Momento Internacional; A Guerra da Europa (2ª Guerra Mundial). Seu diretor e principal articulista foi o Major Affonso de Carvalho, um dos principais biógrafos de Caxias. **(3) Revista do Clube Militar** – foi fundada em 1926 e objetivava divulgar as atividades do clube, que é administrado, e amplamente freqüentado, por oficiais da reserva. Sem o peso regido dos regulamentos, por estarem na reserva, neste periódico, os militares se sentem mais à vontade para expressarem suas idéias políticas. **(4) O Noticiário do Exército** – veículo oficial do Exército Brasileiro, de natureza técnica/profissional, tem a finalidade de divulgar, no âmbito interno, as informações de caráter funcional. Nesse último periódico, é possível perceber a importância do culto aos símbolos como instrumento de doutrinação ideológica.

de documentos¹⁸ do Estado Maior do Exército, publicada por ocasião de seu centenário (1996).

A DIVISÃO DOS CAPÍTULOS

A presente dissertação foi dividida em quatro capítulos, a saber: o primeiro capítulo propõe uma discussão conceitual a respeito de alguns termos que são utilizados no tema da pesquisa, bem como no corpo do trabalho, sobretudo, com especial atenção ao termo “ética”. Ainda nesse primeiro capítulo é apresentado o referencial teórico que norteou o desenvolvimento do trabalho, onde a teoria de análise sociológica weberiana sugere um olhar de compreensão ao fenômeno estudado.

No segundo capítulo, é feita uma análise geral dos principais acontecimentos que tiveram influencia na construção do perfil do Exército Brasileiro. Numa narrativa que se inicia em 1810 com a criação da Real Academia Militar e vai até a intervenção militar que depôs João Goulart buscou-se entender quais foram às contribuições deixadas por cada um dos fatos que marcaram a trajetória da instituição.¹⁹

Algumas divisões são propostas dentro dessa análise, que deve ser vista muito mais como uma construção mental que facilite o entendimento, e não levada ao extremo de marcos rígidos que encerram e iniciam um novo período. Nesse capítulo procura-se analisar, numa perspectiva histórica, como a instituição foi se moldando aos acontecimentos de cada uma dessas fases, e compreender como, ao longo desse percurso, vai se construindo um modo próprio dos militares pensarem o Brasil, que a cada passo ia se distanciando da sociedade civil brasileira.

No terceiro capítulo, é analisado como a instituição, numa tentativa de manter a coesão ética que havia sido enfraquecida pelos acontecimentos do período, opta por

¹⁸ Documentos compilados por Esteves (1996).

¹⁹ Nesse capítulo não se teve a pretensão de escrever uma história do pensamento militar, mas, a construção da ética aqui trabalhada passa, por vezes, inevitavelmente por esse caminho. Outra questão importante é que, nas referências ao pensamento militar brasileiro, toma-se como base a instituição Exército Brasileiro, muito embora apareçam nomes de militares de outras forças e até mesmo de civis que, pelo envolvimento com o meio militar, desenvolveram idéias muito próximas a eles.

uma clara e bem definida mudança metodológica que consistia, entre outros, na utilização da figura do herói como instrumento difusor dos “valores castrenses”. Nesse capítulo, busca-se entender como o uso das cerimônias e o culto aos símbolos são resgatados como um instrumento pedagógico de doutrinação que tinha a finalidade de afastar a tropa das atividades políticas e devolvê-la à sua vocação constitucional.

Numa perspectiva positivista, os articuladores desse engenhoso projeto queriam transmitir a seguinte mensagem: que os de cima pensem e decidam, e os de baixo executem as ordens quem vêm do alto da pirâmide hierárquica. O culto a Caxias e aos demais patronos, introduzido nas reformas trazidas a partir dos anos vinte do século XX, é objeto de análise nesse capítulo.

No quarto e último capítulo, conclui-se, observando como se deu a materialização dessa ética na intervenção militar de 1964. Para isso, é utilizada a análise do discurso de depoimentos de militares e civis simpatizantes da ação militar que vivenciaram o período que antecedeu à intervenção. O que interessou no estudo desses depoimentos, ao final da pesquisa, não foi apresentar a versão dos militares a respeito de 64, mas saber como os valores da ética castrense, discutidos nos capítulos anteriores, aparecem implícitos na fala dos depoentes, onde uma ação (a que derrubou João Goulart), antes de ser entendida como um rompimento aos regulamentos e passivo de punição aos executantes, é paradoxalmente justificada pelas circunstâncias apresentadas pelos depoentes.

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

“Nós somos aquilo que fazemos repetidamente. Excelência, então, não é um modo de agir, mas um hábito”.

Aristóteles

“... os males não cessarão para os humanos antes que a raça dos puros e autênticos filósofos chegue ao poder, ou antes que os chefes das cidades, por uma divina graça, ponham-se a filosofar verdadeiramente”.

Platão

1.1 DISCUSSÃO CONCEITUAL

1.1.1 Definição do conceito de ética

Em nenhum outro tempo a discussão sobre ética se tornou tão presente, no dia-a-dia das pessoas, como a que se verifica no chamado mundo pós-moderno. Desde que se tornou hábito criticar a modernidade, esse tema parece ser obrigatório e essa discussão vem ganhando espaço nos mais diferentes setores da sociedade civil.

Como é o exemplo dos ecologistas, que têm trazido uma reflexão a respeito da exploração dos recursos naturais como meio de manutenção do mundo industrial capitalista. Afinal, a natureza tem dado sinais claros de esgotamento, o que coloca em xeque a filosofia do desenvolvimento e do progresso, tornando urgente uma decisão ética entre crescer e preservar.

Os avanços na área da genética, com as crescentes pesquisas do genoma humano, chamadas de “Revolução Biogenética”, têm igualmente suscitado questionamentos que vêm dividindo opiniões. Segmentos diversos da sociedade contemporânea pedem cuidado para as experiências desenvolvidas nessa área. Assim, a bioética²⁰

²⁰ **a) Bioética geral:** ocupa-se das funções éticas, é o discurso sobre os valores e os princípios originários da ética médica e sobre fontes documentais da bioética. Pode ser dividida em bioética especial e bioética clínica.

b) Bioética especial: analisa os grandes problemas, enfrentando-os sempre sob o perfil geral, tanto no terreno médico quanto no biológico. Engenharia genética, aborto, eutanásia, experiência clínica, etc, são as grandes temáticas da bioética.

tem uma intrigante pergunta a ser respondida: a preservação da vida, possibilitada pelas soluções de laboratório, deve preceder a quaisquer preceitos, sejam eles dogmáticos ou não?

Os temas acima são exemplos de como a vida concreta sugere uma reflexão crítica a respeito do mundo real. Assim, definir ética não consiste tarefa fácil, isto porque as variantes que a cercam são muitas. No entanto, todos nós, em algum momento já nos vimos discutindo, reivindicando ou reclamando sua falta. Desde os ambientes mais adequados, que são reservados às práticas da discussão teórica aos bares das esquinas da cidade, com freqüência se ouve soar este termo conceitual. Do leigo, no senso comum, ao acadêmico, passando pelas casas de lei ou nas bancadas do judiciário, ética não é uma palavra desconhecida. Como sugere Valls (1986, p. 48), a ética:

[...] nos leva a refletir a respeito de bem e mal, certo e errado. Falar de ética significa falar de liberdade. Num primeiro momento, a ética nos lembra as normas e as responsabilidades. Mas não tem sentido falar de norma ou de responsabilidade se não partimos da suposição de que o homem é realmente livre, ou pode sê-lo [...].

A ética, enquanto tema acadêmico, está na pauta de discussão das diversas áreas do saber. Está nas ciências políticas, na psicologia, nas ciências econômicas, no direito e outros. Valls, que estudou o termo em suas minúcias, afirma que ética é um conceito que sempre esteve presente em todas as sociedades, no entanto nem sempre teve o mesmo sentido. Para o autor citado,

[...] Didaticamente, costuma-se separar os problemas teóricos da ética em dois campos: num, os problemas gerais e fundamentais (como liberdade, consciência, bem, valor, lei e outros); e no segundo os problemas específicos, de aplicação concreta, como os problemas de ética profissional, de ética política, de ética sexual, de ética matrimonial, de ética biomédica, etc [...] (VALLS, 1986, p. 48).

Embora, academicamente, se busque a divisão apresentada por Valls, na prática ela não vem separada. No dia-a-dia não tem como separar a ética profissional, por exemplo, da ética que se processa na mente do trabalhador. Não há como saber se

c) Bioética clínica (o de decisão): trata da práxis médica e do caso clínico, quais são os valores em jogo e quais os caminhos corretos de conduta (REVOLUÇÃO..., 2008).

o profissional está agindo para cumprir as normas da empresa ou se ele realmente age por consciência livre.

Celso Cândido²¹, ao falar sobre ética, diz que essa expressão vem do termo grego *ethos*, e apresenta-se inicialmente como sinônimo de costume e que, a partir de um determinado momento passou a representar o caráter de uma pessoa ou de um grupo social.

Outra questão importante apresentada por Cândido se refere ao que ele chama de “autonomia do indivíduo ético”, onde diz que a discussão sobre ética leva à problematização dos limites da nossa própria autonomia enquanto indivíduos de uma coletividade. Isso porque toda ética se insere dentro de uma dimensão coletiva, na medida em que somos seres coletivos.

Portanto, a ética é um diálogo que faço com o outro, com o coletivo. É o diálogo que estabeleço com o mundo. E assim, qualquer discussão sobre ética só faz sentido se ela for pensada no âmbito das relações sociais. Ou senão, que importância teria discutir comportamento ético se vivêssemos isolados?

Para o professor e filósofo Paulo Ghiraldelli Jr.²², o estudo da ética implica em primeiramente diferenciarmos ética de moral e ética de meta-ética. Para ele, a meta-ética é estudo da origem dos nossos julgamentos de certo e errado. Já a ética e, às

²¹ Celso Cândido Azambuja possui graduação em Filosofia Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é Professor Adjunto II da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética, atuando principalmente nos seguintes temas: Hipermídia, Subjetividade, Ética, Política, Linguagem e Conhecimento.

²² Paulo Ghiraldelli Jr. é filósofo e escritor. Tem doutorado em filosofia pela USP e doutorado em Filosofia da Educação pela PUC-SP. Tem mestrado em Filosofia pela USP e mestrado em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP. Tirou sua livre-docência pela UNESP e tornou-se professor titular, com defesa de tese em Filosofia e Educação por esta universidade. Fez pós-doutorado na UERJ, na Medicina Social, com tese sobre "Corpo - Filosofia e Educação". Foi pesquisador nos Estados Unidos e na Nova Zelândia. É editor internacional e participante de publicações relevantes no Brasil e no exterior. Possui mais de 35 livros em Filosofia e Educação. Trabalha como escritor e tem presença constante na mídia impressa, falada e televisiva. Sua publicação mais recente é "Filosofia e história da educação brasileira". É diretor do Centro de Estudos em Filosofia Americana (CEFA) e da TV Filosofia on-line.

vezes a moral, tem a ver com os tipos de julgamento que fazemos a respeito do que consideramos o certo e do que consideramos o errado.

Prossegue Ghiraldelli, afirmando que a ética diz que nossos julgamentos de certo e errado podem ser classificados. Assim, a classificação que os filósofos fazem a respeito dos juízos acaba, de certo modo, dando nome a diferentes éticas. Ghiraldelli apresenta três desses nomes:

- *A ética do dever*. Esta é a ética dos mandamentos (exemplo: a cristã). Nesse caso, há uma regra. Há uma lei que deve ser cumprida, aconteça o que acontecer.
- *A ética consequencialista ou instrumentalista*: É aquela que evita um mandamento; que não tem um princípio geral, seja de Deus, ou de nossa própria consciência. A ética consequencialista parte do estudo de caso. Ela analisa as consequências e calcula o que pode acontecer se agirmos assim ou assado.
- *A ética da virtude*: Nesta última, que Ghiraldelli chama também da ética de Aristóteles, não há nenhum mandamento nem ocorre nenhuma preocupação com as consequências. Ela é a ética da busca da felicidade, da hedonomia. É a ética do meio termo, onde a virtude, de certo modo, está no meio termo. Estas três classificações da ética, segundo ele, explicam um pouco da filosofia moral (GHIRALDELLI JR., 2008).

Comumente, os estudos que tratam de buscar uma conceituação a respeito do termo ética apresentam três concepções básicas: no primeiro, ética aparece como conjunto de hábitos, costumes, que orientam as práticas de um determinado grupo social. Assim, todos os povos teriam a sua ética. Neste primeiro caso, o termo *ética* se assemelha a *ethos* (semelhança que será trabalhada mais adiante). Os exemplos para essa definição de ética seriam: a “Ética Muçulmana”, a “Ética Cristã”, etc.

Em outra definição, ética seria o conjunto de normas sistematizadas que prescrevem e regulam as ações dos indivíduos dentro de um grupo social, ou de uma categoria profissional, estabelecendo direitos e deveres que devem ser observados na prática diária, capazes de produzir a harmonia entre seus membros. Um bom exemplo para esse caso seriam os códigos de exercício da medicina.

Por último, ética aparece como área do saber que tem como objeto examinar a origem e os fundamentos das reflexões teóricas do comportamento humano. Em geral, esse exercício de compreensão se dá dentro de uma perspectiva da história do pensamento filosófico. Aqui se fala da “Ética de Aristóteles”, “Ética de Platão” da “Ética Medieval” ou da “Ética Contemporânea”. Neste caso, ética passa a figurar como área do saber acadêmico.

A definição do termo ética, quando pensada dentro de uma perspectiva histórica, apresenta uma trajetória fascinante, onde se pode identificar as inúmeras transformações conceituais que ele sofreu em sua trajetória, até os dias de hoje. Por isso, qualquer análise a respeito do conceito de ética leva, indubitavelmente, a refletir sobre duas matrizes do pensamento ocidental: Platão e Aristóteles. No entanto, antes de se falar destes dois pensadores clássicos, o que será feito com mais detalhes adiante, propõe-se uma verificação do conceito de ética a partir de alguns pensadores, posteriores a Platão e Aristóteles, os quais, pela consistência de suas obras, se tornaram paradigmas de reflexão de seu tempo a respeito do assunto aqui estudado.

O conceito de ética em Santo Agostinho (354–430) se caracteriza por uma reflexão que tem como tema central o livre arbítrio. No diálogo “De Libero Arbítrio”, escrito após a sua conversão, ele demonstra toda sua inquietude em certas questões que dizem respeito à ética, como: a existência do bem e a origem do mal. A ética de Agostinho questiona se o livre arbítrio seria a causa da origem do mal. Seu pensamento, que parte de uma releitura de Platão, aponta para uma práxis, no caso cristã, orientada por valores que são construídos no interior do crente. Por isso defende que a salvação, antes de ser construída a partir de elementos concretos, se processa nos sentimentos mais íntimos do homem.

Oitocentos anos mais tarde, na baixa Idade Média, esta questão, que ainda não havia sido resolvida plenamente, vai ser retomada por São Tomás de Aquino (1224–1274). Num momento em que a igreja busca se reafirmar, não só como liderança religiosa, mas também política e social no bojo das Cruzadas, este pensador vai se opor à ética de Santo Agostinho e tentará mostrar que a filosofia de Aristóteles é compatível com o pensamento cristão. O resultado das idéias tratadas em sua

“Suma Teológica” será de uma ética que prescreve uma igreja dogmática e controladora no que diz respeito aos hábitos e conduta dos fiéis. Ou seja, se com Agostinho o comportamento é orientado por uma fonte interior do agente social, para Tomás de Aquino o caminho é inverso; é a prática sistemática de determinadas ações que gera os valores da ética.

Com René Descartes (1596–1650), considerado um dos precursores da filosofia moderna, a ética se fundamentará na crítica da tradição filosófica medieval e apontará para a importância dos métodos científicos como instrumento de compreensão das questões que envolvem a vida humana. Seus trabalhos vão contemplar temas que são próprios da reflexão ética, como “A distinção entre o certo e o errado”²³ e “As paixões da Alma”²⁴, onde discute a utilização racional do livre arbítrio. Mesmo na sua mais famosa obra, “Discurso do Método”²⁵, ele também apresenta elementos pertinentes à ética quando fala da necessidade de uma moral provisória para regular o desenvolvimento das ciências.

A discussão histórica sobre o conceito de ética passa obrigatoriamente pelas contribuições de pensadores como John Locke (1632–1704), com sua reflexão sobre a liberdade no estado natural²⁶. Tema que também ocupará as reflexões de Thomas Hobbes (1588–1679), para quem o homem é o lobo do próprio homem, e por isso a liberdade só pode ser garantida pela presença imperiosa de uma força controladora (estado) contra a natureza humana. Para Hobbes, “os pactos sem a espada são apenas palavras e não têm a força para defender ninguém [...]” (HOBBS, 2003).

²³ As meditações metafísicas foram publicadas em 1641.

²⁴ Este provavelmente foi o último trabalho de Descartes e é dedicado a Elizabeth do Palatino (MARCONDES, 2007, p. 74).

²⁵ O “Discurso do Método” foi publicado em 1637.

²⁶ Para Locke, a liberdade no estado natural se manifesta sob dois aspectos: (1) **Liberdade em ordenar suas ações** – Nesse sentido, todos os indivíduos, sem nenhuma restrição, gozam do pleno direito de agir; 2) **Liberdade da posse** – Todos os homens, no estado natural lockeano, possuem o livre exercício da posse. Essa segunda questão, referente à liberdade, levará a uma ampla discussão que Locke fará a respeito da “propriedade privada”, no livro “Segundo tratado sobre o governo”. Para saber mais, ver: Locke (1978).

Com Voltaire (1694–778), pode-se conhecer Cândido, um personagem criado por ele em uma de suas obras que leva o mesmo nome. Longe de ser um livro de romance, encontram-se ali sérias críticas do autor à ética cristã e ao mundo que viveu. Generalizando suas idéias, podemos dizer que, para Voltaire, a história é a cadeia de acontecimentos que os homens constroem por suas paixões e necessidades, o que explica a sua luta incansável contra a intolerância resultante, segundo ele, dos dogmas, das superstições e dos preconceitos gerados pela religião e pela metafísica.

Seguindo esta mesma linha, quando a ciência parece ter tomado a dianteira das reflexões sobre a ética, outros pensadores irão trazer suas contribuições na montagem desse “mosaico”. O comportamento humano passa a ser orientado para a introdução de valores que serão nortes da vida moderna, como o antropocentrismo, o individualismo e a laicidade. O Homem que surge na Renascença, que passa pelo Iluminismo e se firma na Modernidade é senhor de suas ações, tendo na razão e na ciência a sua fonte de orientação de conduta. É assim que Baruch Spinoza (1632–1677), a partir de métodos geométricos²⁷, vai propor uma reflexão a respeito de elementos próprios da ética. Com ele, a liberdade continuará sendo tema de discussão e, junto a esse, outros assuntos, como: a questão do autocontrole; da servidão humana; e natureza e origem da afeição, serão trazidas para o debate. Spinoza examinará também a origem do bem e do mal, comparada à natureza humana. Para ele, o bem é caracterizado como aquilo que é útil e o mal como o que impede o bem.

Quase um século mais tarde, com David Hume (1711–1776), aparecem críticas ao conceito racionalista de interpretação dos dilemas da ética, bem como ao método indutivo e à metafísica de causalidade, que eram utilizados por alguns dos principais pensadores da tradição filosófica da época.

Hume, ao tratar sobre a distinção entre virtude e vício, demonstrará seu ceticismo em relação à razão, ao dizer que ela “[...] é inteiramente inativa, jamais pode ser fonte de um princípio tão ativo quanto a consciência ou senso moral [...]” (HUME,

²⁷ Spinoza fundamenta suas análises na geometria de Euclides, considerada, na época, modelo de ciência e de pensamento rigoroso (MARCONDES, 2007).

apud MARCONDES, 2007, p. 86). Sua descrença e as críticas explícitas à razão irão conduzi-lo a um empirismo radical, que terá implicações diretas às discussões éticas, pois para ele, a razão é insuficiente para estabelecer o caráter moral, isto porque, segundo diz, “[...] a razão é, ou deveria ser, apenas a escrava das paixões [...]”. Essa frase de Hume parece sintetizar o que ele pensava a respeito do comportamento humano; cético que era em relação às explicações racionais, defendia que o homem age movido pelo desejo e isso depende muito menos da razão do que dos seus sentimentos.

Com Hume, os assuntos da ética aparecem dentro de uma crítica aos conceitos formulados a partir de pressupostos racionais. O mesmo não ocorrera com aquele que foi um dos mais influentes pensadores da ética moderna, Immanuel Kant (1724–1804), que advoga um diálogo permanente entre o racionalismo e empirismo. A esse respeito, no livro “Crítica da razão pura”, ele enuncia que:

[...] assim, Platão, abandonando o mundo sensível que encerra a inteligência em limites tão estreitos, lançou-se nas asas das idéias pelo espaço vazio do entendimento puro, sem advertir que com os seus esforços nada adiantava, faltando-lhe ponto de apoio onde manter-se e segurar-se para aplicar forças na esfera própria da inteligência [...] (KANT, p. 17).

Kant propõe uma reflexão completamente depurada de tudo que fosse apenas empírico. Na defesa de suas idéias, sugere uma análise que equilibre empirismo e racionalismo e reclama daqueles que se entregam às reflexões metafísicas. Assim vão se guiar as suas reflexões sobre a ética, que se fundamentará na autonomia da razão. A imperativa ética kantiana é: “[...] age somente de acordo com aquela máxima pela qual possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal [...]” (HUME, apud MARCONDES, 2007, p. 86). Por essa citação, entende-se que, para Kant, a ação ética é aquela que pode ser universalizada.

A visão universalista de Kant, bem como de outros pensadores que assim se orientavam, será duramente contestada. Uma das mais ferrenhas oposições a esse modelo foi o existencialismo. O dinamarquês Soren Abbye Kierkegaard (1813–1855), considerado o precursor desse pensamento filosófico, apontava para a importância da subjetividade e da experiência individual. Filho de família luterana, portanto criado dentro do rigor protestante, Kierkegaard utiliza a passagem bíblica

de Abraão, que leva seu filho Izaque para sacrificar no Monte Moriá, como a sua fonte de discussão sobre ética. O dilema vivido pelo patriarca, em ter que decidir entre obedecer à fé e agir racionalmente, explica o drama vivido por todos os homens no que diz respeito ao comportamento ético. Kant, em “A religião nos limites da simples Razão” (IV, parte 2, Seção 4), de 1793, também se utiliza do mesmo texto bíblico e afirma que Abraão, ao decidir sacrificar o filho, teria agido de maneira não-ética. Kierkegaard, porém, explica que não é tão simples assim; Abraão vive, naquele momento, uma experiência extrema, ao ter que decidir sobre uma questão que não tem resposta, segundo princípios universais da ética (MARCONDES, 2007).

Por esse posicionamento de Kierkegaard, entende-se que, para ele, a ação humana, seja ela qual for, se justifica pela falta de critérios que a oriente, sendo assim racionalmente impossível, ao homem, encontrar os motivos justificadores desta ou daquela forma de viver, pois não há princípios universais que digam se uma ação é ética ou não (PENHA, 1990, p. 23).

Como se sabe, as questões da precedência da existência versus essência, as quais inicialmente foram levantadas por Kierkegaard, serão amplamente discutidas por aquele que é considerado o mais polêmico dos filósofos do século XX, Jean Paul Sartre (1905–1980). Sartre defende o primado da existência quando se refere à origem humana, posicionamento que irá levá-lo a formular um modelo de comportamento humano que se oporá radicalmente à ética cristã.

Na defesa de suas idéias, ele parte do pressuposto de que Deus não existe e, portanto, no homem, a existência precede a essência. Assim, ao contrário, por exemplo, das plantas, que são geneticamente programadas, o homem não é pré-determinado e, logo, é livre. A ética que se desenvolve a partir da reflexão de Sartre aponta um caminho onde o homem, sendo totalmente livre, é também responsável por tudo aquilo que faz, devendo ser-lhe imputadas todas as conseqüências de suas ações, seja sucesso ou fracasso.

Antes de Sartre, outro pensador já apresentava críticas mordazes à tradição filosófica ocidental. Sua análise, dentro de uma perspectiva histórica, inicia nos pensadores da Grécia antiga e vai até os seus dias. Trata-se de Friedrich Nietzsche

(1844–1900). No particular, na questão da ética, Nietzsche não poupa seu vocabulário de ofensas contra o que ele chama de “moral dos fracos”, em referência ao cristianismo. Em um artigo intitulado “O anticristo - ensaio de uma crítica do cristianismo”, ele pergunta: “[...] O que é mais nocivo que qualquer vício? [...]”. Em seguida, ele mesmo responde: “[...] – A compaixão posta em prática em nome dos malogrados e dos fracos – o cristianismo... [...]” (NIETZSCHE, 2009).

Como se pode ver, ética não é uma discussão nova; suas raízes remontam à própria história da tradição filosófica ocidental. Da Grécia antiga aos nossos dias, ela sempre foi uma das principais questões que orientou a reflexão filosófica. Os assuntos em sua volta nem sempre foram os mesmos, no entanto o debate a seu respeito sempre despertou interesse dos pensadores.

É da riqueza de opções que cercam este assunto (como já visto, muitos pensadores, desde a Antiguidade, se deram a este tema), que vem a opção em adotar dois pensadores da filosofia clássica como a coluna mestra da discussão aqui apresentada, isto porque é dessas duas vertentes filosóficas que surgem as outras inúmeras interpretações do assunto. Falou-se de Platão e Aristóteles, que, embora apresentem concepções diferentes, ambos caminham em um mesmo sentido. Tanto um como outro deseja fazer uma reflexão crítica a respeito da realidade concreta.

Para um melhor entendimento dessas duas concepções, toma-se como referência a visão que esses dois pensadores fazem da realidade social de seu tempo e, a partir daí, entende-se os pontos de convergência entre eles e, posteriormente, aponta-se as suas diferenças.

Observando o cosmo, aqueles homens percebem que a natureza mantém certa lógica. O abacateiro invariavelmente produz abacate; a laranjeira só pode produzir laranja, e assim em outros casos semelhantes. Mas, com a vida humana, no que se refere à ocupação do espaço social, não se pode fazer a mesma afirmação. As relações entre os indivíduos, dentro de um mesmo grupo, se estruturam a partir de um conjunto de ações, experiências e costumes, que são recebidos de gerações anteriores e transmitidos às futuras.

No entanto, aqueles pensadores, já na Antiguidade, observaram que essa transmissão não se processa fidedignamente. Mas, ao contrário, são reordenadas a cada momento e passadas às gerações subseqüentes, às vezes de forma completamente nova. Como na observação de Vasquez (1982, p. 17), o homem é:

[...] um ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia; que faz da natureza externa um mundo à medida humana e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza. Por conseguinte, o comportamento moral não é a manifestação de uma natureza humana eterna e imutável dada de uma vez para sempre, mas de uma natureza que está sempre sujeita ao processo de transformação que constitui precisamente a história da humanidade [...].

Em função dessa dinâmica, as normas estabelecidas devem ser constantemente avaliadas. Em outras palavras, é preciso fazer uma análise crítica a respeito das ações que estão mediando as relações entre os indivíduos, e desses com o grupo social. A esse conjunto (normas, costumes e experiências somadas), é dado o nome de *ethos*, e da reflexão crítica a seu respeito é que vem o termo *ética*, na forma que será consagrado pela tradição filosófica ocidental.

Ao falar da origem desses dois termos – *ética* e *ethos*, Lima Vaz apresenta algumas questões pertinentes que merecem ser colocadas aqui. Para ele, o termo *ethos*, quando analisado em sua origem semântica, apresenta duas acepções que o definem. Assim, a primeira acepção seria *ethos*, como costume:

[...] O *ethos* designa a morada do homem. *Ethos* é a casa do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro [...]. Este sentido de um lugar de estrada permanente e habitual de um abrigo protetor [...] que dá origem à significação do *ethos* como costume [...] (VAZ, 1988, p. 12 e 13).

Na segunda acepção, Lima Vaz caracteriza *ethos* como o comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. Assim, o *ethos* se estrutura em um movimento circular, entre o costume e o hábito, desembocando numa práxis. Em sua definição, *ethos* aparece como a experiência vivida na concretude. Trata-se do homem empírico: o homem agindo de maneira racional, sujeito da ação, conforme mostra a Figura 1, a seguir:

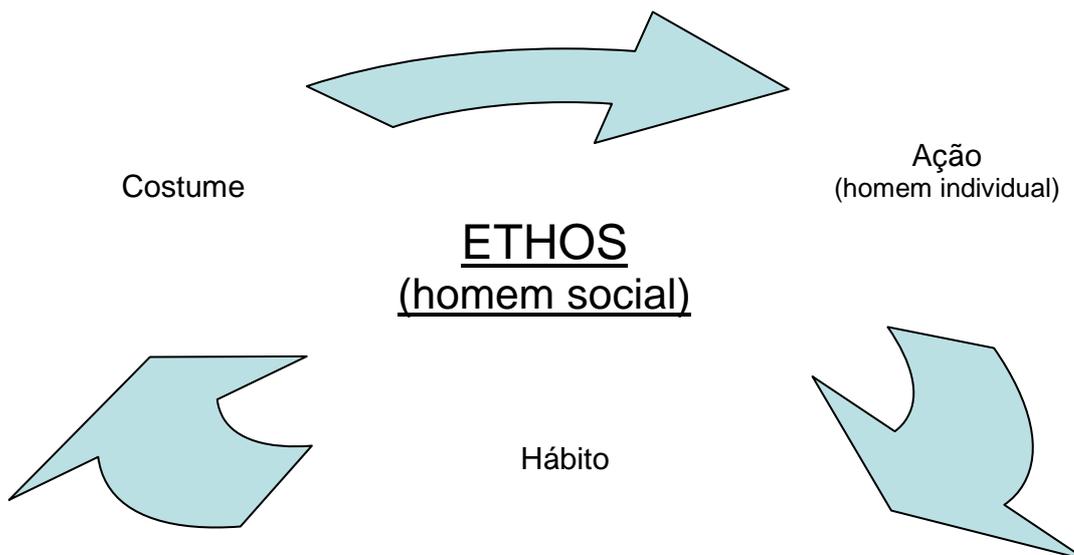


Figura 1 - Homem – sujeito da ação

Fonte: Elaborada pelo autor.

Embora a exposição feita até aqui pareça resolver o problema das fronteiras quase que imperceptíveis entre ética e *ethos* (*Ethos* = prática; Ética reflexão da prática), quando analisados em sua origem, eles não aparecem exatamente assim, mas são descritos inicialmente como sinônimos, onde também o termo moral vai aparecer. A diferença vai ficar mais clara quando se coloca o estudo da ética em dois campos paralelos, como proposto anteriormente neste trabalho – Platão e Aristóteles.

Assim, quando o estudo se faz numa perspectiva aristotélica, se é orientado a entender a ética como campo de reflexão, que se localiza no próprio mundo concreto, o que leva, neste caso, a se identificar ética como um sinônimo de *ethos* e/ou moral. Em contrapartida, quando a referência é Platão, inclina-se a dividi-la em dois universos, que, embora não percam sua interdependência, atuam em espaços diferentes. *Ethos* e/ou moral passa a ser observado como as ações que se processam no mundo real, e Ética, a reflexão crítica da realidade que está numa outra esfera.

Essa divisão posta por Platão é conseqüência da própria separação que ele faz em suas reflexões filosóficas, como a que ocorre no famoso texto “o mito da caverna”, onde expressa que a visão de dentro da caverna é somente sombra do que está do lado de fora (MARCONDES, 2007, p. 39-43). Nesse sentido, qualquer análise feita a partir de fatos concretos é incompleta, isto porque as ações que se verificam no

mundo aparente representam apenas sombras da realidade que precisam ser compreendidas em um plano superior. Nota-se, na Figura 2, abaixo, as diferenças entre esses dois pensadores clássicos:

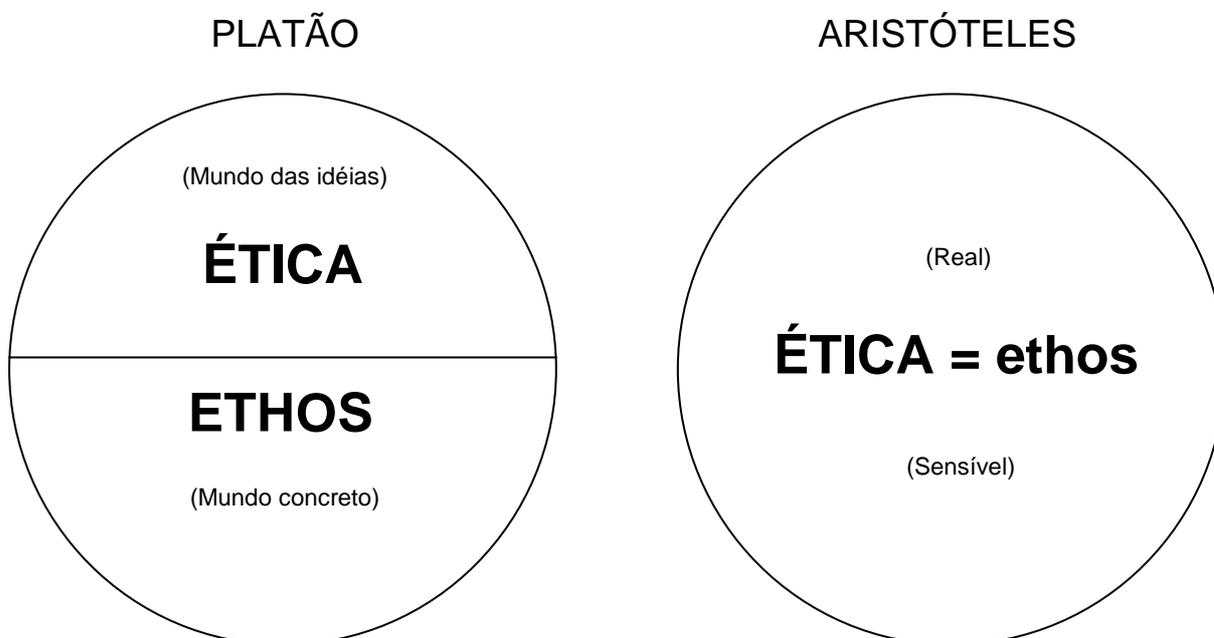


Figura 2 - Diferenças entre Platão e Aristóteles

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em Aristóteles, conforme foi exemplificado nas figuras acima, a reflexão crítica se processa dentro da própria realidade concreta, diferentemente do que propõe Platão, onde os dois termos aparecem separados.

Para este último, a realidade deve ser pensada em uma dimensão superior, que está além da experiência real. Assim, a ética de Platão vai ser chamada de ética metafísica. O termo *ethos* passa a designar as ações (hábitos e costumes) do homem empírico, e o termo moral, o julgamento que é feito dentro mundo concreto, a respeito das normas que regulam essas ações.

A diferença entre essas duas opções de análise filosófica pode ser vista quando Aristóteles fala da distinção entre virtude intelectual e virtude moral. Ali ele afirma que as virtudes intelectuais se desenvolvem por obra do ensinamento acompanhado

da prática e as virtudes morais pelo exercício constante²⁸. Isto demonstra que, para Aristóteles, a ação (*ethos*) e a reflexão crítica (ética) a seu respeito se fazem em meio à própria experiência real do homem como ser social.

A discussão sobre virtude, dentro do pensamento filosófico, proposta por Platão e Aristóteles, também nos ajuda a entender os caminhos apontados por estes dois pensadores no que diz respeito ao assunto aqui estudado. Como dito anteriormente, para Aristóteles as virtudes são transmitidas pelo exemplo e pelo ensinamento. Segundo ele, é o constante repetir de uma ação que vai gerar a virtude moral. Desta forma, é diferente de Platão, que considera a virtude como uma qualidade que nasce com o homem – uma qualidade inata. Aristóteles acredita que ela só poderá ser adquirida com o hábito (*ethos*) e afirma que “[...] nós conquistamos a virtude com o exercitar-nos em atos virtuosos [...]” (ARISTÓTELES, [19--?], p. 87).

Essa afirmação fica ainda mais clara quando ele diz que “Nós somos pais de nossas ações, como somos de nossos filhos. [...] Mas também somos filhos das nossas ações [...]” (ARISTÓTELES, p. 87 e 89). Logo, as virtudes são adquiridas pela prática constante, até se tornarem hábitos comuns do homem social.

A ética aristotélica sugere que o homem conquista a virtude com o constante exercitar de atos virtuosos, e refuta a idéia de que a ética provém da natureza do homem.

Aristóteles não desconsidera a importância do ensinamento, nem das habilidades naturais, no entanto acredita que ninguém se tornará virtuoso sem que pratique a virtude. Em sua reflexão sobre esse assunto, exprime sua idéia exemplificando assim:

[...] pode acontecer que alguém faça alguma coisa de gramático, por acaso, ou por sugestão doutrem. Mas será um gramático somente quando fizer

²⁸ Para Aristóteles “[...] as virtudes não geram nem por natureza nem contra a natureza, mas nascem em nós, que aptos pela natureza a recebê-las, nos tornamos perfeitos mediante o hábito [...]”. Mais adiante, Aristóteles reforça essa sua concepção a respeito da primazia do ato em relação à virtude, ao dizer que “[...] Nas coisas naturais a potência precede o ato, na prática o ato precede a virtude [...]” (ARISTÓTELES, [19--?], p. 62).

alguma coisa de gramático e o fizer gramaticamente, isto é, segundo a arte gramática que possui em si mesmo (ARISTÓTELES, [19--?], p. 65).

Assim, em Aristóteles, a virtude não é um bem do sujeito, ninguém nasce bom ou ruim. A virtude está diretamente relacionada com a práxis e o que deixa de praticá-la deixará de ser virtuoso.

Paralelo à discussão conceitual dos termos “ética” e “*ethos*”, também aparecem o termo “moral”, que vem do vocábulo latino *Mores*²⁹. Mas, tanto na perspectiva aristotélica como na platônica, o termo aparece como o julgamento que o homem faz das ações que ocorrem no mundo concreto. Por isso, às vezes, o termo se confunde com *ethos*.

Vázquez, autor já citado anteriormente, ao refletir sobre o pensamento de Platão e Aristóteles, utiliza o termo “prática-moral” para falar do mundo onde os homens não só cumprem determinados atos, como ademais, julgam e avaliam os mesmos. Ou seja, no mundo real o homem encontra-se livre para decidir suas ações (homem racional). Os problemas propostos pela experiência real (mundo concreto) constituem objetos de reflexão da ética. Entende-se, pela reflexão proposta por ele, que, muito embora o homem, no mundo real, possua liberdade de escolha, as decisões mais complexas e aparentemente impossíveis de serem definidas devem ser submetidas ao crivo da reflexão ética (como propõe Platão).

Na análise de Vázquez, que utilizamos neste trabalho, Ética é a teoria reflexiva da realidade concreta. Nela é que se buscam as avaliações mais complexas para aquelas questões que fogem de serem entendidas somente baseadas em elementos concretos. O *ethos* e/ou moral é o campo das realizações concretas. Entre a ética de um lado e o *ethos*/moral do outro, se estabelece uma via de mão-dupla que permite uma permanente comunicação.

Neste caso, a Ética funcionaria como a base de avaliação de um determinado comportamento social. Como coloca Vázquez, a ética é uma “[...] teoria de

²⁹ MORAL (lat. *Moralia*; in. *Morals*; fr *Morales*, al. *Moral*; it. *Morale*). Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto de *mores*. Neste significado, a palavra é usada nas seguintes expressões: “M. dos primitivos”, “M. contemporânea”, etc. Para ver mais: Abbagnano (2003, p. 682).

investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerando, porém na sua totalidade, diversidade e variedade [...]” (VÁZQUES, 1982, p. 11).

Duas das últimas palavras acima de Vázquez merecem, ainda, ser analisadas com mais precisão, isto porque elas apresentam outra característica importante da ética que buscamos aqui definir. Quando ele pede consideração para a “diversidade e variedade” da experiência humana, ele quer dizer que a ética, enquanto campo de reflexão da realidade concreta, não pretende formular juízos de valor sobre a *prática-moral*³⁰, nem objetiva propor uma moral universal e absoluta, isto porque, como já dito anteriormente, o *ethos* e/ou moral variam historicamente.

No entanto, a ética não pode ser vista como algo deslocado da experiência sócio-cultural do grupo ou da época que está sendo pensada. Isto porque, como afirma Vázquez (1982, p. 10), a “[...] ética, nem está à margem da moral efetiva, nem tão pouco se limita a uma determinada forma temporal e relativa do mesmo [...]”. Assim, a ética, muito embora possa contribuir para fundamentar certa forma de comportamento moral, ela não se presta a determinar as ações do mundo concreto. Muito embora historicamente não possamos afirmar que isso foi sempre seguido.

Resumindo, podemos dizer que a Ética investiga, explica, recomenda e prescreve; a ética não determina, não pretende apresentar soluções objetivas dos problemas da prática-moral, nem propõe conceitos universais e absolutos, mas também pode ser usada para justificar uma ação social. Ela dá forma, orienta e gera hábitos que podem se tornar costumes, que identificamos como o *ethos* do grupo social.

A opção de deixar a discussão sobre o conceito de ética em Platão e Aristóteles para a conclusão deste capítulo, muito embora, cronologicamente, eles estejam no início dessa trajetória, se deu por duas razões metodológicas.

Primeiro, porque como já dito, todas as discussões que sucedem a Platão e Aristóteles têm como fonte principal essas duas matrizes filosóficas, que são, em

³⁰ “Prática-moral”, na forma como é utilizado por Vázquez.

cada tempo, relidas dentro do contexto histórico, econômico e social das épocas dos pensadores que se ocuparam desse tema.

Segundo, porque a análise proposta neste trabalho de pesquisa (a construção da ética castrense como fator motivador da ação social dos militares brasileiros) sinalizou no sentido de que a instituição militar do caso aqui estudado foi, ora orientada por um comportamento, ora típico do pensamento de aristotélica e, em outros momentos, pela ação que pode ser esclarecida pela visão platônica.

Assim, o grande desafio do tema discutido é mostrar que, a despeito das inúmeras influências que a instituição militar sofreu ao longo de sua história, é possível perceber que esses dois paradigmas de estudo do conceito ética orientaram, prescreveram e, em alguns momentos, até determinaram a ação dos agentes sociais envolvidos.

1.1.2 Definição da ética Castrense

Dentro dessa discussão, como definir a ética militar no caso brasileiro? Isto porque os militares aqui não são homogêneos (como em qualquer lugar do mundo). Afinal, o militar é homem, é mulher, é paulista, é gaúcho, é carioca, é pobre, é rico, é protestante, é católico, é ateu. O militar é conservador, é liberal, é democrático, é autoritário. Na sua formação, vem da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), mas pode ser do Instituto Militar de Engenharia (IME), passou pelo Colégio Militar ou foi recrutado (em alguns casos) nas escolas civis. Os militares possuem origens sociais, econômicas e geográficas diferentes.

Outras condições a serem consideradas para a análise aqui apresentada são aquelas oriundas dos diversos níveis hierárquicos que compõem a estrutura da organização. Os oficiais são recrutados em um universo diferente dos praças, o que dá um caráter heterogêneo à instituição. Nesse sentido, a farda parece aglutinar as adversidades e, a despeito de todas essas diferenças, há fatores que historicamente os levaram a desenvolver um jeito próprio de ver o mundo.

O militar do qual se trata nesta dissertação tem conceitos universais e, é claro, respeitando a sua individualidade, possui traços comuns. Este militar é aquele que, nas palavras de Huntington (1957, p. 35), sua ética “[...] enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade da natureza humana [...]”. Nesse sentido, o militar vê no Estado o instrumento de ajuste necessário para a fragilidade do homem. Entende como ideal a supremacia da sociedade sobre o indivíduo, sendo que o importante para a ética militar não é o indivíduo, mas o sacrifício que ele é capaz de fazer para o sucesso do coletivo. Vejamos, nas palavras do próprio autor, outras cinco características da ética militar:

(1) [...] A ética militar salienta a continuidade e o valor da história (daí se explica porque os militares desenvolvem atividades voltadas ao registro da memória, como editoras, arquivos, bibliotecas e museus).

(2) [...] Aceita o Estado-nação como a forma mais alta de organização política e reconhece a constante probabilidade de guerra entre países [...].

(3) Destaca a importância do poder nas relações internacionais e adverte contra os perigos à segurança do Estado.

(4) Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e manutenção de Forças Armadas (numa perspectiva Hobesiana) fortes. Preconiza a limitação da ação estatal com relação aos interesses imediatos do Estado, a restrição de compromissos exagerados e taxa de indesejáveis políticas belicosas aventureiras.

(5) Considera a guerra como um instrumento da política, que os militares são servidores do governante e que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar. Desse modo, a ética militar é pessimista, coletiva, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista, pacifista e instrumentalista em sua visão da profissão militar. É, em suma realista e conservadora [...] (HUNTINGTON, 1957, p. 96 e 97).

1.2 DISCUSSÃO DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

"O político deve ter: paixão por sua causa; ética em sua responsabilidade; medida em suas atuações".

Max Weber

A opção teórica de análise da presente pesquisa teve como eixo central o pensamento de Max Weber³¹. Sendo assim, os termos sociológicos utilizados neste

³¹ Sabe-se que as teorias elaboradas por Weber, na segunda metade do século XIX e início do século XX, não se identificavam com nenhuma corrente de pensamento da época. Muito embora, é preciso ressaltar que sua teoria, a exemplo das demais, também buscou no cientificismo os seus instrumentos de consolidação. Podemos dizer que seu pensamento é uma síntese da tradição científica e filosófica da Alemanha moderna, que almejava resgatar o melhor da metodologia e dos conceitos já formulados para propor uma ciência social onde os múltiplos fatores se encontrem relacionados e se explicam reciprocamente.

trabalho – *ética, ethos, motivação, ação social* e outros – têm no pensamento do sociólogo alemão a sua base teórica. Sempre considerando as definições conceituais do termo *ética*, já discutidas dentro da visão de Platão e Aristóteles, isto porque Weber também não foge à influência desses dois pensadores na formulação de sua metodologia de análise social.

Assim, a teoria weberiana aqui utilizada se deu por duas razões: a primeira baseada na possibilidade colocada por Weber de se entender um acontecimento histórico a partir do olhar do pesquisador, não para o *fato social* como orientava a escola positivista, mas, para as *motivações* dos agentes sociais que fomentaram o acontecimento estudado, considerando sempre as múltiplas variantes que as cercam.

Segundo, porque Weber considerou a *ética* – conceito central dessa análise – elemento importante para a interpretação e compreensão de um período histórico. Em sua obra “A Ética protestante e o espírito do capitalismo”, Weber deixa claro como há casos onde os fenômenos sociais (no caso, a origem do capitalismo) podem ser explicados a partir da análise da existência do modo de vida comum (*ethos*) de um grupo social orientado por valores da crença. Nesta obra, Weber

[...] relaciona a importância do protestantismo na formação do comportamento típico do capitalismo ocidental moderno [...]. Weber descobre que os valores do protestantismo – como a disciplina, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e propensão ao trabalho atuavam de maneira decisiva sobre os indivíduos [...] (COSTA, 1999, p. 47).

Como se sabe, para Weber há uma relação estreita entre o modo de vida comportamental dos protestantes calvinistas com as raízes que deram origem ao sistema capitalista. Seu trabalho, muito embora polêmico e contestado, abriu as portas para novas perspectivas teóricas de análise social, tendo seu modelo servido a inúmeros outros cientistas sociais que o sucederam.

É sabido que a hipótese da origem do capitalismo, a partir de valores da *ética* protestante, conforme propõe Weber, foi duramente criticada por outros especialistas que apontam essa possibilidade pouco provável, ao afirmarem que o capitalismo também se desenvolveu em regiões onde havia outras formas de

religiosidade. Este debate, no entanto, não invalida a sua proposta metodológica, que consiste em entender um fenômeno social a partir do estudo das motivações de vida de um determinado grupo e explicar as influências dessas motivações nas ações dos agentes sociais. Nesse sentido, Weber é extremamente inovador no livro “A ética protestante e espírito do capitalismo”.

Mas os fundamentos metodológicos que caracterizam a sociologia weberiana vão aparecer de maneira explícita em outros de seus trabalhos. Como no livro “Economia e Sociedade”, onde, num capítulo introdutório, define os principais conceitos de sua teoria. No § 1º, Weber apresenta a sua definição sobre Sociologia, onde já demonstra aquela que será a marca de sua proposta de análise – a compreensão. Para ele, a palavra sociologia, que é empregada com tantos significados diferentes, é: “[...] uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos por ‘ação’ [...]” (WEBER, 2004).

Nesse sentido, é imprescindível entender o que Weber quer dizer ao utilizar o termo “ação social”, explicação que ele não se omitiu em fazer, mas, ao contrário, apresenta uma detalhada definição a respeito. Generalizando sua idéia sobre o termo, pode-se dizer que “ação social” é todo ato praticado por um indivíduo, levando-se em consideração a sua relação com outrem:

[...] Ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). ‘Outros’, podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas [...] (WEBER, 2004, p. 14 e 15).

Para exemplificar essa questão, Weber fala do “dinheiro” que representa um bem destinado à troca. Segundo ele, o agente social, ao aceitar a moeda, o faz na expectativa de que muitos outros, uns desconhecidos, irão aceitá-la num posterior ato de troca, praticando assim uma ação social na forma que pretende definir.

A seguir, Weber adverte que nem toda ação, interna ou externa, é uma “ação social” no sentido por ele adotado. No caso da atividade econômica, que é uma ação externa, por exemplo, não será “ação social” quando o agente se orientar exclusivamente pela

expectativa material, ou seja, não levar em conta o outro indivíduo de seu grupo social. No comportamento interno que ele descreve, fica mais fácil entender sua colocação. Para essa face da ação social, Weber dá o exemplo de quando o indivíduo, em sua religiosidade, pratica a contemplação ou a oração solitária. Nesse caso, não ocorre uma ação social, uma vez que essa prática é isolada.

No entanto, nem todo contato entre pessoas tem sentido social. Weber dá o exemplo de dois ciclistas que se chocam em uma estrada. O ato em si não pode ser caracterizado por uma “ação social”. Trata-se, segundo ele “[...] de um simples acontecimento do mesmo caráter de um fenômeno natural [...]” (WEBER, 2004, p. 14). Já, continua Weber, “[...] as tentativas de desvio de ambos e o xingamento ou a pancadaria ou a discussão pacífica após o choque [...] constituíram-se em ação social”.

Weber apresenta no § 2º alguns tipos de ação social, e mostra quais os fatores que determinam esses modelos: (1) Ação Social Racional Referente a Fins – neste caso se caracteriza quando a ação praticada torna-se um meio para se alcançar fins próprios. Como exemplo, alguém que vai à escola para adquirir conhecimento e assim alcançar um emprego que lhe renda um bom salário; (2) Ação Social Racional Referente a Valores – é quando a ação se orienta “[...] pela crença consciente nos valores – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado [...]” (WEBER, 2004, p. 15); (3) Ação Social Afetiva – para esse tipo veja que Weber exclui o termo racional, isto porque, segundo ele mesmo explica, essa ação estaria a caminho da “racionalização”, mas nem sempre. Usando o mesmo exemplo anterior, diríamos que o indivíduo que vai à escola exclusivamente porque se encontrará com os amigos estaria praticando uma ação social afetiva; (4) Ação Social Referente à Tradição – esse tipo é o menos comentado por Weber, mas nas entrelinhas de sua narrativa é possível entender que tal ação se caracteriza pelo apego que um indivíduo tem aos costumes herdados de gerações anteriores e que são cultuados pelo seu grupo social. O filho que vai à faculdade para estudar direito com a finalidade de manter o nome da família de juizes e advogados famosos estaria praticando uma ação orientada pela tradição.

É preciso dizer que, para Weber, tais ações não ocorrem assim tão organizadas como podem parecer. Os tipos por ele apresentados não estão colocados de forma clara em sua prática, precisam ser compreendidos pelo pesquisador. Em uma mesma atitude, o agente social poderá estar praticando mais que um dos tipos. Como ele mesmo explica, “[...] só muito raramente uma ação, e particularmente uma ação social orienta-se exclusivamente de uma ou de outra destas maneiras [...]” (WEBER, 2004, p. 16). Um mesmo indivíduo pode ir à escola para encontrar os amigos (afetividade), porque pretende obter um bom salário (fins), porque a sua família preza pelos estudos (tradição) e porque sua religião o ensina a valorizar a educação formal (valores). A classificação proposta por Weber é formada por tipos ideais de ação social, cujos modelos, em sua essência, raramente podem ser encontrados na sociedade. No entanto, eles servem como guia para o pesquisador na sua relação com o objeto estudado.

Para o caso que se objetiva compreender (a influência da ética castrense na ação militar de 64), este estudo aproxima o entendimento sobre a deposição de Goulart como resultado de uma ação social racional referente a valores, tipo de ação que ocorre quando os agentes sociais se orientam pelas suas próprias convicções, “[...] que parecem ordenar-lhes o dever, a dignidade, [...] a importância de uma causa de qualquer natureza [...]” (WEBER, 2004, p. 15). Para este tipo, a ação humana se pauta pela máxima de que a situação colocada não lhe dá alternativa, senão a de agir pela preservação dos valores que o agente acredita. Não se importando necessariamente, com as conseqüências do ato. Nesse sentido último colocado, a ação social racional com relação a valores se aproxima da ação social afetiva. Ambas têm em comum que

[...] o sentido da ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade [...]. A diferença entre elas está nas motivações da ação, enquanto a afetiva se dá pela [...] necessidade de vingança, de gozo, de entrega, ou de descarga de afetos (WEBER, 2004, p. 15).

A ação social racional referente a valores se dá como já colocado, ou seja, movida pelo “mandamento”.

Assim, o que se pretendeu ao longo desse trabalho não foi analisar a intervenção em si, ou os acontecimentos que se desenrolaram a partir de 1º de abril de 1964, mas as motivações que levaram à ação. O que orientou a análise em todo tempo foi compreender a relação que há entre a tomada do poder com os valores desenvolvidos no seio da caserna ao longo de sua história. Valores que estabeleceram na mente do militar brasileiro a “idéia” de que somente eles poderiam salvar o Brasil do caos.

Entende-se, pela pesquisa, que há algo a ser percebido no modo de vida dos militares brasileiros que, em última instância, foi relevante nas decisões tomadas por ocasião da crise política que o país enfrentou nos anos 60. Stepan (1975) sinalizou, no sentido de buscar, na origem social dos generais de 64, as explicações para esse modo de vida próprio que se desenvolveu na caserna. Para o brasilianista, a fragilidade da classe política brasileira; a desorganização da classe baixa que sempre esteve envolvida em lutas mesquinhas; e a arrogância da classe alta que não se preocupava, senão com seus próprios interesses, levaram os militares a desenvolverem um sentimento de exclusividade para as questões da pátria. Como se fossem os únicos, que, de fato, se preocupavam com o país, e logo em momentos de crise, se sentiram no dever de intervir na vida política³², praticando assim, uma ação social racional referente a valores.

³²Para Stepan, que realizou um primoroso trabalho de análise de aspectos antes não explorados a respeito dos militares das Forças Armadas, “[...] os oficiais brasileiros [...] viam [...] as elites tradicionais com interesses estreitos e pessoais, incompatíveis com o que os militares consideravam problemas nacionais mais amplos [...] as classes baixas, especialmente os sindicatos defensores de mesquinhos objetivos sectários, opostos, muitas vezes, ao bem estar nacional [...]. Assim [...] os militares se consideram um grupo social e organizacional cujos interesses coincidem com o desenvolvimento [...]. Isto explica a [...] tendência usual do militar a ver em si mesmo uma organização com a missão de defender o país [...]”. Para ver mais: Stepan (1975).

CAPÍTULO II – A ÉTICA CASTRENSE E SUA CONSTRUÇÃO NA HISTÓRIA DO EXÉRCITO

2.1 MILITARES – CONSTRUTORES DO BRASIL

A história da instituição militar narrada neste capítulo tem seu início na chegada da família real ao Brasil, muito embora se saiba que a presença militar no país é tão remota quanto a história de sua colonização.

No entanto, os elementos da ética aqui investigada só são possíveis de serem percebidos quando a Força toma forma sistematizada e se estrutura mais claramente como uma instituição regular. Assim, o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da chegada da família Real.

Entre as muitas tarefas com as quais a corte recém chegada se deparou, uma foi a necessidade da estruturação de um corpo militar preparado para conter as possíveis investidas de usurpadores ao imenso território e, sobretudo, garantir a integridade da coroa, que havia deixado a metrópole exatamente pela inexistência de um Exército capaz de conter as tropas de Napoleão. O Príncipe Dom João encontrou no Brasil forças militares por demais frágeis para merecerem o nome de Exército. Conforme palavras de Vianna (1956, p. 268), “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos”.

Nomeado por Dom João VI, caberia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a tarefa de criação de um Exército, pasta que nesse momento, era ocupada por Dom Rodrigo de Souza, que desde Portugal já alertava Dom João quanto aos problemas de uma política militar fraca e displicente (MOTTA, 1998).

Para o ministro nomeado, um exército vale o que valem os seus oficiais, os seus comandantes. Assim, a estruturação de um exército compatível com as necessidades vigentes passaria inevitavelmente pela formação de um corpo de oficiais como primeiro elemento, no sentido de reformar o Exército para dar-lhe

disciplina e instrução. Idéia que tem sua materialização com a criação da Real Academia Militar, dois anos após a chegada da família real, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810. Nas entrelinhas da redação do estatuto da academia recém criada, é possível perceber as intenções de seus criadores que, a despeito de todos os obstáculos que enfrentariam no novo continente, não se intimidavam em dizer de suas pretensões quanto à formação de um Exército que estivesse em mesmo padrão de profissionalismo de exércitos de outras nações do velho continente. Na carta caberia à junta militar da Academia o dever de propiciar as condições necessárias para levar os alunos “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA, 1998, p. 21).

Jehovah Motta, autor já citado, em um trabalho pormenorizado a respeito da grade curricular da Real Academia Militar, fornece alguns indícios que apontam para a origem de um elemento importante que compõe a ética castrense e que foi fundamental nos acontecimentos posteriores a essa data. Segundo Motta (1998), estando definido em seu estatuto, a Academia nascia com duas finalidades:

- 1) Formar oficiais de infantaria e de cavalaria, sendo estes combates formados especificamente para as operações de guerra;
- 2) Formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros, incluindo geógrafos e topógrafos, aptos para direção de construção de estradas, pontes, portos, etc.

A escola nascente surgia, assim, com uma dupla função. A primeira, muito óbvia, se destinava, como já dito, à formação de oficiais aptos para a defesa do país contra tropas estrangeiras. A segunda função, a formação de engenheiros, é a que nos chama atenção, pois ela serviu como a alavanca que conduziu o Exército e seus oficiais a se envolverem desde cedo com as causas públicas do país.

A grande ênfase na formação de militares engenheiros³³ permitiu que o Exército estivesse presente nas mais significativas ações de pioneirismo, como de topografia, telegrafia, abertura de estradas de ferro e, conseqüentemente, em ações administrativas o que deu à instituição a “glória” até hoje ostentada de “construtores do Brasil”. Mais tarde essa mesma estrutura construída em torno do Exército motivara os militares a estarem na vanguarda das questões petrolíferas, siderurgia e industrialização.

Começa ali, no início da formação de oficiais genuinamente brasileiros, a se desenhar o perfil de um Exército, cujo dever não se limitava aos problemas da caserna e a questões de defesa externa, fazendo com que as linhas divisórias entre a profissão militar e poder público se mostrassem muito tênues para serem respeitadas em tempos de crises.

O modelo formulado por Dom Rodrigo, e posto em prática com a implantação da Real Academia, atendeu às expectativas iniciais, isto porque o Brasil do início do século XIX era um país carente de profissionais da área de engenharia. Em 1823 a escola militar, por ordem do Governo, passou a receber civis com a finalidade de formar engenheiros, que não tinham nenhum compromisso com a carreira militar, fato que não agradou parte da cúpula dirigente que temia a “paisanização³⁴” da escola.

No entanto, o sonho de Dom Rodrigo, que, durante duas primeiras décadas havia sido alvo de elogios, começou dar sinais de esgotamento, fato que se comprovou

³³ Para a formação do oficial, era preciso 7 anos de estudos. Na distribuição das disciplinas se verifica o grande número de matérias próprias da engenharia. Ao final do curso os alunos formados eram chamados de Tenentes doutores, que, diante da triste realidade do precário sistema educacional, faziam parte de uma pequena parcela de privilegiados. O currículo era assim dividido: 1º ano: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho; 2º ano: Álgebra, Geometria Analítica. Calculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho; 3º ano: Mecânica. Balística e Desenho; 4º ano: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho; 5º ano: Tática, Estratégia, Castramentação, Fortificação de Campanha e reconhecimento do terreno, Química; 6º ano: Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas e Canais, Minerologia e Desenho; 7º ano: Artilharia, Minas, História Natural. Admitia-se também o ensino de História Militar num oitavo ano, que se resumia no estudo das biografias de “grandes generais” e das “grandes batalhas”. Para ver mais: Motta (1998, p. 23).

³⁴ Essa expressão vem da palavra paisano, termo comumente utilizado dentro no meio militar para identificar o civil. A expressão, em geral, é usada no sentido pejorativo, onde o militar estaria acima no que diz respeito à organização, vivacidade, pontualidade e compromisso com os bens públicos.

por ocasião da necessidade de mobilização e emprego rápido de tropas para conter os levantes que se instalaram no Brasil durante o período regencial. Uma das explicações dadas para a dificuldade encontrada foi o fato da formação militar na Real Academia ter estado dividida entre a formação de engenheiros e oficiais combatentes, entre escola para militares e escola para civis. Esse problema é observado, já em 1823, pelo Coronel Francisco Vilela Barbosa (mais tarde Marques de Paranaguá) que, em parecer sobre a Academia, dizia que:

[...] Quando uma escola é instituída para **um único e determinado fim** não é muito difícil prescrever-se-lhe um curso de estudos sistemáticos e metódicos, mas quando a mesma escola, qual a Academia Militar, tem por objetivo preparar e formar cidadãos para diversos destinos, [...] é tarefa, se não desesperada, de complicada execução (MOTTA, 1998, p. 58, grifo nosso)³⁵.

Reformas foram implantadas no sentido de dar ao exército mais operacionalidade. No entanto, as antinomias postas quando da criação da Real Academia Militar, em 1810, que dividiram os objetivos da escola, não foram plenamente superadas pelas novas medidas. A formação do oficial e o conseqüente perfil do Exército continuaram a ser moldados, divididos entre profissão militar e causas públicas. Em 1851, Manoel Felizardo de Souza e Melo, em relatório ao Ministério da Guerra, expressava sua opinião a respeito, dizendo que: “A Nossa Escola Militar tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém, para fazer oficiais [...]” (MELO, apud MOTTA, 1998, p. 105).

Falando ainda sobre os anos de 1831 a 1850, que foram marcados por uma onda de manifestações populares em diferentes pontos do país, encontra-se nas palavras de Capistrano de Abreu uma idéia daquele momento onde também se verifica a existência de um Exército ainda mal treinado e doutrinariamente indefinido. Em um discurso conservador, Capistrano assim se expressa:

[...] De repente o Brasil inteiro estrebuchou nas convulsões de um delírio muscular. De Marajó ao Chuí rugiu a onda de anarquia que tudo alagou, manifestações políticas no governicho do Rio Grande do Sul, na sabinada da Bahia, nas correrias de Pinto Madeira, no Ceará, incorporando agravos seculares de classes oprimidas, como a cabanagem do Pará, a balaiada do Maranhão, a cabanada de Pernambuco [...] (CAPISTRANO, apud MOTTA, 1998, p. 48).

³⁵ Arquivo Nacional, caixa 694, ano 1823.

Num momento de turbulência política, Capistrano relata um Exército completamente inseguro de suas funções, “[...] sobressaía a Corte, onde se encarniçavam soldados dissolutos, capoeiras desaiçamados, sincários, caramurus partidários da volta do ex-Imperador [...] um verdadeiro pandemônio [...]” (CAPISTRANO, apud MOTTA, 1998, p. 48).

Com esses acontecimentos podemos observar algumas questões importantes de serem verificadas. Primeiro é de entender como o distanciamento entre civis e militares no Brasil vai sendo construído, em meio a uma relação de conflitos que a cada momento vai levando a uma constante disputa pelo poder público. E, segundo, ver que a ética militar parece não conseguir se voltar apenas para os problemas internos da instituição.

2.2 GUERRA DO PARAGUAI – VOLUNTARIADO E PATRIOTISMO

Os conflitos de fronteiras no sul do Brasil, na segunda metade do século XIX e, sobretudo, a Guerra do Paraguai, nos mostram que, a despeito de todas as tentativas realizadas pelo governo em décadas anteriores, elas não foram suficientes para formar um exército combatível, mostrando que o país continuava muito aquém de um corpo militar à altura de suas reais necessidades. Em 1865, A Guerra do Paraguai desabou sobre o país, exigindo medidas rápidas e eficientes por parte dos militares e prioridade de investimento do Império. Uma análise das Ordens do Dia³⁶ aponta indícios claros da precariedade da tropa brasileira que seguiu para o sul do país.

Há uma questão relacionada aos “Voluntários da Pátria”, e que interessa, pois esse episódio forneceu um elemento que incorporou a ética militar ao longo dos anos. Diante da necessidade de aumentar em curto prazo o efetivo militar, o Governo

³⁶ “Ordens do Dia” eram documentos oficiais onde os chefes militares relatavam os principais acontecimentos envolvendo a tropa em combate, como: elogios formulados aqueles que se destacavam em combate; punições impostas aos transgressores; relatórios de baixas em combates, promoções, etc. As Ordens do Dia constituem um dos principais documentos investigados por especialistas que estudam o período.

imperial, que não contava com um serviço militar obrigatório, não possuía um efetivo de reserva treinado e, sem um serviço de mobilização (fatores elementares de um corpo militar organizado), só restava-lhe a improvisação. Com a finalidade de obter um número considerável de soldados, o governo apela ao sentimento da população com a propaganda de amor à pátria. Essa estratégia pode ser sentida nas palavras do Ministro da Guerra, Visconde de Camamu, que, mesmo diante da pouca repercussão inicial, transcreveu em um Relatório de 1865 palavras que buscavam despertar a vibração³⁷ patriótica:

[...] Lisonjeia-nos, porém, a afluência que tem havido de voluntários denominados da 'Pátria' a fim de marcharem para as novas fronteiras, donde cumpre expelir o inimigo, que invadira o nosso território. De todas as classes da sociedade, apresentam-se diariamente cidadãos **pedindo a honra** de alistar-se nos corpos que seguem para o Sul e Mato Grosso (FRAGOSO, 1934, p. 219, grifo nosso).

Segundo o Relatório, houve uma mobilização “patriótica” como jamais vista e de todas as partes do Brasil:

[...] Pais de família, empregados públicos, todos procuram concorrer para desafronta do país, sem olhar para os trabalhos de viagem e comodidades que abandonam. Enche-nos de ufania tão nobre espetáculo; e quando a nação em peso ergue-se, como um só homem, no momento da agressão externa, comprova que sabe devidamente apreciar os dons da independência e liberdade, mantendo com o próprio sangue a integridade do Império e instituições que gozamos [...] (FRAGOSO, 1934, p. 219).

É muito provável que as palavras do Ministro não passassem de mero discurso e que as reais motivações dos voluntários estivessem mais ligadas às promessas que o Império fez saber em 18 artigos do Decreto, n.º 3.371, de 7 de janeiro de 1865, que instituiu os Batalhões de Voluntários da Pátria.

Além do soldo que eles perceberiam mensalmente, o Decreto, em resumo, previa:

- Gratificação de 300 réis diários e 22.500 braças quadradas de terra, que deveriam ser recebidas ao dar baixa;
- Garantia de baixa, logo que findasse a Guerra e passagem de retorno imediato para qualquer lugar do país;

³⁷ Termo comumente utilizado na caserna para expressar ardor, entusiasmo.

- Pensão para as famílias, em caso de morte, e soldo dobrado pela vida toda, no caso de ferimento em combate que os deixassem inutilizados;
- Aqueles que desistissem da baixa após o fim da Guerra e ficassem por mais três anos receberiam mais trezentos mil réis de gratificação;
- Os que optassem pela baixa imediata após a Guerra teriam preferência de contratação sobre os demais em igualdade de habilitação para o emprego público civil.

O Decreto ainda previa direitos àqueles que, depois de decretada a paz, permanecessem na Força. Para estes, entre outras vantagens, era oferecido o reconhecimento do título de cadete e a garantia de promoção a oficiais, quando se distinguissem, nas mesmas condições das demais praças do Exército.

A oferta do Império causou, de fato, comoção nos homens acima de dezoito anos, que, diante de um país que embora vivesse a euforia de prosperidade econômica da segunda metade do século XIX, promovida pela produção cafeeira em alta escala e pela diversificação agrícola verificada no período – como o algodão, o cacau e ainda a borracha – a riqueza produzida pouco mudava a vida dessas pessoas que viram, na Guerra, a grande chance de resolver seus problemas particulares.

Segundo Fragoso (1934, p. 259), durante os anos de conflito o governo imperial enviou ao campo de batalha cerca de 130.000 homens do Exército e 8.800 homens da Marinha, perfazendo um total aproximado de 139.000. Dados constantes de um mapa elaborado por Domingos José Nogueira Jaguaribe, em 1871, quando Ministro da Guerra, no início do conflito, diz que o efetivo era de aproximadamente 17.000 homens. Mas a questão que nos chama atenção está relacionada ao retorno da tropa brasileira do Sul do Brasil, que se deu a partir de 1871, ficando naquela região um efetivo reduzido até o ano de 1876.

A relação amistosa que se estabeleceu entre a oficialidade e o Império no início do conflito não se repetiu por ocasião do retorno da tropa. A corte, temendo que a repercussão da vitória viesse a estremecer as bases de seu governo, tratou de amenizar a glória dos militares que se sentiram inicialmente ofendidos pela ingratidão do império. Os velhos e cansados generais não foram recebidos como

esperavam; as promessas feitas aos voluntários não foram plenamente cumpridas pelo Império; o efetivo do Exército foi radicalmente reduzido; o aumento nos soldos há muito desejado foi esquecido.

A postura hostil do império causou profundas mágoas e sentimento de revolta nos militares, que posteriormente transformaram a dura experiência em um discurso ético que passou a compor o repertório ideológico dos militares brasileiros: o de se verem como os únicos que efetivamente davam provas concretas de amor e sacrifício à pátria. Afinal, entendiam eles que haviam se submetido às mais duras situações durante o conflito, superando a falta de preparo tático e material, causados pela própria negligência do governo em não investir, por décadas, em políticas de guerra, sujeitando-os a condições inóspitas durante o combate³⁸.

Assim, com o fim da Guerra do Paraguai, o regresso do Exército marcou o início de uma nova fase das relações entre os militares e o Império. O Exército, apesar dos percalços causados pelo posicionamento do Império, era agora uma força político-militar muito maior do que antes da guerra. A situação cada vez mais distante entre Exército e Império levou os militares à natural adesão, inicialmente à campanha abolicionista e posteriormente ao movimento republicano, sob a forte influência da filosofia positivista.

2.3 A REPÚBLICA DOS MILITARES

A experiência da Guerra do Paraguai, mais do que mostrar aos militares a necessidade de modernização, também deixou um legado de valores que passariam

³⁸ Podemos compreender as péssimas condições em que os soldados brasileiros combateram na Guerra do Paraguai quando lemos o depoimento de soldados que estiveram no combate: “[...] Fazíamos essas marchas ordinariamente com alpercatas espanholas, chinelas de couro ou descalços. Os banhados eram muitos, os atoleiros freqüentes, e as botas enchiam-se de água e de lama. Com os sapatos e botinas acontecia o mesmo e os pés se feriam. **Raro era o soldado calçado**” (CERQUEIRA, 1980). Outro autor que também transcreve fatos concernentes às condições de precariedade as quais as tropas brasileiras foram submetidas durante o conflito é Afonso de Carvalho. Ele relata que Caxias, ao assumir o comando geral das tropas na Guerra do Paraguai, encontrou um acampamento onde “[...] os soldados são obrigados a beber água pútrida, [...] a tropa está descalça e seminua [...] O cólera, que em Curuzu transformara quase todo o 2º Exército em montões de cadáveres, transmite-se a Tuiti – e é uma devastação [...]” (CARVALHO, 1976).

a ser sistematicamente lembrados pelos chefes militares. A superação das adversidades, como já relatada, o sentimento de patriotismo parecia ser agora algo exclusivo do homem de farda. Por outro lado, a fidelidade sempre exaltada ao poder maior do país – o Império – não mais alimentava os militares como antes. Dentro desse ambiente de insatisfação não foi difícil que absorvessem com certa facilidade as idéias filosóficas que povoavam o imaginário do Brasil, no final do século XIX – O Positivismo – e se engajassem nos movimentos que representavam oposição ao sistema monárquico, como o abolicionismo e o republicanismo.

Com fim da guerra era natural que se promovesse uma reestruturação da organização militar do país. Muitas unidades que haviam sido deslocadas para o sul foram extintas, outras transferidas para regiões distintas do Brasil. Essa mobilização, apesar de necessária, a fim de adequar a situação de paz, suscitou rumores de que o governo planejava desbaratar o Exército. Para McCann (2007, p. 32), tudo não passava de boatos. No entanto, enfatiza o autor que os anos oitenta foram tempos de crise na relação do Exército com o governo. A alienação entre militares e o Império se acirrou quando oficiais foram punidos por trazerem a público suas insatisfações ao governo. Esta decisão serviu de combustível para sustentar uma crise ainda maior que estava por vir. Oficiais que a essa altura encontravam-se filiados a diferentes partidos políticos se uniram para exigir do governo o cancelamento das punições impostas aos colegas. No calor desses acontecimentos, e eufóricos pela vitória contra o Império, os militares fundam o Clube Militar, com sede na cidade do Rio de Janeiro, que passou a ser palco dos mais calorosos debates políticos entre militares e civis, simpatizantes da causa militar. Ali foram alinhavadas as ações que culminarão com a Proclamação da República. Uma das primeiras reivindicações do Clube foi a conhecida solicitação à princesa regente, que, “[...] em nome da humanidade e da honra da própria bandeira que defende, [...] eximisse o Exército da abominável missão de caçar escravos fugidos [...]” (MCCANN, 2007, p. 33).

Para Carvalho (2005, p. 39), os militares, após a guerra, vão paulatinamente tomando aversão à monarquia, sobretudo o grupo que estava às voltas com Deodoro. Para eles, “[...] A República era o ato final da Questão Militar, sua solução definitiva pela eliminação de um regime que, segundo eles, era dominado por uma

elite bacharelesca infensa aos **interesses castrenses**, desrespeitosa dos **brios militares** [...]" (grifo nosso).

Os acontecimentos que se seguem são conhecidos, no dia 15 de novembro de 1889. O Marechal Deodoro da Fonseca, apoiado pelo partido Republicano, demite o Conselho de Ministro e seu presidente e, em seguida, assina o manifesto, proclamando um novo regime político para o Brasil.

Algumas questões merecem ser destacadas neste ambiente que antecede o advento da República. Primeiro entender como os militares, em nome de um discurso ético, vão aceleradamente se engajando em questões políticas. Isso fica claro nas palavras utilizadas por Deodoro quando da petição à princesa, onde enfatiza que era desonroso ao Exército perambular pelas matas atrás de escravos fugidos. E na outra em que Deodoro escreve ao Imperador para manifestar seu repúdio à decisão do ministério de revogar a decisão do Conselho Superior de Justiça Militar de limpar as fichas dos militares punidos por manifestarem suas opiniões políticas. Nas duas vezes que escreve, o Marechal utiliza adjetivos como: "orgulho", "dignidade" e respeito à farda que veste, ameaçando deixar de vesti-la caso o pedido não fosse atendido.

Assim, o país caminhava a passos rápidos em direção a mudanças políticas, sob a batuta dos militares, que, movidos por sentimentos éticos, iam cada vez mais se tornando independentes em suas atitudes. A autonomia desses militares era patrocinada pelos políticos brasileiros, que recorriam constantemente à caserna com a intenção de cooptar forças para defender seus próprios interesses. Como na ocasião da Proclamação da República, onde diziam que a aliança com os militares era fundamental para o êxito na implantação do novo regime. Interesse que pode ser percebido nas palavras de Quintino Bocaiúva, que, as vésperas da proclamação, anunciava: "[...] Sem as Forças Armadas ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura [...], mas principalmente uma derrota dos republicanos [...]" (CARVALHO, 1976, p. 49).

O que os políticos não compreendiam é que, ao buscarem nos quartéis a força para as mudanças que desejavam, acabavam por dar aos militares o direito de serem

ouvidos em quaisquer questões que exigissem um grau de complexidade maior. McCann, na abertura do capítulo que trata sobre os primeiros anos de República, cita na epígrafe uma frase de Érico Veríssimo, que retrata muito bem a força que os militares ganharam após 1889:

[...] Foram mexer com o Exército que no tempo do Império vivia quieto no seu canto. Corremos agora o perigo duma ditadura militar. Daqui por diante ninguém vai fazer mais nada, sem primeiro ouvir e cheirar os generais (VERISSIMO, apud MCCANN, 2007, p. 27).

O fim do Império veio com um golpe e não com uma revolução popular. Muito embora as reais intenções que motivaram o estabelecimento do sistema republicano sejam discutidas sob diversos aspectos, a verdade é que, em 1889 configurou-se a primeira intervenção efetiva dos militares na vida política brasileira. Com a República, os militares colocavam em prática o sonho que haviam sufocado durante os últimos anos do Império. Isto pode ser percebido pela pressa com que certas medidas são tomadas após a posse de Deodoro. Há menos de um mês no poder, o governo Republicano tratou de aumentar o soldo dos militares; vários oficiais foram promovidos, e alguns subiram três postos de uma só vez; generais e coronéis assumiram o governo de diversos estados; militares que foram desprestigiados pela monarquia receberam títulos honorários, como forma de reconhecimento (MCCANN, 2007).

É inegável que os militares ao longo da história do Brasil apresentem sinais claros de preocupação com a pátria e com os rumos políticos do país, no sentido de desejar uma nação que preserve suas tradições e valores. O zelo dos militares pela ordem pública e pela igualdade de acesso de todos os cidadãos à riqueza produzida dentro do território nacional pode, sem muito esforço, ser percebido historicamente. No entanto, nada mais incomoda os militares, a ponto de levá-los a atitudes radicais como a de um golpe, do que a quebra da ética, que dia-a-dia é cultuada nos quartéis. Como bem expressa McCann (2007, p. 35), “[...] Honra, dever, país e disciplina são lemas do vocabulário militar no mundo todo [...]”.

O que o autor citado não consegue perceber para o caso brasileiro, ao analisar a queda do Império, é saber o que levou Deodoro a proclamar a República, mesmo

depois de haver jurado sobre o Novo Testamento defender o Império: “[...] Algo de profundo deve ter motivado Deodoro e os oficiais conspiradores a porem de lado seus juramentos [...]” (MCCANN, 2007, p. 37). A resposta para a indagação de McCann, no caso de 1889, bem como para as intervenções militares que se sucedem, deve ser pensada a partir de motivações de uma instituição cujo indivíduo é sobreposto em sua identidade por um bem coletivo. Ou seja, o soldado é disciplinado a ver a pátria acima de quaisquer interesses particulares e a se sentir honrado ao sacrificar seus próprios ideais em prol de objetivos coletivos.

A primeira experiência dos militares frente ao executivo do novo regime não foi das mais gratificantes para o quartel. Os problemas econômicos e seus conseqüentes sociais não desapareceram com a República, como era de se esperar. Sobre este momento de transição, assim escreveu Prado Junior (2000, p. 163):

[...] Os primeiros anos que se seguem imediatamente à proclamação da República serão dos mais graves da história das finanças brasileiras. A implantação do novo regime não encontrou oposição nem resistência aberta sérias. Mas a grande transformação política e administrativa que operou não se estabilizará e normalizará, senão depois de muitos anos de lutas e agitações. Do império unitário, o Brasil passou bruscamente com a República para uma federação largamente descentralizada que entregou às antigas províncias, agora Estados, uma considerável autonomia administrativa, financeira e até política. Além disto, o caráter nitidamente militar do golpe republicano de 15 de novembro de 1889 introduziu na política do país um novo elemento que antes não figurara nela senão muito discretamente: a espada. Ele representará daí por diante um papel de grande relevo. O militar político tornar-se-á um dos personagens centrais do novo regime, e o apelo às armas se faz, em conseqüência, freqüente. Isto se verifica logo nos primeiros anos da República em que à agitação política se acrescentam golpes de força e a guerra civil que foi desencadeada em 1893, lavrará até 1895 [...].

Os militares, apesar da vontade, não tinham um projeto para o país e, se não bastasse o fato de não darem conta de responder às necessidades políticas do momento, deixaram de lado os problemas que efetivamente lhes diziam respeito – a Guerra.

O sonho da República fez com os militares se esquecessem ou não priorizassem a formação militar como homens de guerra. As escolas de oficiais, que, no início do século XIX eram marcadas por uma forte presença da engenharia, em detrimento da formação de combatentes, chegam ao final do século profundamente influenciadas

pela formação humanística. Segundo dados apresentados por McCann (2007, p. 41), o Exército quase não realizava mais manobras; praças e oficiais raramente realizavam treinamentos de tiros. O que se pode notar é que a formação militar produzia muito mais escritores³⁹, burocratas e políticos do que homens vocacionados para defesa do país. O resultado para essa opção não demorou a chegar e o sonho da República por ora é substituído por um grande pesadelo chamado Canudos.

2.4 O PESADELO CHAMADO CANUDOS

Quem poderia imaginar que um país que bravamente havia desfeito as pretensões de um inimigo (O Paraguai), que assombrou a América do Sul na segunda metade do século XIX, e que ameaçava a Coroa com invasões a seu território, fosse escrever seu mais triste e indesejado capítulo da história ante a um “inimigo” cuja origem não provinha de além fronteira? Quando Antônio Conselheiro e seus seguidores deram seus primeiros sinais de existência, todos pensavam que não passava de uma daquelas pequenas agitações e que seria facilmente abafada pela força militar. Mas o que sucede é um episódio que deixaria profundas marcas na trajetória da instituição militar. Em um ano de combate, cerca de cinco mil soldados são mortos no sertão baiano. O Conflito durou dois anos e Quatro Expedições foram necessárias para varrer o sonho daquela comunidade religiosa e “salvar a República”.

O Exército sai da Guerra de Canudos ferido em sua psique (MCCANN, 2007) e com a certeza de que precisava urgentemente se profissionalizar. Muitos dos oficiais, que, desde o fim da Guerra do Paraguai já apontavam esse caminho, haviam morrido sem conseguir seu intento. Cabia a essa nova geração a missão de levar à frente um longo processo de reestruturação da Força, que, em sua essência, pedia

³⁹ O Escritor Euclides da Cunha – o exemplo mais clássico dessa afirmação – em 1886 é expulso da Escola Militar de Realengo por protestar contra a presença do Ministro da Guerra. Com a Proclamação da República ele retorna à Academia, mas abandona definitivamente em 1896, para exercer a profissão de engenheiro e jornalista.

um corpo de oficiais voltado estritamente às táticas de guerra. Canudos colocou às claras algumas evidências da falta de preparo do Exército.

Entre os problemas que o Exército enfrentou em Canudos, os mais fáceis de serem apontados são: (1) ausência de um serviço de informação capaz de fornecer dados elementares do inimigo para o planejamento de um combate eficaz; (2) inexistência de um serviço de subsistência, a fim de manter a tropa devidamente alimentada para a guerra; (3) falta de continuidade nas ações quando da substituição dos comandantes que subestimavam ou ignoravam a existência dos Relatórios feitos por seus antecessores.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por uma intensa batalha interna, no sentido da reconstrução e estabelecimento de um papel adequado para o Exército dentro da sociedade brasileira. Tarefa que não se apresentava fácil para os chefes militares, que, a despeito das diferenças que alimentavam entre si, guardavam o consenso de que era preciso mudar.

A Criação do Estado Maior do Exército⁴⁰ foi um passo importante, no sentido de planejar, articular e concentrar as diferentes idéias que surgiam. De qualquer maneira, Canudos, e mais tarde o Contestado, mostra-nos que o país continuava atribuindo ao Exército o papel de interventor nas causas internas. O sonho da República, idealizado pelos militares, foi abalado por esses acontecimentos. No entanto, o papel de poder moderador, que, para Stepan (1975), os militares herdaram do Império, continuava a dar sinais de vida no imaginário político do Brasil do século XX.

⁴⁰ A Ordem do Dia n.º 778, de 31 de outubro de 1896, publicou a lei que criou o Estado Maior do Exército, ao qual, inspirado no modelo do Exército Alemão, caberia a tarefa de reestruturação do Exército. A necessidade de modernização desejada pelos oficiais pode ser percebida no Relatório do Ministério da Guerra, de 1895, quando diz: “[...] Quase todas as repartições, todos os serviços complementares da administração da guerra, têm organização antiquada que não condiz com as exigências dos progressos da ciência militar e todos em completa desconexão [...]” (ESTEVEZ, 1996, p. 13).

A Revolta da Escola Militar⁴¹ em 1904 mostrava que medidas urgentes precisavam ser tomadas no sentido de colocar o Exército nos trilhos da disciplina e da hierarquia. O comando do Exército não esperou muito e fechou a escola imediatamente, contudo essa medida não resolvia os problemas da instituição.

A disciplina era uma das principais preocupações dos chefes militares na transição do século XIX para o século XX. Em 1895, o Ministro da Guerra escreve ao Presidente para expressar sua preocupação com os rumos que a instituição seguia. Para o Ministro, a disciplina só seria alcançada se houvesse investimentos estruturais que dessem aos militares o sentimento de valorização pela profissão.

Senhor Presidente, é tempo de cuidar-se em dar ao Exército Nacional organização compatível com o atual regime democrático e de modo a difundir-se na massa da população a consciência do dever imposto a todo cidadão, de prestar à sua pátria o serviço militar [...] (ESTEVEES, 1996, p. 14).

Além de reivindicar a criação do serviço militar obrigatório, o Ministro manifesta a necessidade de se reaparelhar a Força com novos equipamentos, realizar investimentos na formação e aperfeiçoamento de seus quadros e reformas em suas instalações.

Quase todas as repartições, todos os serviços complementares da administração da guerra, têm organizações antiquadas [...]. A repartição de Quartel Mestre General, a Intendência da Guerra, o corpo de transporte, as Escolas Militares e as Práticas, a própria Secretaria de Estado, estão a exigir reformas importantes [...] se torna mais urgente, à vista das transformações por que tem passado todo o armamento de guerra nos últimos anos [...] (ESTEVEES, 1996, p. 14).

Os Relatórios do Ministério da Guerra continuariam a pedir investimentos para reformas materiais da instituição. No entanto, não demonstravam qualquer possibilidade de se reformar o papel do Exército ante as questões políticas do país. Dizendo-se preocupados com as mudanças que o Brasil estava passando, identificadas por eles como “convulsões sociais e políticas”, os militares insistiam em sinalizar sua atuação também nas questões externas ao quartel.

⁴¹ Concomitantemente à Revolta da Vacina, que sacudiu a cidade do Rio de Janeiro, ocorreu um movimento de revolta dentro da Escola Militar de Realengo, e que foi contido pela ação do general Hermes da Fonseca. Para saber mais ver: McCann (2007, p. 136-139).

Diversas são as causas que podem auxiliar a boa marcha e o adiantamento dos povos, mas entre todas elas há uma, que se considera como indispensável para assegurar a sua **existência moral e política** (grifo nosso).

É a força pública, que preenche a importante função de **manter a ordem** e defender a soberania e os direitos nacionais (ESTEVEES, 1996, p. 14, grifo nosso).

Uma análise dos documentos expedidos pelo Estado-Maior do Exército – EME – pode fornecer indício de como o recém criado órgão tinha pressa na consolidação de um Exército efetivamente organizado, eficiente e doutrinariamente definido. Em 1912, o General de Divisão, José Caetano de Faria, que chefiou o EME por quatro anos, reivindica em relatório⁴² para que se atribua ao órgão por ele dirigido o direito de não só pensar ações para a instituição, mas também a competência para se fazer executar seus resultados (ESTEVEES, 1996, p. 45).

Nos relatórios que se seguem, o EME, mesmo com a natural sucessão de seus chefes, continuará a emitir pareceres a respeito da necessidade de medidas concretas para o novo Exército, que almejavam, entre os assuntos enviados ao Ministro da Guerra, e que merecem destaque: criação do Conselho Superior de Defesa nacional; criação de uma Aviação Militar; criação de um Programa de Mobilização para os Militares; criação do Serviço Militar Pessoal Obrigatório. O interesse desses chefes pode ser sintetizado nas palavras do Gen. José Caetano de Faria, ao dizer que a nação deve, no momento da guerra, poder contar com “[...] um Exército disciplinado, heróico, numeroso, equilibrado, bem provido e sabiamente organizado [...]” (ESTEVEES, 1996, p. 46).

2.5 OS JOVENS TURCOS

Há de se destacar que, além da criação do EME, o Exército procurou, por meio de intercâmbio com países da Europa, a profissionalização de seus quadros. Duas escolas européias forneceram as matrizes para esse novo momento. Primeiro os alemães e depois os franceses.

⁴² Relatório do Estado-Maior do Exército de 1912 (ESTEVEES, 1996).

De 1906 a 1910, por meio de contato e apoio do Barão do Rio Branco e aprovação do Ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, o Exército atende o convite do imperador alemão Guilherme II, e envia para a Alemanha três turmas de jovens oficiais para estagiar no Exército daquele país, com objetivo de modernizar as Forças Armadas, em função de seu atraso. Entre os oficiais enviados, destacam-se os nomes de Bertoldo Klinger, Euclides Figueiredo, Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Amaro de Azambuja Vilanova e Francisco Jorge Pinheiro.

Nesse período, a Alemanha travava com a França uma disputa pela liderança militar na Europa. Assim, ambos os países buscavam ampliar seu campo de influência ao redor do mundo. Essa disputa tanto incluía a ampliação do poderio bélico e inovações táticas, quanto a venda de armamento e o envio de missões militares estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos, que foram experimentados pelo Chile e Argentina.

As contribuições que os jovens turcos trouxeram para as mudanças serão operadas na instituição militar e começarão a aparecer, mais claramente, a partir dos anos 30 do século XX. Os fundadores da Revista Defesa Nacional indicavam o caminho da profissionalização e defendiam o afastamento dos oficiais da vida política, para isso mostravam-se dispostos a servir de modelo para as novas gerações.

A experiência vivida nos dois anos que passaram no Exército Alemão serviria de parâmetro para as idéias que passariam a defender. Não faltou oposição a esse grupo (estima-se que era constituído por cerca de 34 oficiais), que teve de enfrentar outros dois grupos que dividiam a liderança da instituição, os “doutores” e os “tarimbeiros”.

Os primeiros, oriundos das reformas promovidas pelos positivistas de 1890, que deram à escola militar um perfil filosófico, eram os doutores tenentes, doutores capitães, e doutores generais. O grupo dos tarimbeiros era assim chamado por sua

origem de pouca educação formal e por haver ascendido à hierarquia militar por meio de promoções conquistadas pela participação em combates reais.⁴³

Em seu primeiro editorial, os jovens turcos já declaravam seus ideais modernizantes e sugeriam um novo posicionamento para o Exército, em relação ao mundo fora dos quartéis. “[...] É fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem sua formação e desenvolvimento [...]” (MACCANN, 2007, p. 217). Para este grupo, o Exército não deveria se introduzir de forma injustificável em questões políticas, mas acreditavam que a instituição militar deveria ser o ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade, fornecendo a ela o modelo de organização para influenciar a massa geral dos cidadãos.

As idéias defendidas por esses oficiais ganharam corpo e em pouco tempo deixaram de ser objeto somente de editoriais da Revista Defesa Nacional; passaram a ser documentadas e, em 1914, os oficiais reformistas tinham em mãos um vasto programa de reformas. Segundo McCann (2007, p. 218), o programa, que poderia ser resumido em treze itens, pedia que as mudanças ocorressem de baixo para cima, do soldado para o general. Das idéias propostas, cinco merecem ser destacadas: (1) modificação no processo de recrutamento, que deveria ocorrer em massa e não individualmente durante todo ano; (2) mais rigor nos exames de saúde dos voluntários; (3) só homens moralmente sãos deveriam ser alistados; (4) o Serviço Militar deveria ser obrigatório; e (5) os oficiais deveriam ser afastados de qualquer ambição política.

Esses oficiais viam-se como um “bando de Cavaleiros da Idéia”, afirma McCann (2007, p. 217) para os jovens turcos.

[...] O Exército era o primeiro fator de transformação político-social e tinha igualmente uma função educativa e organizadora [...] seu objetivo era transmitir à sociedade as virtudes de um exército: disciplina e hierarquia social, abandono do interesse individual em favor do coletivo e o senso do dever e sacrifício à pátria [...].

⁴³ O termo tarimbeiro vem de tarimba, uma cama de lona presa à parede por correntes, e que era utilizada por militares que moravam no quartel.

Mas o que realmente importa investigar nos ideais reformistas dos jovens turcos que irão influenciar a formação das novas gerações de generais é que, embora seja verdade que a doutrina pregada por eles apontasse para o emprego do Exército, prioritariamente, nas questões de defesa externa do país, ela também não deixava de incluir a intervenção militar na sociedade como sua responsabilidade. Além disso, os jovens turcos reforçaram elementos tácitos da ética castrense, como os já citados anteriormente: o voluntariado; o senso de sacrifício; e o abandono do individual em prol do bem coletivo. Resta dizer que, entre os articuladores da Revista Defesa Nacional, estava um jovem militar de nome Humberto Alencar de Castelo Branco, que serviu ao periódico no serviço de secretário.

Enquanto os jovens turcos desejavam reformar a Força pela profissionalização dos quadros, afastando os oficiais da política, e o EME buscava desenvolver uma unidade de pensamento doutrinário, outros oficiais, do mesmo Exército, estavam com seus olhares voltados para o lado de fora da caserna. Eram jovens oficiais que não aceitavam a política vigente, marcada pela forte presença das oligarquias que monopolizavam a vida política do país.

As agitações que permearam a vida política do Brasil da década de vinte, alimentadas pelo ideal de liberdade, que pode ser tipificado na Semana de Arte Moderna, somadas às crises econômicas decorrentes da superprodução de café e à posterior queda dos negócios na Bolsa de Valores de Nova York, já ao final da década, são acontecimentos que não passaram despercebidos no meio militar, mas, adentraram os portões da caserna, fazendo com que jovens oficiais saíssem às ruas, mostrando que a intenção dos chefes militares, de afastar o quartel das questões políticas, era uma tarefa das mais difíceis de ser enfrentada pela instituição. Nascia o movimento tenentista.

2.6 OS TENENTES DA DÉCADA DE VINTE

Em dois de julho de 1978, o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria com o título: “Prestes lembra a longa marcha da coluna”. Nela, Luiz Carlos Prestes fala do episódio conhecido como “Os 18 do Forte”, que deu origem ao movimento

tenentista, onde é possível perceber o quanto os militares de 20 (Anexo A) estavam envolvidos com a vida política do Brasil. Questionado pelo jornalista sobre o que teria levado ao surgimento do Tenentismo, respondeu que “Naquela época, os tenentes, em geral, e eu, em particular, éramos apolíticos e não nos interessávamos por política, mas acabamos sendo arrastados ao movimento e subjetivamente presos por descontamentos” (PRESTES..., 1978).

Na mesma resposta, Prestes afirma que naquele momento os militares foram cooptados a causas políticas em função das ofensas que o governo sistematicamente dirigia à caserna e diz que

Apenas por isso fomos levados a participar da campanha eleitoral e tomamos posição ao lado do candidato opositor. Mas nossa posição como militares e dispendo de armas era a de conspirar para preparar a luta contra o governo de Epitácio Pessoa. A conspiração foi longa, durou meses (PRESTES..., 1978).

Assim, no dia cinco de julho de 1922, aqueles que passavam pelos calçadões de Copacabana viram a conhecida cena, que foi registrada em fotos e pinturas, onde 18 cidadãos (17 militares e um civil), de armas nas mãos, marcharam em direção à tropa legalista. Eram militares que marchavam para um conflito, que sabiam que não venceriam pelas armas, mas que a ética não lhes apontava alternativa⁴⁴. Era inaceitável que ficassem calados ante as acusações colocadas em uma carta manuscrita publicada em um jornal de Minas Gerais. Nela, o ex-presidente Hermes da Fonseca, na ocasião presidente do Clube Militar, era chamado de “sargento sem compostura”. Aquele que vive dentro do meio militar sabe entender o que significa para um oficial ser comparado a uma “praça” – o sargento, e se não bastasse rebaixá-lo a uma graduação tão inferior, ainda ser qualificado pela falta de compostura. A princípio, a situação poderia ser facilmente contornada se a autoria da carta não fosse atribuída a Arthur Bernardes, político que no ano seguinte tornaria-se Presidente da República.

A prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar, decretados pelo presidente Epitácio Pessoa, em decorrência da atitude do presidente do Clube em

⁴⁴ Segundo Prestes, a tropa legalista do Exército, designada para combater os conspiradores do Forte, contava com um efetivo de 4 mil homens (PRESTES..., 1978).

telegrafar para militares sediados em Pernambuco, recomendando que não saíssem à rua para conter grupos que não aceitavam a eleição de Arthur Bernardes, serviram de motivação final para os 18 do Forte.

As manifestações envolvendo militares deste período, que estão registradas na história do país, são lembradas pela instituição militar aqui estudada com um grau de heroísmo. Se Canudos é um episódio a ser esquecido pela memória militar, o mesmo não ocorre com acontecimentos que envolvem os “tenentes revolucionários de vinte e dois”. O turista que visita hoje o Museu Histórico do Exército, sediado no Forte Copacabana, não encontrará nenhuma homenagem póstuma às milhares de vítimas do conflito ocorrido no sertão baiano, mas se deterá ante as diversas alusões feitas aos oficiais que iniciaram o movimento tenentista. Afinal, no caso de Copacabana, a ética militar foi afrontada por segmentos diversos da sociedade, o que, portanto, justificaria que os profissionais, que outrora juraram lealdade aos poderes constituídos e se colocaram como fiéis defensores da constituição, deixassem os portões da caserna e partissem em direção àqueles que ousavam afrontá-los.

O movimento envolvendo oficiais do Exército vai ressurgir em 1924, exatamente no dia do aniversário de dois anos dos 18 do Forte, agora com a revolta paulista. Os militares iniciam ocupando vários pontos da capital de São Paulo durante 23 dias, chegando a bombardear o Palácio dos Campos Elíseos, sede do governo estadual da época. O movimento iniciado na capital se espalhou por várias cidades do estado e por outros estados do Brasil. O Exército passava por um momento delicado, em decorrência da própria instabilidade política do Brasil. A consequência era o combate entre tropas legalistas – aquelas que estavam ao lado do presidente Arthur Bernardes – e tropas da própria instituição, as tropas dos revoltosos.

A respeito desse delicado momento, o EME, em Relatório de 1925, lamenta que fatos políticos alheios à vida militar tenham adentrado na instituição, causando prejuízos à rotina diária da caserna. No mesmo documento⁴⁵, o relator responsabiliza os políticos por tal situação.

⁴⁵ Relatório do Estado-Maior do Exército de 1925 (ESTEVEZ, 1996).

[...] Desde logo se pode afirmar que os principais responsáveis por esses desatinos de certos militares são os próprios civis, notadamente os que se entregam à profissão política. São eles os que, obedecendo cegamente às paixões partidárias e também por vezes às ambições mais desenfreadas, recorrem ao Exército, a fim de disporem da força material indispensável à realização de seus planos [...] (ESTEVEES, 1996, p. 114).

Para o EME, os militares que se envolviam nessas lutas eram iludidos por políticos, que, utilizando o discurso da existência de males sociais, justificam a revolução militar para chegarem mais rápido ao poder, e assim empurrarem os militares para derrubar o governo constituído, e quando os levantes eram bem sucedidos, afirma o Relatório⁴⁶, os militares assumiam o comando político de forma enganosa, pois ao assumirem, logo

[...] sentem necessidades de recorrer aos civis para múltiplos cargos políticos e administrativos. E assim ficam os militares desde o primeiro instante em minoria justificável, transformados em meros instrumentos dos indivíduos que souberam seduzi-los. Não raro as primeiras vítimas do governo reparador são justamente aqueles chefes que sacudiram talvez de boa fé, ao chamado da turba de infrene desmesurada dos sequiosos do poder [...] (ESTEVEES, 1996, p. 114).

Cooptados, ou não, por civis mal intencionados, a verdade é que a geração de oficiais da década de vinte esteve intimamente ligada às questões políticas do Brasil. Mesmo entre os jovens turcos, alguns seguiram o caminho dos que desejavam mudanças no país pelo uso de ações intervencionistas. Bertoldo Klinger, um dos mais expressivos representantes do grupo reformista, e que estagiou na Alemanha, fundador e principal articulista da Revista Defesa Nacional, mesmo não tendo aderido ao movimento conspirador, sempre se mostrou simpático aos ideais do Tenentismo.

A história subsequente mostra-nos a ampliação de movimentos envolvendo oficiais em diferentes regiões do país, com acréscimo de tropas que formaram a Coluna Prestes, que percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo território nacional. A coluna, segundo McCann (2007, p. 353), foi uma estratégia utilizada pelos rebeldes, “[...] uma manifestação de protesto armado e itinerante que serviria como um constante chamado à ação contra o abominado Bernardes [...]”.

⁴⁶ Relatório do Estado-Maior do Exército de 1925 (ESTEVEES, 1996).

O mesmo autor entende que em determinado momento o movimento liderado por Luiz Carlos Prestes não tinha a finalidade de tomar o poder no Rio de Janeiro, mas de se manter vivo, sustentar a coluna em movimento, fazendo parecer invencível. Agindo assim, poderiam deslocar as atenções das forças regulares para eles, com a finalidade de facilitar as ações dos conspiradores que estavam na capital do país.

A esse respeito, Prestes, na entrevista já citada, responde à pergunta do jornalista, dizendo por que adotou a opção de se manter em constante deslocamento pelo território nacional.

[...] A luta era movida para a derrubada do governo e, como não tínhamos força suficiente para tal, achávamos que deveríamos nos movimentar para atrair sobre nós as maiores forças possíveis, facilitando o trabalho de nossos companheiros da capital do país [...] (PRESTES..., 1978).

O Exército legalista, muito embora não deixasse de agir contra o movimento, não mantinha muita disposição de combater os oponentes, isto por dois motivos. Primeiro, porque se sentiam constrangidos em utilizar a força contra os “irmãos de farda” e segundo, porque muitos oficiais, principalmente tenentes, capitães e majores, concordavam com os rebeldes.

Embora seja bastante difícil definir as reais intenções dos jovens oficiais conspiradores, uma coisa pode-se dizer a respeito daquele movimento: ele representou a bandeira de uma geração que não suportava mais os desmandos da oligarquia, que há anos dominava o cenário político do país. O movimento passou a servir de símbolo para as manifestações de oposição ao sistema político vigente na República Velha.

Ao analisar as conseqüências políticas que o movimento trouxe para os fatos que sucederam no país, Prestes admite que o Tenentismo, “[...] antes de mais nada, foi um movimento feito por jovens e que teve um caráter aventureiro [...]” (PRESTES..., 1978). Porém argumenta que ele revelou o “[...] caráter de seus componentes, como a audácia, o desejo de manter a luta e a bandeira [...]” (PRESTES..., 1978), tendo como principal característica a persistência. O Tenentismo teve, segundo Prestes,

reflexos significativos sobre a nação, permitindo que a grande massa projetasse sobre o movimento as suas ansiedades de mudanças.

[...] A população proletária pequeno-burguesa acompanhava a marcha com grande interesse e constatava, nos deslocamentos da força, que ele (o governo) mentia e não falava a verdade quando afirmavam que havia aniquilado a Coluna executando seus chefes. O descontentamento no país crescia e o prestígio da Coluna transformou-se numa bandeira revolucionária e de luta de reivindicações de todo o povo brasileiro [...] o meu nome foi utilizado pelos políticos como uma bandeira de luta em favor das grandes modificações no país. Posteriormente, aproximou-se a campanha eleitoral de 1930 [...] (PRESTES..., 1978).

O entendimento a respeito das idéias que dividiram o Exército na década de vinte é fundamental para se compreender os rumos que a instituição tomou após o fim do Movimento Tenentista e a ascensão de Getúlio ao poder. Os militares que com ele ascenderam sabiam que medidas radicais teriam que ser tomadas em direção da unidade institucional.

Com Vargas na presidência do país, ocorre uma renovação no comando da instituição.⁴⁷ Muitos oficiais da ativa passaram para a reserva e outros que apoiaram o governo nascente foram promovidos e classificados em cargos estratégicos, a fim de facilitar as ações do novo governo. Oficiais participantes do movimento Tenentista, que se encontravam afastados, foram reincorporados ao Exército. Alguns desses oficiais terão significativa participação nas mudanças que ocorrerão na instituição militar e na vida política do país, entre eles podemos citar os nomes de Juarez Távora, Cordeiros de Faria e Eduardo Gomes.

O novo governo, na concepção dos militares, salvaria a República e possibilitaria as condições necessárias para a implantação da modernização, julgada urgente pelos chefes militares. As mudanças operadas após a Revolução de 30 podem ser sentidas nas ações desenvolvidas na Escola Militar de Realengo (EMR). Nesse

⁴⁷ A renovação do corpo dos oficiais se intensificou após 32. Depois da difícil vitória sobre os constitucionalistas de São Paulo, Góes (líder militar da Revolução de 30) e seus aliados trataram de afastar os militares hostis ao governo. Assim, segundo números apontados por José Murilo de Carvalho, “[...] sem demora 48 oficiais foram reformados. A soma de exilados e reformados chegou a 10% do oficialato. Houve anistia em 1934, mas poucos generais e oficiais superiores voltaram ao serviço ativo. Ao final de 1933, 36 dos 40 generais do Exército já haviam sido promovidos pelo governo. Outra oportunidade para eliminar dissidentes, agora à esquerda, surgiu com as revoltas comunistas de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Pelo menos 107 oficiais e 1.136 praças foram expulsos entre 1935 e 1936 [...]” (CARVALHO, 1999, p. 64).

projeto destacam-se os nomes de dois oficiais que haviam combatido na Primeira Guerra Mundial, junto ao Exército dos aliados. São eles: o Ministro da Guerra – General José Fernandes Leite de Castro – e o Coronel de Cavalaria José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, comandante da Escola, sendo este último um dos mentores intelectuais do culto a Caxias, que é trabalho no capítulo III, da presente dissertação.

Contudo, nenhum outro militar personifica com tanta precisão as mudanças que ocorreram na cultura militar dos anos 30 e 40 do século XX, do que o nome de Pedro Aurélio de Góes Monteiro. A ele coube a missão de implantar na instituição a doutrina prussiana, aquela defendida pelos jovens turcos e pela Missão Francesa. Idéias que até então não haviam ultrapassado o campo das discussões teóricas e quando não, se limitaram a iniciativas isoladas que não eram levadas a efeito. As propostas modernizantes dos jovens turcos finalmente estavam maduras o suficiente para se efetivarem de fato na instituição.

É verdade que o contexto histórico facilitava a execução dessas idéias que até então não haviam saído do papel. Afinal, o governo varguista entendia que era preciso exercer o centralismo contra as políticas regionalistas e a administração do país tinha que ser única, e não como ocorreu na República Velha. Isto facilitava a implantação de uma nova política militar.

Para se ter uma dimensão da influência que Góes Monteiro teve sobre este novo momento do Exército, basta ler alguns trechos de suas idéias que foram registradas em um livro de sua autoria, cujo título é: “Revolução de 30 e a finalidade política do exército”. Nesse trabalho ele fala sobre o papel que os militares deveriam exercer na sociedade brasileira, afirmando:

[...] O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando, para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível [...] Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas [...] (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 21).

Para Monteiro, o Exército só seria forte, organizado e eficiente quando chamado ao combate se estivesse plenamente preparado. Para isso, não bastava apenas se ocupar do treinamento tático, mas de se cercar de todas as condições externas à caserna. Isto quer dizer que os problemas do país eram também problemas dos militares. Uma nação em conflito e envolvida em turbulências internas não poderia conceber um Exército moderno e eficiente. Para Monteiro, a instituição militar, em especial o Exército, deveria se ver como

[...] um órgão essencialmente político; e a ele interessar fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do País [...] (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 22).

Mais adiante, na mesma obra citada, Monteiro enfatiza sem meias palavras o que desejava para a instituição que pertencia. Para ele, estava claro que as questões internas do país diziam respeito aos militares. Entendia que, sendo o Exército “[...] um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército [...]”.

A “política no Exército” a que se refere Góes, diz respeito à infiltração de idéias de partidos políticos na caserna e o envolvimento de praças e oficiais em manifestações populares, fatos que não deveriam acontecer. Já a “política do Exército” consiste no cerne de sua idéia a respeito da posição que a instituição deveria ocupar no cenário político. Ele entendia como ideal a participação ativa dos chefes militares nas decisões do Estado⁴⁸. O que parece controverso para um chefe é que, como preconizava a doutrina pregada pelos jovens turcos e a Missão Francesa, os militares deveriam voltar-se somente para a profissão militar.

⁴⁸ Uma das maneiras que os militares encontraram para serem ouvidos foi criar uma organização denominada Clube 3 de Outubro. Dela faziam parte alguns militares remanescentes do movimento tenentista. A organização, que durou até 1935, era também composta de profissionais liberais, advogados, funcionários do Banco do Brasil, contadores, dentistas e médicos. De início, tinha como tema central defender o prolongamento do governo provisório e o adiamento de uma nova constituição para o país. Posteriormente, em seus manifestos, o clube defendia a existência de um governo central forte e a intervenção do Estado na economia. Após o movimento constitucionalista de 32, em São Paulo, o clube foi perdendo forças e por decisão própria de seus membros foi dissolvido. Para saber mais, ver documentos constantes do ANEXO B desta dissertação.

A esse respeito, José Murilo de Carvalho entende que os militares desse período viviam em uma constante crise de consciência, divididos entre seguir a doutrina que acreditavam e resolver as questões por meio de ações políticas praticadas fora dos quartéis. Segundo Carvalho, as circunstâncias do momento tornavam irrealista a possibilidade do afastamento das agitações políticas. Assim,

[...] Muitos dos que se diziam profissionais puros viram-se liderando protestos e revoltas, em aberta contradição com suas convicções. Góes Monteiro liderou a Revolução de 1930, esquecido do 'grande mudo': Klinger chefiou a Revolta de 1932 [...] (CARVALHO, 1999, p. 61).

A onda autoritária que povoava o imaginário político em todo o mundo, a relação de prestígio de Góes Monteiro junto ao presidente Vargas⁴⁹ (Anexo C) e o conseqüente fato de ter ele ocupado cargos estratégicos na instituição durante o período,⁵⁰ possibilitaram que suas propostas fossem levadas a efeito.

Em 1937, falando como Chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro expressa sua concepção a respeito do conceito de Defesa Nacional⁵¹, que mais tarde iria servir como a gênese da elaboração da “Doutrina de Segurança Nacional”.⁵² Para ele, a solução para o problema da segurança do país não se

⁴⁹ José Murilo de Carvalho afirma que Góes Monteiro tinha carta branca de Vargas para moldar o Exército de acordo com as novas concepções que desenvolvera. Para lhe dar autoridade, o presidente o promoveu a toque de caixa: de tenente coronel em 1930, tornou-se coronel em março de 1931, general-de-brigada em maio desse mesmo ano, e general-de-divisão, o mais alto posto da época, em outubro de 1932. Com todo esse prestígio, era que ambicionasse a presidência e se tornasse alvo constante das tentativas de sedução por parte dos inimigos de Vargas. Barravam-no, no entanto a fidelidade ao chefe de governo e suas tentações terminavam sempre no regresso contrito à aliança com o presidente. Para saber mais, ver Carvalho (1999, p. 59).

⁵⁰ - **Presidente, Clube 3 de Outubro:** de 1930 até 1931.
 - **Chefe, Estado-Maior militar da Revolução de 1930:** de 1930 até 1930.
 - **Comandante, 2ª Região Militar:** de 5/1931 até 1932.
 - **Comandante da 1ª Região Militar:** de 7/1932 até 1932.
 - **Ministro de Estado, Ministério da Guerra:** de 1/1934 até 5/1935.
 - **Chefe, Estado-Maior do Exército:** de 7/1937 até 12/1943.
 - **Ministro de Estado, Ministério da Guerra:** de 8/1945 até 9/1946.
 - **Senador, Partido Social Democrático,** de 1/1947 até 1/1951.
 - **Chefe, Estado-Maior das Forças Armadas,** de 1951 até 12/1952.
 - **Ministro, Superior Tribunal Militar,** de 12/1952 até 10/1956 (GÓES..., 2009).

⁵¹ Relatório do Estado Maior de 1937 (ESTEVEES, 1996, p. 199).

⁵² A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi promulgada no dia 4 de abril de 1935. Nela se definiam os crimes contra a ordem política e social. Os crimes contra a segurança do Estado eram tratados nessa lei com mais rigor, como, por exemplo, o abandono das garantias processuais. O Congresso Nacional debateu intensamente essa lei que posteriormente foi promulgada e aperfeiçoada no Governo de Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. Com a saída de Vargas em 1945, a LSN foi mantida e o princípio de

resumia na modernização técnica e material da instituição militar, mas, “[...] pela sua complexidade [...] por força repercutia fora dos lindes do Exército [...]”. Assim, a política de segurança nacional defendida por Góes deveria ser de interesse de todos os setores da administração pública. “[...] Ao Ministério da Educação deverá caber, então, a unificação da educação moral e cívica em todo o país, guiando-se pelo que já foi feito no âmbito do Exército [...]” (ESTEVES, 1996, p. 199).

Para Monteiro (apud TREVISAN, 1985, p. 205), somente o Exército poderia fornecer o modelo ideal de valores a ser implantado no país, e isto fica claro quando ele analisa alguns setores da sociedade civil, como o operariado, a economia, a administração pública, e a comunidade intelectual da época.

[...] **O operário urbano** é mal orientado, sabotado. O trabalho desorganizado, a economia em crise. A corrida para os centros urbanos e para as posições burocráticas excedem, de muito as expectativas. As **Classes mais cultas** vivem escravizadas às teorias do século passado, demagógicas e prechucas de espírito jurídico e incompatível com a realidade do painel nacional. Tantos factores de desprestígio ocasionam a existência, entre nós de uma massa embrutecida, submetida à servidão e de uma elite envilecida, parasitária, explorada, de que é originária a **mentalidade acanhada, inerte e degenerada de nosso povo** [...] (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 205, grifo nosso).

Suas palavras carregam em sua essência fragmentos evidentes de uma análise feita a partir da influência do darwinismo social, onde a instituição militar estaria no topo da hierarquia social. Para ele, o Estado Novo Vargas era o momento certo para operar as mudanças necessárias e o

[...] Exército, em cuja alma repercutem, de modo especial os anseios do **mais puro** sentimento de brasilidade, deposita suas esperanças nas promessas do Governo, que sem dúvida, não deixara de promover a sua completa restauração na situação mui favorável que ora atravessamos [...] (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 205, grifo nosso).

Boris Fausto, ao analisar a presença militar no governo Vargas, enfatiza que, se nos anos de 1930 a 1934 o Exército encontrava-se ainda dividido internamente, alguns acontecimentos políticos corroboraram para sua organização. Entre os fatos por ele

Segurança Nacional ganhou mais corpo com a criação da Escola Superior de Guerra (ESG). Segmentos diversos da sociedade civil brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil, mostraram-se sempre contra a lei, apontando-a como instrumento limitador das garantias individuais e do regime democrático. Para saber mais, ver: Bicudo (1984); Moniz (1984); (Martins) 1986.

citados, está a intentona comunista de 35, que levou a um esforço do fortalecimento dos princípios hierárquicos de um grau significativo de coesão interna e de unidade de comando. Essa condição foi fundamental para a ditadura de Vargas. Como destaca Coelho (1976, p. 97-126), em 1937 o Exército desempenharia papel decisivo na implantação e sustentação do regime institucionalizado com a decretação do Estado Novo.

O que é importante ressaltar é que o Exército, conforme afirma Diniz (1996, p. 79-120), embora tenha sido peça fundamental para as pretensões de Vargas, seu papel não pode ser reduzido a um simples instrumento do poder getulista, mas, ao contrário, o Exército foi não só um importante elemento dentro do processo de centralização do poder, como também teve peso expressivo nas decisões do governo. Isso nos permite dizer que a função do Exército dentro da sociedade brasileira continuava a ser escrita com as mesmas letras de seu passado: a de uma instituição ativamente participante das questões políticas.

Nem mesmo o maior conflito armado do século XX – a 2ª Guerra Mundial – irá afastar o Exército das decisões políticas ou de discutir assuntos que, em sua essência, não dizem respeito diretamente aos chefes militares. Uma olhada nos relatórios anuais do Estado Maior do Exército nos mostra que, no período de 1939 a 1946, as discussões sobre a Guerra ocuparam boa parte das pautas das reuniões. No entanto, após o final do conflito, três grandes temas passam a ser constantemente citados nesses documentos: Primeiro a necessidade de reorganização e modernização da estrutura material da instituição, isto influenciado pela doutrina militar americana. No Relatório do EME de 1945, o relator sugere que “[...] é necessário, então, que se providencie, com urgência precisa, pelo nosso Exército, do material americano, o que acarretará à adoção de sua organização e de sua doutrina⁵³ [...]” (ESTEVES, 1996, p. 287).

O segundo tema, que ocupará o tempo da cúpula militar, é a questão da segurança nacional, sobretudo no que se refere ao movimento comunista internacional, que, pelo que mostram os relatórios, será acompanhado bem de perto, com a finalidade

⁵³ Relatório do Estado Maior de 1945 (ESTEVES, 1996, p. 287).

de impedir a infiltração doutrinária na instituição. No Relatório de 1951, o documento fala que as Forças Armadas não estavam indenes às investidas doutrinárias do comunismo e alerta que no

[...] Exército, as tentativas de arregimentação buscam de preferência os oficiais, os sargentos e os alunos das escolas militares; na Marinha, os elementos mais visados, são os marinheiros; na Aeronáutica, são os sargentos e especialistas (mecânicos e radio-operadores) (ESTEVES, 1996, p. 326).⁵⁴

Ainda no mesmo documento, o relator diz que, apesar da vulnerabilidade, as Forças Armadas resistiam com vitalidade a todas as tentativas, contudo admitiam a adesão de militares ao sistema comunista. Por essa razão o relatório sugeria a criação de uma lei geral a ser feita fora das Forças Armadas para dar os mecanismos legais para barrar as ações, denominadas, pelos militares, como subversivas.

O terceiro assunto, que concomitantemente é discutido pelo EME, aparece como sendo fundamental e inteiramente ligado aos dois primeiros. São as questões políticas como a de exploração de recursos naturais (petróleo, gás, metanol), a industrialização do país, a construção de rodovias e ferrovias, mostrando que esses assuntos continuavam a ser objeto de preocupação dos chefes militares.

Os Relatórios dos últimos anos da década de 1950 e dos dois primeiros anos da década posterior se concentram em detalhar o panorama da política mundial com grande ênfase nas atividades desenvolvidas pelo Movimento Comunista Internacional.

Após 1962, o tema comunismo desaparece dos relatórios, o que poderia parecer surpreendente, isto porque se sabe que os anos que vão da renúncia de Jânio à queda de Goulart foram de intensa movimentação por parte dos militares, em relação a esse assunto. Mas a questão é facilmente explicada em um relatório expedido no final do ano de 1961, onde se sugere à organização de um Serviço de Informação e Contra-Informação no Exército, quem será o precursor do Centro de

⁵⁴ Relatório do Estado Maior de 1951 (ESTEVES, 1996, p. 287).

Informação do Exército (CIE). Assim, as questões referentes ao tema “comunismo” passam a ser debatidas e posteriormente relatadas de forma ainda mais sigilosa.

Antes de encerrar o presente capítulo, vale aqui ressaltar algumas questões importantes que marcaram as duas décadas que antecederam a intervenção militar de 64. Isto porque, como já enfatizado, não se pode pensar que o papel de intervencionista desempenhado pelos militares no caso de 64 possa ser entendido como algo imediato. José Murilo de Carvalho analisa a ação militar que derrubou Goulart como tendo seu início em 1930 e seu término em 1964. Para isso, ele divide a relação dos militares com a política varguista em três distintas fases, que ironicamente assim chama: a primeira, “O Namoro” (1930 a 1937); a segunda, “O Casamento” (1937 a 1945); e, por fim, a terceira, que interessa neste momento, como “O Divórcio” (1945 a 1964) (CARVALHO, 1999).

Portanto, na análise proposta por Carvalho, o rompimento definitivo entre Vargas e os militares se dá, de fato, dez anos após a sua morte. E Goulart seria a continuidade de uma política que o ex-presidente tentou, por duas vezes, sem sucesso, implantar. Na primeira, ele foi deposto pela ação militar, em 1946 e, na segunda tentativa, veio a frustração e o conseqüente suicídio em 1954.

Vários outros fatores devem ser considerados para se analisar as causas do insucesso de Vargas, quando de seu retorno em 1951: Vargas e a elite econômica; o papel da imprensa; e a sua relação de acertos e desacertos com a classe política. Contudo, é impossível não associar seu discutido desempenho à conflituosa relação que se estabeleceu entre ele e os militares em seu segundo governo.

O fato que mais caracteriza essa fase de distanciamento entre Vargas e os militares é o episódio que ficou conhecido como “Manifesto dos Coronéis”, quando oitenta e quatro oficiais (coronéis e tenentes-coronéis) que exerciam cargos de comando elaboram um documento que inicialmente parecia ser mais um desses rotineiros relatórios que são encaminhados ao escalão superior. De circulação interna no âmbito militar, como pode ser visto em sua classificação de caráter “secreto”, o documento, por razões desconhecidas, acabou sendo publicado na imprensa, tornado-se estopim para uma crise que abalou as estruturas da vida política brasileira do período. E nesse episódio se dá o primeiro embate direto entre os

militares e Goulart, que naquele momento ocupava a pasta do Ministério do Trabalho. O Manifesto, escrito em fevereiro de 1954 (Anexo D), era endereçado ao Ministro da Guerra, e nele os oficiais alertavam para

[...] o descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semi-permanentes (**eles se referem aqui aos militares de carreira e aos que eram temporários**), sobretudo, os postos menos elevados, estão a criar perigoso ambiente de intranqüilidade, agravando pelo enfraquecimento da confiança nos chefes, que já se esboça e amplia. O desestímulo e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam a estagnação duradora da máquina militar, entorpecida em eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento [...] (MANIFESTO..., 1954, grifo nosso).

Ao mesmo tempo em que o documento mostrava a situação de penúria material em que vivia a instituição, também reclamava da falta de recursos para formação e aperfeiçoamento de pessoal.

[...] A (**Há**) inadequação e precariedade das instalações em todo território nacional, quartéis insuficientes, velhos ou de empréstimo, ausência de depósitos, até mesmo com risco de segurança de vidas, deficiência e desaparecimento dos hospitais, o pouco que ainda temos – se executadas luxuosas construções do Serviço de Intendência – condenado à ruína pela exigüidade dos recursos atribuídos à sua conservação; fardamento das praças comprovadamente inadequado, equipamento bélico em grande parte obsoleto [...] a tropa mal assistida e pior enquadrada devido à crônica escassez de quadros subalternos e de monitores [...] (MANIFESTO..., 1954, grifo nosso).

O manifesto, além de sutilmente denunciar o descaso do governo em relação à instituição, como sendo a causa de sua precariedade, também apontava para outros assuntos fora da caserna, como sendo a razão da onda de desmotivação que afetava os quartéis, fazendo com que muitos de seus oficiais estivessem deixando a carreira militar em busca de melhores condições de remuneração em outras profissões.

Segundo os oficiais manifestantes, estava se tornando impossível, diante de tantas dificuldades internas, manter os militares imunes aos fatos que alardeavam todo o país, como a inflação desmesurada, a corrupção em setores da administração pública e as intrigas políticas partidárias. Para eles,

[...] o clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas, que nos últimos tempos [...] vinha envolvendo todo o país, já havia atingido o Exército [...] cujo padrão de honestidade e decore administrativo, acima das mais leves suspeitas ou críticas, [...] só se poderia manter com rigorosas normas de administração e controle [...] (MANIFESTO..., 1954, grifo nosso).

A manifestação feita por esses coronéis chegou no momento em que o governo estava às voltas com crises em diversas áreas – política, econômica e social – fazendo as denúncias repercutirem na sociedade civil. O resultado foi a demissão de dois ministros: o do Trabalho, João Goulart; e o da Guerra, Ciro do Espírito Santo. Outra questão que corroborou para a insatisfação dos oficiais foi a questão salarial dos militares diante da proposta de aumento de cem por cento do salário mínimo, defendida por Goulart.

Aquele aumento foi entendido pelos coronéis como um desprestígio à classe militar, que se encontrava com o salário defasado em relação a outros setores da administração pública. Mesmo havendo demitido os ministros, Vargas anunciou o aumento, agravando assim a oposição civil e militar ao seu governo, terminando com seu suicídio em 1954.

Assim, observa-se que as duas décadas que antecederam a intervenção militar de 64 foram das mais agitadas da história do Brasil. Identificada pela historiografia como a Quarta República, o período que vai de 1945 a 1964 viu dois dos quatro presidentes não completarem os mandatos (Getúlio Vargas e Jânio Quadros) e os dois vices (Café Filho e João Goulart), que assumiram e não passaram a faixa presidencial a seus sucessores. Além disso, o período é marcado por uma constante participação militar na política, que resultou na intervenção de 64, que pendurou por vinte e um anos.

Excetuando-se o governo do general Eurico Dutra (1945-1951), que mais parece um entreato da Era Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) emerge dessa turbulenta experiência democrática, que foi a Quarta República, como um período atípico de desenvolvimento econômico e estabilidade política, no meio de dois governos problemáticos: o de Getúlio Vargas (1951-1954), que terminou com o seu suicídio e o de Jânio Quadros (1961), encerrado com sua renúncia. A força dessa imagem de desenvolvimento econômico e estabilidade política é tão poderosa, que muitos chamam esse governo de “Era JK” ou de “Anos Dourados”.

O que se buscou mostrar nesse capítulo é que, a despeito das inúmeras tentativas dos chefes militares em se afastarem das questões políticas do país, vários fatores se mostraram recorrentes nas diversas fases aqui relatadas, e que acabavam sempre em inserir os militares em questões extracaserne. Não que os militares não desejassem esse lado político, mas há de se considerar que outros setores da sociedade civil corroboraram para que eles não permanecessem dentro dos quartéis. A busca do apoio das armas em momento de crise política acabava por dar aos militares o direito de opinar, sugerir e, às vezes, determinar ações nas mais diversas áreas da administração pública. A fragilidade das instituições políticas do país foi relevante para a construção do papel que os militares construíram de si mesmo dentro da sociedade brasileira. Assim, quando se viam sem saída, apelavam para decisões baseadas nos sentimentos forjados no interior da instituição, o que sintetizamos chamar, neste trabalho, de ética castrense.

Ética que trouxe, dos primeiros anos de império, o sentimento de que não há barreiras entre profissão militar e causas públicas. Da Guerra do Paraguai, ficaram o exclusivismo patriótico e o voluntariado. Se for preciso, sacrifica a própria vida; Da Proclamação, guardaram o orgulho de não aceitarem a subserviência, como a de caçar de escravos fugidos; De Canudos e do Contestado, a certeza do sentimento de dependência que o país nutria por eles; Do Tenentismo, a coragem de enfrentar as adversidades em prol de questões internas do país que até então só haviam sentido na guerra convencional. Do período Vargas, que nas palavras de José Murilo de Carvalho, pode ser compreendido de 1930 a 1964, os militares consolidaram o papel de “interventores vitalícios do Brasil”.

Os militares que chegam a 64 são frutos de uma construção histórica de valores, que são fortemente cultuados dentro de uma instituição que não tira o olhar de fora da caserna, mas que conserva o coração voltado para seu interior. Em última instância, pode-se perceber que, historicamente, a ética militar orientava para a prevalência de ações movidas por valores da tradição, em detrimento de qualquer outra possibilidade que viesse ferir o brio militar.

Diante das dificuldades encontradas para manter os militares longe das influências “maléficas” da vida civil, os chefes militares do pós-tenentismo, mesmo diante dos inúmeros obstáculos já relatados, desenvolveram ações simbólicas, a fim de inculcar na mente do militar os valores da sua profissão. É assim que surge o culto a Caxias do qual se trata no capítulo subsequente.

CAPÍTULO III – MITOS HERÓICOS E A PEDAGOGIA DO EXEMPLO NA CONSTRUÇÃO DA ÉTICA

“O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência”.

Gen. José Pessoa

3.1 OS SÍMBOLOS COMO INSTRUMENTOS CONSTRUTORES DA ÉTICA

Para entender a “alma militar”, é necessário aprofundar-se um pouco nas características simbólicas que fundamentam a organização. Para isso, no presente capítulo, é proposta uma análise de como foi construída a imagem daqueles que são cultuados como “baluartes da instituição” com especial destaque ao culto a Duque de Caxias. Isto por entender que a veneração aos heróis funciona, nesse caso, como fio condutor da moral militar, sendo figuras representativas e pólos irradiadores da ética castrense.

Numa clara opção aristotélica de entendimento da ética⁵⁵, os articuladores desse audacioso projeto entendiam que era preciso criar formas simbólicas para resgatar e conservar os valores que acreditavam. Assim, Caxias, Rondon, Ozório, Sampaio, Cabrita, e outros nomes aqui abordados, deixam de ser simples humanos para se transformarem em “semideuses” capazes de incorporar o padrão ideal que se deseja ao soldado. O apelo às suas virtudes, por vezes, chega a ser exagerado se analisado à luz da razão. Porém, essa exacerbação que se nota no destaque às suas supostas qualidades, ao contrário do que possa parecer, tem, sim, um caráter racional, e se fundamenta na criação de modelos que nem sempre existiram de fato, mas que são apresentados como exemplos para uma proposta puramente pedagógica de doutrinação.

⁵⁵ Para entender a opção aristotélica aqui mencionada, ver o item 1.1.1, do Capítulo I da presente dissertação.

Esta estratégia não tem sua originalidade nos militares brasileiros. Eric Hobsbawm e Terence Ranger demonstram no livro “A invenção das tradições” que, na Escócia, imigrantes Irlandeses, no século XIX, utilizaram dessa prática para forjar uma identidade inexistente. O uso das saias de tartan xadrez, acompanhadas das gaitas de foles, que são apontadas como tradicionais da cultura escocesa, foram, na verdade, fabricadas para forjar uma tradição milenar (HOBSBAWM; RANGER, 2002).

No caso brasileiro, Caxias, por exemplo, é cantado como “Sagrado”, termo normalmente utilizado para classificar aquele que é santo, que não se contamina. Isto se mostra inconcebível para um ser humano, mesmo que não se trate, neste caso, de pecado espiritual.

Caxias, ao longo de sua vida militar, cometeu, com certeza, erros estratégicos no exercício da guerra, contudo os biógrafos, escultores, pintores, e outros artistas encarregados de eternizá-lo, trataram de mostrá-lo como invicto e glorioso, como exemplo dos adjetivos que aparecem na letra da canção feita em sua homenagem.

John Schulz, no livro “O exército na política”, transcreve uma série de críticas que são feitas em relação a Caxias, enquanto comandante da tropa na Guerra do Paraguai, e que sugerem dúvidas quanto à sua condição de “super-herói”. O autor cita uma matéria publicada no Anglo-Brazilian Times, de 23 de março de 1869, onde relata que as perdas “[...] na ponte (Tomada da Ponte de Itororó) poderiam ter sido evitadas com um pouco de precaução [...]”. Outras acusações, e estas, mais graves, chegam a dizer que Caxias abandonava a tropa nos combates mais acirrados. “[...] O correspondente francês afirma que o bravo generalíssimo ‘fugia’ durante a noite sem se despedir do seu exército e sem autorização de seus superiores [...]” (SCHULZ, 1994, p. 69).

Segundo o autor citado, é preciso cautela para analisar as publicações da época, isto porque os ataques partiam da ala liberal da política brasileira e, portanto, tinham motivação política, visto que Caxias pertencia ao bloco conservador.

As críticas a Caxias, que merecem ser pesquisadas com mais detalhes, foram facilmente sufocadas pelo êxito brasileiro nas fronteiras do sul do país. Schulz (1994) acredita que os ataques a Caxias parecem ter sido, de maneira geral, severos demais. Seus opositores, ao perceberem que não havia como contestar o sucesso na guerra contra o Paraguai, mudaram a tática e passaram a justificar o resultado, afirmando que ele havia sido vitorioso por dispor de mais recursos do que outros generais.

Embora o assunto que diz respeito à Guerra do Paraguai seja bastante sugestivo, não é pretensão alongar esta questão no momento. As citações acima foram colocadas para mostrar que, muito embora Caxias tenha sido reconhecido até mesmo por seus “inimigos políticos”, há de se tomar bastante cuidado em tratá-lo como infalível, como sugerem as obras patrocinadas pela Força.

Outra autora que coloca em discussão a sacralidade de Caxias é Adriana Barreto, já citada na introdução. Ela diz que muito dessa divinização que se formou na figura de Caxias se deu por falta de

[...] pesquisas sistemáticas sobre o tema e de poucos estudos sobre o exército imperial que acabaram contribuindo para a difusão de um senso comum histórico que ainda organiza as reflexões sobre a atuação do marechal em livros didáticos e trabalhos acadêmicos [...] (SOUZA, 2009).

A autora aponta três aspectos que caracterizam as análises de “senso comum histórico”, sendo o primeiro deles “a perda da dimensão humana”, de Caxias. Em sua análise, Adriana sugere que Caxias seja devolvido ao século XIX e visto como indivíduo de seu tempo, sujeito às tradições, costumes, obrigações e direitos da rede social em que viveu.

Para Castro (2002, p. 34), a maneira excessiva com que Caxias foi exaltado pela instituição acabou tendo um sentido inverso, assim ele “[...] passou a designar um indivíduo exageradamente rigoroso em disciplina – acepção que se difundiu também entre os civis [...]”. Com isso Caxias ganhou um patamar inatingível e inimitável para o soldado e o resultado acabou sendo o oposto do que se esperava.

Contudo é preciso dizer que os idealizadores do projeto de sacralização de Caxias tinham plena consciência do que estavam fazendo. Entendiam eles que o culto a Caxias era essencial para manter a coesão da tropa, afastar os militares dos movimentos políticos e dar à Força um perfil profissional desejável. José Pessoa, um dos principais articuladores desse projeto, entendia que “[...] política e disciplina militar eram duas coisas que não poderiam se misturar [...]” (CASTRO, 2002, p. 41).

Tais ações objetivavam internalizar no soldado valores que a Força acreditava serem os ideais para a coesão da tropa. No entanto, tem-se o cuidado de ofuscar que o culto a esses heróis, ao contrário do que possa parecer, e quer a instituição, são tradições recentes, como se tenta mostrar ao longo deste capítulo.

As medidas que resultaram na veneração ao mito Caxias podem ser divididas em três momentos diferentes da história da instituição, mas que se complementam e se relacionam plenamente na construção do “herói”. A primeira iniciativa nesse sentido foi do General Setembrino de Carvalho⁵⁶, que, no ano de 1923, quando ocupava a pasta de Ministro da Guerra, instituiu oficialmente o culto a Caxias. A partir do dia 25 de agosto daquele ano, por determinação do ministro, o aniversário de nascimento de Caxias deveria ser comemorado com formaturas de tropas e outras atividades que relacionassem Caxias como o modelo de soldado.

A segunda ocorre após a Revolução de 30, quando José Pessoa, então comandante da Escola Militar de Realengo, inicia uma série de mudanças que irão fortalecer ainda mais as intenções do culto a Caxias. Entre as medidas tomadas por Pessoa, estão: (1) a criação de um novo uniforme para o corpo de alunos; (2) a instituição do título “cadete” para os alunos da Escola Militar de Realengo; (3) a fabricação de réplicas do espadim de Caxias, que passariam a ser conferidas aos cadetes, no primeiro ano de formação. As mudanças promovidas por José Pessoa serão concluídas com a transferência da escola de oficiais de Realengo para Resende, com a inauguração da AMAN em 1944.

⁵⁶ Marechal Setembrino de Carvalho nasceu em 13 de outubro de 1861, ingressou na vida militar em 04 de maio de 1882, atingiu seu posto máximo em 26 de abril de 1924, sendo transferido para a reserva no dia 10 de setembro do mesmo ano.

A respeito dessas mudanças realizadas, José Pessoa deixou registradas as seguintes palavras, que mostram como aquele general acreditava na utilização de símbolos como instrumento de doutrinação:

[...] As novas gerações, educadas sob o signo de Caxias, estão fadadas a mudar de hábitos e a construir o destino de grandeza do Exército, formando uma mentalidade homogênea de Chefes que, a exemplo de seus antepassados, não permitirão o esquecimento das nossas nobres tradições militares (CÂMARA, 1985).

A partir daí, todo material ligado a Caxias (Anexo E) passa a ter valor superestimado pela instituição. Um decreto-lei, promulgado em 12 de abril de 1940, determinava que o testamento e inventário deixado por Caxias,

[...] por consistir de inestimável valor histórico para os brasileiros e com a disposição que muito enaltecem as virtudes cívicas e militares sejam entregues pelo escrivão do 1º ofício da 3ª Vara de Seções de Órfãos ao Ministério da Guerra, cuja guarda e conservação ficaram confiados [...] ⁵⁷. Nesse mesmo ideal de preservação da memória e do culto a Caxias, a escrivãzinha utilizada pelo duque em vida foi doada por familiares, ficando sob a guarda do Ministério do Exército (CÂMARA, 1985).

O terceiro e definitivo momento, no que se refere ao culto a Caxias, dar-se-á no governo de João Goulart, com a escolha dos patronos das Armas e a oficialização de Caxias como Patrono do Exército Brasileiro, isto por meio do Decreto-Lei n.º 51.429, de 13 de maio de 1962.

3.1.1 Caxias – O Patrono

O culto a Caxias, iniciado em 1924 por Setembrino de Carvalho e fortalecido pelas reformas introduzidas por José Pessoa na década de 30, foi concretizado em 1962, com a oficialização de seu nome como representante maior da instituição. Escolha que, segundo Castro (2002, passim), não escapou de ser objeto de discórdia dentro da instituição.

⁵⁷Decreto Lei n.º 603, de 26 de julho de 1940.

A decisão do nome para ocupar a posição mais alta da instituição ocorreu em meio a um debate onde prevaleceu o nome de Caxias. O cenário de referência para essa escolha foi a Guerra do Paraguai. No entanto, estudos recentes sugerem que o militar que mais se destacou pela prática da guerra, nos teatros de operação do Paraguai, não foi Caxias, mas Osório. Sua presença, ao contrário de Caxias, foi direta, ele esteve presente nas batalhas mais significativas, lutando no corpo a corpo. Contudo, especialistas apontam que os critérios utilizados para definir levaram em consideração muito mais os aspectos gerais do perfil dos indicados do que unicamente o desempenho deles em combates. Nesse sentido, Osório não seria o nome mais adequado para representar a elite militar que se via em Caxias. Este sim, vindo de uma família de tradição militar, seria o nome mais adequado para representar uma instituição solidamente fundamentada pela filosofia positivista.⁵⁸

Dentro desse projeto, além de Caxias, foram escolhidos outros nomes para representar as diferentes armas, quadros e serviços que compõem a instituição, conforme se observa no Quadro 2 abaixo:

NOME	DATA DE NASCIMENTO E MORTE	QUADRO/ARMA/SERVIÇO QUE É PATRONO	CAMPO DE ATUAÇÃO
Manoel Luis Osório	Nascimento: 10 de maio de 1808, na Vila de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, atual Município de Osório (RS); Morte: 4 de outubro de 1879.	Cavalaria	Participou das Campanhas da Independência da Cisplatina, de Monte Caseros e da Guerra da Tríplice Aliança. Destacou-se pela sua atuação na Guerra do Paraguai. Para muitos, ele deveria ser o Patrono do Exército, posição ocupada por Caxias.
Antônio de Sampaio	Nascimento: 24 de maio de 1810, na cidade de Tamboril, estado do Ceará; Morte: 6 de julho de 1866.	Infantaria	Esteve presente nos seguintes episódios: Cabanagem (PA), 1836; Balaiada (MA), 1838; Guerra dos Farrapos (RS), 1844-45; Praieira (PE), 1849-50; Combate a Oribe (Uruguai), 1851; Combate a Monte Caseros (Argentina), 1852; Tomada do Paissandu (Uruguai), 1864; e Guerra da Tríplice Aliança (Paraguai), 1866.

⁵⁸ Para ver mais sobre esse assunto: Castro (2002).

Continuação do Quadro 2

Emílio Luís Mallet	Nascimento: 21 de junho de 1801, em Dunquerque, França; Morte:	Artilharia	Guerra da Tríplice Aliança.
Carlos Machado Bitencourt	Nascimento: 12 de abril de 1840, em Porto Alegre; Morte: 05 de novembro de 1897.	Intendência	Destacou-se como encarregado da logística nas operações desenvolvidas pelo Exército, na Guerra de Canudos. Após três tentativas frustradas de acabar com a revolta, o recém nomeado Ministro da Guerra, resolveu intervir diretamente na guerra e constatou que a causa das derrotas era a falta de uma linha de suprimento eficaz. Morreu ao proteger o então presidente Prudente de Moraes de um atentado.
Cândido Mariano da Silva Rondon	Nascimento: 5 de maio de 1865, em Mimoso, próximo a Cuiabá, Mato Grosso; Morte: 19 de janeiro de 1958.	Comunicações	É atribuído a ele o desbravamento de mais de 50.000 quilômetros de sertão e ter estendido mais de 2.000 quilômetros de fios de cobre pelas regiões do País, ligando pontos distantes por meio da comunicação do telégrafo.
João Severiano da Fonseca	Nascimento: 27 de maio de 1836, em Alagoas; Morte: 1897, no Rio de Janeiro.	Saúde	Campanha da Tríplice Aliança; Destacou-se nos trabalhos da Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia.
Carlos Antônio Napion	Nascimento: 30 de outubro de 1757, em Turim, na Itália; Morte: 22 de junho de 1814.	Material Bélico	Chegou ao Brasil em 1808, na comitiva de D. João VI. Aqui recebeu a missão de lançar as bases e promover implementação da indústria bélica nacional.
João Muniz Barreto de Aragão	Nascimento: 17 de junho de 1874 em Santo Amaro, então Província da Bahia; Morte: 16 de janeiro de 1922.	Veterinária	São atribuídos a ele: o início do serviço da Veterinária Militar e a organização da formação de profissionais desta área. É lembrado também como dedicado estudioso e pesquisador do trabalho de profilaxia.
Ricardo Franco de Almeida Serra	Nascimento: 1780, em Portugal; Morte: 16 de janeiro de 1922.	Engenheiros Militares	É exaltado por seus trabalhos de levantamento de fronteiras, havendo explorado mais de 50 rios das bacias do Amazonas e do Prata. Mapeou as capitânicas do Grão-Pará, Piauí, de São José do Rio Negro e de Mato Grosso. E ainda liderou os trabalhos de construção de várias fortificações, entre as quais o Quartel dos Dragões de Vila Bela (no atual Mato Grosso) e o Forte Príncipe da Beira (em Rondônia).

Continuação do Quadro 2

Roberto Trompowski Leitão de Almeida	Nascimento: 8 de fevereiro de 1853 em Santa Catarina; Morte: 12 de agosto de 1926.	Magistério Militar	É cultuado e apontado como modelo de ensinador militar. O Exército destaca por seus projetos dedicados ao estudo ininterrupto da matemática, sua ciência preferida. Foi professor e Diretor do Corpo de Alunos da Escola Militar da Praia Vermelha e mais tarde comandante daquela escola.
Antônio João Ribeiro	Nascimento: Vila de Poconé, Província de Mato Grosso, em 24 de novembro de 1823; Morte: 21 de janeiro de 1809.	Quadro Auxiliar de Oficiais	Comandante da Colônia militar de Dourados no Estado de Mato Grosso. Morreu em combate em 1860. É exaltado por ter resistido até a morte à invasão inimiga em território brasileiro. Mesmo sabendo de sua inferioridade bélica preferiu morrer a entregar-se ao adversário.
Maria Quitéria de Jesus	Nascimento: São José de Itapororocas, no ano de 1797, na antiga Província da Bahia. Morte: 21 de agosto de 1853.	Quadro Complementar de Oficiais do Exército Brasileiro	Foi a primeira mulher brasileira a incorporar em uma instituição militar. Havendo se apresentado como voluntária para compor a tropa que combatia contra aqueles que não aceitavam a independência de 1822, na Bahia.
Antônio Álvares da Silva	Nascimento: em 13 de fevereiro de 1913; Morte: 22 de fevereiro de 1945.	Serviço de Assistência Religiosa	Prestou assistência religiosa aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), nos campos de batalha da Itália, onde veio a falecer vítima de ataque das tropas inimigas, durante a 2ª Guerra Mundial.

Quadro 2 – Outros nomes escolhidos para representar o Exército

Fonte: Informações compiladas dos diversos periódicos já citados na introdução, no subtópico “Quanto às fontes”.

Diferentes meios de manifestação artística foram usados para levar adiante essa bem elaborada metodologia que objetivava difundir conceitos e valores capazes de moldar o caráter do homem de farda. Pinturas, esculturas, canções, gritos de guerra, cerimônias, são criadas para legitimar a veneração, onde tudo é válido para exaltar a figura dos patronos. Os periódicos da Bibliex não ficaram fora desse projeto, não poupando esforços em reproduzir e distribuir, para todo o território brasileiro, inúmeros trabalhos de glorificação a estes homens.

3.1.1.1 O Palácio Duque de Caxias - um templo ao herói

Um atento observador, ao visitar as instalações do Comando Militar do Leste (CML), na cidade do Rio de Janeiro, verá com que riquezas de detalhes o velho Caxias é

reverenciado em cada ponto do enorme edifício, que durante décadas hospedou o Ministério da Guerra. Não é por acaso que o prédio leva o nome de Palácio Duque de Caxias (PDC).

Antes mesmo de se passar pelo Corpo da Guarda do Quartel General (QG), já se observa o simbolismo que seu nome representa para a instituição. Na praça à frente do palácio está o monumento mais significativo construído em homenagem ao duque. A obra foi inaugurada em 1949, no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra e teve, na ocasião, os despojos de Caxias e de sua esposa trasladados de onde se encontravam, no Cemitério do Catumbi, para o *Pantheon*⁵⁹, erguido pela prefeitura da capital da República em memória ao duque (Anexo F).

3.1.1.2 O *Pantheon* de Caxias

O traslado dos restos mortais de Caxias e sua esposa ocorreu em uma glamurosa cerimônia (Anexo G) que mobilizou toda a guarnição do Rio de Janeiro. O acontecimento foi documentado em fotos, que hoje são encontradas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). A cerimônia de exumação dos restos mortais (Anexo H) de Caxias e de sua esposa, Anna Luiza de Loreto Viana Lima, se deu na manhã do dia 23 de agosto de 1949, estando presente ao ato autoridades militares e familiares do duque.

Depositados em uma urna especial, os ossos são transportados inicialmente para a capela do cemitério, sendo vigiado por guardas até a manhã do dia 24. Após as 9:00 h, os despojos são trasladados sobre os ombros de soldados do 1º Batalhão de Guardas, em uniforme de parada, até um carro que os transportou para a Igreja de Santa Cruz dos Militares. Nesse local realizou-se uma missa solene (Anexo I) e uma vigília cívica, composta por quatro oficiais e dois sargentos, e que perdurou até as 8:00 h do dia 25 de agosto. Na manhã do dia 25 (data do nascimento de Caxias), reiniciou-se o traslado dos restos mortais para o *Pantheon*. O Cortejo foi seguido por uma carreato composta por civis e militares do Exército, Marinha e Aeronáutica.

⁵⁹Pantheon = Panteão: monumento para perpetuar a memória de homens ilustres e que em geral contém seus restos mortais (PANTEÃO, 2006).

Neste mesmo dia foi finalmente inaugurado o monumento a Duque de Caxias - O Pantheon, com a colocação dos restos mortais do duque e de sua esposa.

Na cerimônia última deste evento (Anexo J), encontravam-se presentes militares e políticos, que, ao som de canções, viram Mendes de Moraes, Prefeito do Distrito Federal, após um caloroso discurso, entregar o Pantheon ao Exército. A manutenção da obra ficaria, a partir daquela data, a cargo da prefeitura e sua guarda sob responsabilidade do Exército.

O monumento, que é revestido com mármore branco, serve de base para uma estátua esculpida pelo artista Rodolfo Bernadelli⁶⁰. Na obra, Caxias aparece montado em um cavalo, que, segundo seus idealizadores, lembra sua entrada triunfal em Assunção após a vitória sobre Solano Lopes. Nos degraus mais baixos do monumento, que tem uma altura aproximada de dez metros, estão afixados desenhos em baixo relevo, feitos em placas de cobre, que simbolizam a tomada da ponte de Itororó e a entrada do Exército brasileiro no Paraguai.

Ao adentrar o QG, tem-se a sensação que o mundo ficou para trás, num pátio ladeado nos quatros cantos por prédios que abrigam as diversas repartições administrativas, e perde-se a visão da paisagem do lado de fora. As representações artísticas que rememoram os patronos estão presentes nas diversas salas e corredores que abrigam a administração do CML, e da 1ª RM – Primeira Região Militar (Anexo K).

⁶⁰ Apesar de nascido no México, Rodolfo Bernadelli se formou e lançou suas obras no Brasil. Naturalizou-se brasileiro em 1874. Em companhia da família (foi irmão dos também artistas Henrique Bernardelli e Felix Bernardelli), deixou seu país natal em 1866, passando pelo Chile e Argentina e fixando moradia no Rio Grande do Sul. De lá se mudou para o Rio de Janeiro, onde freqüentou entre 1870 e 1876 aulas de escultura e de desenho de modelo vivo. Viveu alguns anos na Europa, estudando em Roma. De volta ao Brasil, passou a atuar como professor de escultura estatuária na Academia Imperial de Belas Artes e como diretor na recém-criada Escola Nacional de Belas Artes, que chefiou por 25 anos. Deve-se a ele a construção do atual edifício. Um dos nossos maiores escultores, deixou uma extensa produção, entre obras tumulares, monumentos comemorativos e bustos de personalidades. Executou as estátuas que ornamentam o prédio do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o Monumento a Carlos Gomes em Campinas, uma estátua de Dom Pedro I para o Museu Paulista da Universidade de São Paulo na cidade de São Paulo e uma estátua de Pedro Álvares Cabral. Parte considerável de seus trabalhos foram doados para a Pinacoteca do Estado. (RODOLFO..., 2008).

É impossível ao soldado, uma vez ou outra, no dia-a-dia da rotina de trabalho, não se achar viajando no tempo, ante às obras sempre colocadas em lugares estratégicos, à visão das pessoas que ali transitam. O exemplo é o quadro pintado por Miranda Júnior, exposto na parede do antigo gabinete do Ministro, em cores vivas, onde Caxias, Ministro da Guerra de 1855, aparece de pé, impecavelmente fardado, em pose ereta, segurando uma planta, e tendo ao seu redor: Porto Alegre, o militar que se destacou na Guerra do Paraguai; Osório, Patrono da Arma de Cavalaria; e Polidório, comandante da Escola Militar da Praia Vermelha. O artista sugere que Caxias esteja discutindo com seus auxiliares a construção da escola militar.

Outro trabalho que chama a atenção dos que transitam no palácio é o vitral que se encontra no saguão de entrada. A obra, pela sua dimensão (13 metros de altura), abrange dois andares, e mostra o “Duque de Caxias em Iitororó”. Ao subir ou ao descer, o soldado certamente irá se impressionar com a magnitude da obra. A luz vinda de fora projeta no vitral a sua claridade, causando sensação de vida à paisagem ali retratada.

No Salão Nobre do palácio, em outros cinco vitrais colocados no teto, segue-se o mesmo objetivo. Neles são representados: “A Batalha de Guararapes”, “A Defesa das Fronteiras”, “A Batalha do Avaí”, “A Proclamação da República” e “A Pátria Brasileira”.

A beleza arquitetônica do palácio, que já mereceu estudos de diferentes especialistas da arte, deve ser entendida muito mais do que como resultante de um concurso onde participaram renomados artistas. Um olhar perspicaz perceberá que a glorificação é parte de um culto simbólico estrategicamente construído. Muito mais do que objetos de decoração do local, as obras destinam-se a inculcar no homem os valores de uma ética.

As obras de escultura e os monumentos de exaltação ao duque e aos patronos não se restringem ao PDC ou à cidade do Rio de Janeiro. O busto de Caxias, em arte tridimensional, está presente em todo o território nacional, seja no pátio do quartel ou nas praças das cidades, as quais normalmente levam também o seu nome. Por

obrigatoriedade do regulamento, toda unidade militar do Exército tem que possuir um quadro com o retrato do duque. No entanto, será muito difícil encontrar um quartel do Exército onde não se veja também o busto de Caxias e do patrono da Arma a qual pertence aquela organização militar.

Quem entra em uma instituição militar certamente vai se deparar com esculturas ou quadros colocados em lugar de destaque. Em geral o vulto aclamado está impecavelmente fardado, com olhar voltado para o horizonte, transparecendo o “ar de vitorioso”, chamando a atenção dos que por ele passam. No peito ostenta as medalhas, representando as honrarias que recebeu ao longo de sua carreira ou no pós-morte. Legendas são colocadas abaixo da peça onde consta o posto, o nome do homenageado e a posição que ocupa no culto à sua personalidade.

3.1.2 O Duque na AMAN

Em nenhum outro local Caxias é mais cultuado do que na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que está sediada na cidade de Resende, no estado do Rio de Janeiro. E por razões conhecidas, a escola de oficiais é extremamente criteriosa na formação conceitual e ética dos cadetes. Isto implicou na criação de símbolos capazes de facilitar a internalização de valores⁶¹, onde Caxias e os demais patronos das Armas, Quadros e Serviços⁶² são mostrados como padrão ideal que se deseja ao futuro oficial. As principais cerimônias que ainda hoje são realizadas pela academia foram implantadas na gestão de José Pessoa, quando comandante da Academia de Realengo, no ano de 1931.⁶³

⁶¹A respeito da internalização de valores na formação do cadete há um trabalho de dissertação de mestrado, apresentado à UERJ, em 2007, onde o principal objetivo da autora, Daniela Schmitz Wortmeyer, foi analisar a eficácia do processo de internalização de valores (iniciativa, disciplina, honestidade e lealdade), proposto pela academia na formação do futuro oficial. O trabalho foi realizado por meio de entrevistas e, muito embora tenham objetivos diferentes do proposto nesta dissertação, sinaliza na direção de pontos comuns que corroboram para o tema aqui proposto. Para mais informações, ver Wortmeyer (2007).

⁶²As especialidades de funções profissionais da estrutura do Exército Brasileiro dividem-se em três: (1) **Armas**: Infantaria, Cavalaria, Engenharia, Comunicações e Artilharia; (2) **Quadros**: Material Bélico, Engenheiros e Saúde; (3) **Serviços**: Intendência.

⁶³Mais tarde, ao falar sobre sua passagem pelo comando da Escola Militar de Realengo, José Pessoa expressa sua crença na utilização de instrumentos simbólicos para atingir o interior da mente do homem de farda. “[...] Naquela época, em que o país atravessava uma das mais turbulentas fases de

Em frente ao Salão de Honra, localizado no 3º piso do conjunto principal da AMAN, encontra-se um busto de bronze com uma placa colocada abaixo, onde consta o nome das praças que foram escolhidas para conduzir o corpo de Caxias, cumprindo assim um desejo do duque declarado em testamento. Segundo seus biógrafos⁶⁴, Caxias, querendo valorizar a disciplina militar, pediu que seu enterro fosse realizado sem honras fúnebres, e apenas que seu caixão fosse conduzido por seis soldados de melhor conduta.

3.1.2.1 O espadim de Caxias

“Recebo o sabre de Caxias, como o próprio símbolo da honra militar”. Com essas palavras, ditas em unísono diante de autoridades e familiares, os jovens futuros oficiais juram fidelidade à vida militar e honra às tradições de Caxias. A entrega do espadim ocorreu pela primeira vez no ano de 1932 e passou a se repetir anualmente a partir de 1944, quando foi inaugurada a AMAN. A entrega da cópia objetiva lembrar sistematicamente ao cadete a sua responsabilidade como herdeiro de Caxias.

O espadim recebido por cada novo cadete é uma réplica do sabre que, segundo as publicações da Bibliex, Caxias recebeu quando atingiu o posto de general em 1841 e utilizou durante cinco vitoriosas campanhas – três internas (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e duas externas – (Guerra do Paraguai). O original encontra-se recolhido ao relicário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

sua existência, está no campo moral, ou melhor, psicológico. Foram visados, sobretudo, a alma e o coração da juventude candidata a Oficial” (CÂMARA, 1985).

⁶⁴Entre os biógrafos de Caxias, se destaca o nome de Afonso de Carvalho. Um livro de sua autoria publicado pela Bibliex, em 1957, foi reproduzido e distribuído para todas as unidades do Exército e consiste em principal fonte de consulta, dos militares, por ocasião das cerimônias que evocam as vitórias do duque. Para mais detalhes, ver Carvalho (1976).

Desde sua incorporação, o cadete é instruído a rever seus valores e isso ocorre por meio das aulas que recebe durante o período de formação ou pelos símbolos com os quais irá conviver nos quatros anos de vida acadêmica.⁶⁵

3.1.2.2 Nas frases de efeito e nos gritos de guerra

Os símbolos, que são repetidos inúmeras vezes neste trabalho, vão desde as obras artísticas mais complexas a simples representações, como aquelas encontradas nos gritos de guerra que são proferidos pelos soldados, seja nos cursos de formação ou nas atividades do dia-a-dia dos quartéis, e como o que ocorre durante as formaturas diárias ou nas corridas do treinamento físico.

Valores éticos como desprendimento, bravura, dignidade, camaradagem, são evocados constantemente nas letras dessas pequenas canções, que objetivam, por meio da repetição constante, moldar na mente do homem um padrão de comportamento. Assim, preparam-no psicologicamente para as possíveis situações de dificuldade que ele, no exercício da guerra, poderá viver, como no exemplo abaixo, onde o cavalariano estimula e exalta o fato de pertencer à Arma de Cavalaria:

*Se não tens a rapidez do raio
O olhar da águia,
e a coragem do leão
Não és digno de pertencer
à Cavalaria.*

Em letras grandes são grifadas frases nas paredes dos alojamentos, refeitórios e outras repartições, e são lidas diariamente pela tropa, como a que está posta na parede do pátio de formatura dos cadetes da AMAN, onde diz: “Cadetes, ide comandar, aprendei a obedecer“. Em outra parede está: “Ser soldado não é profissão; é missão de grandeza“. Durante as formaturas diárias, antes de liberar a tropa para as atividades, sob a ordem do comandante da tropa todos gritam: “O farol

⁶⁵A respeito da vida diária do cadete na AMAN, recomenda-se a leitura do livro de Celso Castro, que, numa análise antropológica/social, relata aspectos interessantes da vida diária do cadete no interior da academia. Para mais informações, ver Castro (1990).

é a missão”. Isto quer dizer que em qualquer dificuldade o objetivo dado deve ser conquistado.

Cada unidade do Exército adota os seus próprios lemas, que são sintetizados em frases curtas e todos os novos soldados, ao entrarem na vida militar, repetirão sistematicamente enquanto vestirem a farda. No 2º Batalhão de Engenharia, sediado na cidade de Pindamonhangaba, vê-se, na parte na viga da entrada daquele quartel, a seguinte frase: “O suor poupa o sangue”. A frase exalta as necessidades do trabalho conjunto e sugere que cada soldado deve doar o máximo de si para o sucesso coletivo, condição entendida como fundamental para a atividade militar.

3.1.3 O hino a Duque de Caxias

O hino a Caxias traz em sua letra a síntese do culto que o soldado deve prestar a seu patrono. Ele foi composto pelo arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino de Corrêa, no ano de 1935, e oferecido ao Exército Brasileiro. O sacerdote católico não poupa elogios ao duque, retratando-o como um personagem que se confunde com a própria história do país, como se houvesse uma indivisibilidade entre a história de Caxias e a história do Brasil. Em bem formuladas frases poéticas, Aquino exalta sua capacidade de promover a paz em meio aos conflitos:

Sobre a história da pátria, oh Caxias,
Quando a guerra tremeja minaz,
O esplendor do teu gládio irradias,
Como íris de glória e de paz.

Enaltece o fato de Caxias ainda jovem⁶⁶ (alferes) ter conduzido a também jovem (novel) nação independente a significativas vitórias;

Foste alferes, que guiando, na frente,
O novel⁶⁷ pavilhão nacional,
Só no Deus dos exércitos crente,
Coroaste-o de louro imortal.

⁶⁶ Em 1835, quando se deram diversos movimentos de resistência à independência no Brasil, Caxias estava com 30 anos de idade.

⁶⁷ Novel: Novo, inexperiente (FERREIRA, 2006, p. 582).

Nos versos seguintes, que somam mais quatro, Aquino apresenta Caxias como o soldado que não conheceu derrota e que, mesmo na desumana (atroz) Guerra do Paraguai, fez valer a sua capacidade de chefe militar:

De vitória em vitória, traçaste.
Essa grande odisséia, que vai,
Das revoltas que aqui dominastes,
As jornadas do atroz Paraguai
Do Teu Gládio sem par, forte e brando
O aro de ouro da paz se forjou,
Que as províncias do Império estreitando,
A unidade da Pátria salvou.

Nos dois últimos versos que se seguem, Caxias é mostrado como *campeão, condestável, sacro e inviolável*. Os versos são intercalados pelo estribilho, onde ele é aclamado como herói brasileiro.

Salve duque glorioso e sagrado.
Oh, Caxias invicto e gentil!
Estribilho - Salve flor de estadista e soldado.
Salve herói militar do Brasil!

Por último, vale ressaltar, na análise do seu hino, que Caxias não é apresentado em nenhum momento como homem público, muito embora se saiba que ele intercalou atividades militares com atividades políticas, tendo ocupado uma cadeira no Senado brasileiro por aproximadamente 35 anos. Isto se explica, pela razão de que o ícone maior da instituição militar deveria ser lembrado apenas como chefe militar. Essa estratégia de não lembrá-lo como político é uma prática usual da instituição, como a que aconteceu por ocasião das comemorações dos 200 anos de Caxias (2003), quando a revista do Clube Militar, em edição especial dedicada a Caxias, dos 17 artigos apresentados, apenas um, de autoria de Jarbas Passarinho, e em duas laudas apenas, tratou de mostrá-lo em suas atividades políticas.

No mesmo tempo em que o culto a Caxias e aos patronos é desenvolvido, outras iniciativas são tomadas a fim de frear o lado político da tropa, e estas medidas são mais perceptíveis de serem analisadas.⁶⁸ Para a liderança militar, era preciso educar

⁶⁸Sobre esse momento, Carvalho (1976) afirma que “[...] diante das inúmeras ameaças à hierarquia e à disciplina surgidas após a revolução (32), tornou-se necessário recompor a organização [...]”.

a tropa para o sentido verdadeiro de sua função constitucional. Buscava-se, nesse sentido, uma mudança de rumo para a atuação da Força na vida pública brasileira. O Quadro 3 abaixo demonstra que nem sempre foi tarefa fácil controlar o ímpeto “revolucionário” que, por vezes, inseria-se no interior da instituição:

MOVIMENTOS MILITARES 1930-1945																
PARTICIPAÇÃO PRINCIPAL	OUT. 1930-34				1935-1939				1940-1945				TOTAL GERAL			
	Ag	Pr	Rev	Tot	Ag	Pr	Rev	Tot	Ag	Pr	Rev	Tot	Ag	Pr	Rev	Tot
Generais	5	4	-	9	2	4	-	6	2	-	-	2	9	8	-	17
Outros oficiais	10	3	2	15	5	2	4	11	2	-	-	2	17	5	6	28
Praças	14	1	5	20	8	3	2	13	1	-	-	1	23	4	7	34
Mista	3	-	3	6	8	-	-	8	1	-	-	1	12	-	3	15
TOTAL	32	8	10	50	23	9	6	38	6	-	-	6	61	17	16	94

Ag = agitação; Pr = Protesto; Rev = revolta.
 Agitação inclui conspirações e casos de motim. Uma greve de cadetes em 1934 foi classificada como protesto de oficiais.
 Quadro organizado por Lucia Lahmeyer Lobo

Quadro 3 – Movimentos militares.

Fonte: Informações compiladas dos diversos periódicos já citados na introdução, no subtópico “Quanto às fontes”.

Observa-se, no quadro acima, a acentuada queda no registro de manifestações por parte dos militares. De 30 a 34, quando se iniciaram as reformas de José Pessoa, aparece um total de 50 agitações. O número cai para 38 no período seguinte (1935 a 1939), chegando a apenas 6 no final de 1945.

Após este período, as revoltas militares não desapareceram na verdade, mas se manifestaram de maneira diferente, foram organizadas e aplicadas de cima para baixo⁶⁹. O exemplo mais clássico dessa nova fase é a intervenção de 64, que muito

Segundo o mesmo autor, mesmo depois da revolução havia indícios de fragmentação da Força. Para conter essa demanda, diferentes decretos foram baixados, tais como: (1) a proibição de participação de militares na política partidária; (2) reforma da grade curricular, nas escolas militares; e (3) passagem, de imediato, para reserva de militares considerados ameaçadores à nova proposta. Outras medidas do comando foram tomadas neste período para conter as revoltas, e estas não são percebidas por Carvalho, como: A introdução do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) - Dec n.º 2.543, de 24 de março de 1938, e do Regulamento de Instrução e Serviços Gerais (RISG) n.º 603, de 26 de julho de 1940.

⁶⁹Um exemplo dessa nova forma de revolta é o famoso Manifesto dos Coronéis, ocorrido em fevereiro de 54, em forma de memorial, assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis. O documento foi dirigido ao Ministro da Guerra e reclamava a falta de equipamentos modernos, baixos salários e alertava para o perigo das infiltrações do comunismo no país. O Manifesto obedecia à hierarquia, era sigiloso, e de conteúdo reservado, mas a oposição tratou de espalhar seu conteúdo pela imprensa.

embora mereça algumas ressalvas, foi arquitetada e colocada em prática por oficiais que se encontravam nos postos mais altos da instituição. Aparentemente, a tropa estava sob controle. Uma das características da ação militar de 64, que a fez parecer legítima para a Força, foi o seu acontecimento ter à frente oficiais da alta cúpula da instituição, ao contrário da maioria dos movimentos das décadas de 20 e 30, onde era constata a atuação de tenentes e capitães.

3.1.4 O culto a Caxias nos dias de hoje

A veneração aos patronos tem sido alimentada a cada ano, como pode ser visto em documentos recentes da instituição. Por ocasião do bicentenário de Caxias, o Exército, por intermédio do seu comandante, mandou que fossem elaboradas e postas em ação, pelos escalões subordinados, uma série de atividades, a fim de reavivar a memória do duque.

Tais medidas são aqui transcritas por darem uma idéia do esforço que é feito no sentido de manter acesas as chamas das tradições e do culto a Caxias, tarefa que vem sendo dificultada a cada ano pela crescente interação que os meios de comunicação têm proporcionado, sobretudo com o advento da internet. Não é mais possível isolar o cadete em uma academia (como queria José Pessoa, ao transferir a escola de oficiais para Resende) e assim pensar que ele estará imune a qualquer influência política.

Em 2002, com um documento expedido, o Alto Comando do Exército determinava que fossem desenvolvidas pelos órgãos competentes as seguintes atividades:

- (1) Elaboração de uma biografia detalhada sobre Caxias a cargo do AHEX, a ser distribuída para todas as Organizações Militares (OM) e Tiros de Guerra (TG);
- (2) Confeção de um número especial da Revista do Exército, em português, espanhol e inglês, a ser distribuída para todas as OM;

Pressionado pela ação militar, Getúlio Vargas demitiu o Ministro da Guerra (General Espírito Santo Cardoso) e o então Ministro do Trabalho (João Goulart). Para ver mais: Trevisan (2000).

- (3) Reedição de revistas em quadrinhos, contando a vida de Duque de Caxias;
- (4) Expedição, pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), de selo comemorativo do bicentenário;
- (5) Confeção de medalhas comemorativas, para serem distribuídas aos participantes e colaboradores nas comemorações da cerimônia de restauração do Pantheon de Caxias;
- (6) Manter contatos, em cada cidade, com o poder legislativo local, estadual, municipal, visando à realização de seção solene comemorativa do bicentenário;
- (7) Realização de avisos “CAXIAS 200 ANOS” (um para cada comando militar de área);
- (8) Na Semana do Soldado, em todas as guarnições militares e sedes de TG, deverão ser realizadas cerimônias de vulto com a máxima participação de pessoal militar e, quando possível, de estudantes;
- (9) Realizar uma cerimônia especial diante do Pantheon de Caxias;
- (10) Realizar uma regata comemorativa, na baía de Guanabara;
- (11) Promover um concurso literário em âmbito nacional, para estudantes do ensino médio;
- (12) Promover seminários, simpósios, versando sobre Caxias;
- (13) Promover exposições sobre a vida de Caxias, a serem montadas nas capitais sedes dos Comandos Militares de Área.⁷⁰

O que se propõe neste capítulo é que, a partir dos anos 30 (sobretudo após a Revolução de 32 – Anexo L), houve uma clara e bem definida intenção de se desenvolver um conjunto de rituais internos bastante eficazes, que envolve a escolha de patronos e a elaboração de cerimônias, e que, por meio de uma prática repetida⁷¹, viesse a forjar uma identidade sólida capaz de se sobrepôr às

⁷⁰ As informações citadas foram compiladas do anexo ao Ofício n.º 30, datado de 22 de outubro de 2002, expedido pelo Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), e arquivado no AHEx. No documento, ele relata que o Comandante do Exército determina que sejam constituídos, no âmbito das jurisdições, grupos de trabalho para estudar a viabilidade das ações sugeridas, bem como o acréscimo de outras que marquem a passagem efeméride (200 anos de Caxias).

⁷¹ Para Huntington (1957, p. 79), quando agem de uma mesma forma durante um longo período de tempo, as pessoas tendem a desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento. A singular relação que elas mantêm com o mundo lhes dá uma peculiar perspectiva desse mundo,

intempéries as quais a Força era submetida por conta de problemas extracaseria. As experiências vividas em anos anteriores, como o envolvimento de praças e oficiais subalternos em movimentos políticos e as constantes revoltas instaladas no interior da instituição, não deveriam mais acontecer com tanta frequência⁷².

Vale ressaltar que, enquanto essas medidas são implementadas, os principais articuladores da intervenção militar de 64 estão em pleno momento de amadurecimento profissional e os ideais que nortearam a intervenção vinham sendo lentamente construídos, no âmbito interno, há muito mais tempo do que pressupõe a historiografia oficial.

levando-as a racionalizar o próprio comportamento e o próprio papel. Isso é particularmente verdadeiro onde esse papel é profissional. Uma profissão é mais estritamente definida, mais intensa e exclusivamente procurada, e mais claramente isolada de outras atividades humanas do que a maioria das ocupações. Para ver mais: Huntington (1957).

CAPÍTULO IV – A MATERIALIZAÇÃO DA ÉTICA NO CASO DE 64

“O mal de vocês, militares, se resume em duas palavras: antiguidade e legalidade”.
Carlos Lacerda

Durante os anos que se seguiram à abertura política em 1984, com a eleição de Tancredo de Almeida Neves, que faleceu antes de ocupar o cargo, e a posse do vice-presidente eleito, o maranhense José Sarney, em 1985, os militares, em um ato hermético, deram-se ao direito de se recolherem para o interior da caserna, isto com a intenção de nada mais falarem a respeito do período que havia encerrado. Porém, no calor da abertura política, começaram a aparecer publicações, que, em sua essência, traziam acusações de tortura e abusos do uso da força cometidos pelos militares quando no exercício da presidência, fazendo com que o Exército ensaiasse uma reação às acusações.

Assim, em 1986, o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, determinou ao Serviço de Informação que, em caráter sigiloso, elaborasse uma versão a respeito da luta armada para que, em um momento oportuno, fosse divulgado publicamente. Nascia o “Projeto ORVIL” (livro, escrito ao contrário). Porém, em 1988, o ministro resolve não publicar documento. Por razões desconhecidas, o material passou a circular no meio militar, em caráter oficioso, sobretudo entre os militares da reserva, que rebatizaram o projeto de “Livro negro do terrorismo no Brasil”.

O documento, que possui 919 páginas, é dividido em três volumes. Todos organizados em capítulos, seções e subseções, sendo recorrente a utilização da legenda “Tentativa de tomada do poder”, isto com a finalidade de mostrar quais eram as reais motivações dos grupos que se opuseram ao regime político que se instalou no Brasil aos 1964. Os títulos ainda sugerem a utilização da violência, pela esquerda, e suas investidas contra a ordem, que, para os redatores, tinha como pano de fundo ideológico o marxismo-leninista.

Esta ênfase dada na análise da violência de grupos de oposição é utilizada na intenção de mostrar que os militares agiram em resposta à ação subversiva da esquerda (comunistas), que desde 1922 já praticava e excitava a prática da violência como meio de chegar ao controle do Estado.

No estudo, que vai de 1922 a 1974, os autores, de forma didática e seguindo o rigor de um trabalho acadêmico, desenvolvem uma história evolutiva para mostrar que a situação instalada no Brasil em 1964 não reservou alternativa que não fosse a intervenção e os meios coercitivos foram utilizados para conter a resistência armada da oposição.

Em 2003, quando já parecia estar consolidado o novo momento político no país, o Exército, agora de maneira aberta e utilizando-se de sua editora oficial (Bibliex), lança uma coleção de 15 Tomos, intitulados “1964, 31 de março – O Movimento Revolucionário e a sua História”, onde são colhidos, por meio da metodologia da história oral, depoimentos de duzentos e cinquenta militares e civis que, em 1964, ocupavam cargos de chefia em diferentes setores da administração pública e militar.

Segundo os organizadores desse novo projeto, o trabalho não foi desenvolvido com a intenção de entronizar a polêmica, mas de oferecer aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios, a possibilidade de que os fatos fossem analisados de forma justa, limpa e honesta (MOTTA, 2003, p. 10 e 11).

Embora o apresentador diga que o trabalho não se dava a inserir um confronto com aqueles que apresentavam versões contrárias ao meio militar, é impossível não perceber que o esforço foi concebido para responder à historiografia resistente à ação de 64.

Esta afirmativa fica clara quando, na “Justificativa”, o coordenador do projeto, General Aricildes de Moraes Motta (2003, p. 9 e 10), diz que a coletânea

[...] sobre o Movimento armado de 1964 visa tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus

propósitos e narrar suas ações. Com suspeita insistente desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo. Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história falsificada a seu talento. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: 'Vale mais a versão do que o fato' [...].

É nessas duas publicações, sendo a primeira de caráter sigiloso, que encontramos a versão dos militares a respeito das razões da intervenção militar de 64. Na relevância com que alguns assuntos são tratados, em detrimento de outros, é que podemos perceber que os valores que compõem a ética militar foram relevantes nas ações que levaram à intervenção.

Além da fragilidade do executivo, da ameaça comunista e do papel de intérpretes da vontade nacional, outros fatores (PROJETO ORVIL, 1986, p. 108 a 115) são analisados pelos militares para explicar suas razões. Respaldando-se em citações documentais do período, alimentam suas argumentações com a elucidação de fatos, como: a participação da Igreja Católica em defesa dos valores que estavam sendo solapados pela onda de manifestações; o envolvimento das mulheres em prol da preservação dos valores da família; o apoio dos políticos à iniciativa militar. Sendo que, neste último caso, transcrevem trechos dos discursos de figuras eminentes do período, como: Juscelino Kubistchek, Adhemar de Barros; Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, que em um só coro saudavam a intervenção como a restauração da legalidade. O que eles ainda não sabiam é que, à exceção de Magalhães Pinto, todos seriam tolhidos de seus ideais políticos, nos anos seguintes⁷³.

Alguns acontecimentos são repetidamente mencionados pelos depoentes no projeto de 2003, que de alguma forma se afina ao discurso produzido em 1986, pelo Projeto ORVIL. Três questões tiradas deste discurso podem nos orientar no sentido de

⁷³ Juscelino Kubistchek teve seus direitos políticos cassados em 8 de julho de 1964; Adhemar de Barros foi cassado de seu mandato de governador em 6 de julho de 1966 e Carlos Lacerda foi cassado em 1968 após o AI5.

entendermos como os fatores éticos foram significativos para os militares que fomentaram a queda de João Goulart. A ameaça comunista, a inabilidade política de João Goulart e a idéia dos militares de se verem como intérpretes da vontade nacional são suficientes para chegarmos a essa conclusão. Outro fator que corrobora para essa afirmação é quando analisamos que as manobras desenvolvidas no caso de 64 foram elaboradas e postas em prática por iniciativas individuais e não por uma ação conjunta coordenada pelo escalão superior das Forças Armadas.

4.1 AS RAZÕES DA AÇÃO NA VOZ DOS MILITARES

4.1.1 Jango e a ameaça comunista

O movimento comunista no Brasil é analisado de forma detalhada e colocado como o grande vilão das instituições democráticas que, para chegar ao poder, seria capaz de utilizar-se dos mais diferentes meios, fossem eles legais ou não. A utilização do termo “democracia” pelos depoentes de 2003 e pelos articuladores do Projeto ORVIL, significava, nesse momento, exclusivamente, a luta contra o sistema comunista. Portanto, ser democrata, na análise desses militares, compreende ser unicamente anticomunista.

O governo de Goulart, iniciado em 1961, na visão dos militares, apesar de estar dentro da legalidade, era mais uma parte da estratégia utilizada pelos comunistas para tomar o poder e implantar um novo regime político. Segundo a análise feita pelos militares, naquele momento o Partido Comunista do Brasil (PCB) utilizava o modelo Krushev, que consistia em uma revolução a ser feita pela via pacífica. Assim, muito embora não fosse a única maneira que o partido considerava para atingir seus objetivos, com a chegada de Jango à presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, por ora parecia ser a fórmula mais adequada. Para os autores do Projeto ORVIL,

[...] Assumindo Jango, o PCB declarou aberta a perspectiva real de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico, isto é, a implantação de um

governo nacionalista e democrático (primeira etapa da revolução). Do mesmo modo, apontava sempre, de acordo com a sua linha política 'etapista', para o seu objetivo estratégico final, a implantação de um governo socialista, do tipo ditadura do proletariado, ante-sala do comunismo [...] (PROJETO ORVIL, 1986, p. 57).

O Governo de João Goulart, analisado pelos militares, representava uma ameaça à ordem do país, por tratar-se de um político fácil de ser manipulado por forças que não tinham nenhum compromisso com a democracia. Isso facilitava o trabalho do partido comunista, que via o momento como ideal para articular estratégias sutis rumo ao socialismo.

Entre essas atividades do PCB, os militares apontam para o perigo das ações que buscavam a mobilização das massas em torno da causa que o partido defendia. Citando um documento produzido pelo PCB,⁷⁴ eles apresentam quais seriam as táticas utilizadas pelo partido, que tinha como objetivo:

[...] - defender a realização de um plebiscito sobre as modificações a serem introduzidas na Constituição; - apoiar o lançamento da Frente de Libertação Nacional, primeira tentativa de vulto para o estabelecimento de uma frente-única das esquerdas; - apoiar os movimentos grevistas; - buscar o domínio sindical [...] (PROJETO ORVIL, 1986, p. 58).

A manobra do PCB, na análise do Projeto ORVIL, não parava por aí, mas se estendia também em relação às políticas econômicas e para as relações externas do país, que não se limitavam à possibilidade de implantação do socialismo apenas pela via pacífica. Com isso, os comunistas objetivavam nessa etapa

[...] mobilizar as massas em torno de diversos eixos táticos, tais como: o restabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, a solidariedade ao povo cubano, a suspensão da remessa de lucros para o exterior, o combate à carestia com uma política financeira livre das imposições do FMI, o congelamento dos preços dos produtos de consumo popular, a defesa das estatais, a liberdade e a autonomia sindical, a reforma agrária radical, o registro legal do Partido e o direito de voto aos analfabetos e aos soldados [...] (PROJETO ORVIL, 1986, p. 58 e 59).

É recorrente, entre os entrevistados do projeto de 2003, apontarem a ameaça comunista como fator que justificou a ação interventora. Nas respostas às perguntas a respeito do comunismo, é freqüente fazer-se menção aos acontecimentos da

⁷⁴ O documento a que se referem os militares é uma Resolução baixada pelo Comitê Central do Partido Comunista, publicada na Revista Novos Rumos, n.º 143, de 3 a 9 de novembro de 1961.

década de 30 para explicar o contexto político que antecedeu a queda de Goulart. A ferida, aberta em 1935, parece que ainda não havia cicatrizado plenamente em 1964, e uma atitude enérgica é, em todo tempo, vaticinada pelos articuladores dos dois projetos como a solução que evitou uma nova “tragédia”.

O governo João Goulart, com sua simpatia às idéias socialistas, repaginava na cabeça dos chefes militares de 1964 um capítulo da história que a instituição anualmente lembrava como sendo um ato de covardia, de insubordinação dos que praticaram a violência e de tristeza pela memória dos que “inocentemente” haviam tombado. Como o que se vê na nota publicada um ano após o episódio de 1935, onde o General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, então Ministro da Guerra, anunciava

[...] sem ordem não pode haver progresso [...] evoquemos, pois, a memória dos que, justamente há um ano, encontraram a morte no cumprimento do dever, rememorando-os moralmente redivivos, cheios de fé e ardor militar [...] Glorifiquemos, portanto, no dia de hoje os intemeratos camaradas que, a 27 de novembro de 1935, ofereceram a vida, em holocausto à lei, à ordem e à legalidade [...].⁷⁵

Em 1945, o Ministério da Guerra publicou, por meio da imprensa militar, uma carta assinada pela senhora Balbina Lopes Leila Bragança, mãe de um capitão do Exército que havia sido fuzilado por não aderir a um movimento de insurreição na Escola de Aviação, na qual comandava um corpo de instrução (CARTA, 1935). No texto de título: “Carta da Progenitora do Capitão Benedicto Lopes Bragança aos Comunistas”, a mãe chorava a morte do filho e ao mesmo tempo exaltava seu heroísmo em lutar contra o comunismo

[...] Desgraçado: Que fizeste do meu filho? Que mal te fez ele? Mataste-o impiedosamente pela tua ambição de mando e de riqueza [...] Assassino. Mataste meu filho, que àquela hora no cumprimento do seu dever velava, enquanto tu, maldito, demente idealista sacrilégio, feria tua – Grande Mãe – (**Brasil**) Malvado, se tanto podes juntes com tua Madrasta – Rússia- e devolva meu filho! [...] O Brasil inteiro, e muito especialmente Minas, demonstrou nas homenagens que lhe tributaram nos funerais. E tu, qual será o teu fim? Certamente na pupila do olho de Moscou. Traidor. Assassino. Maldito, mil vezes maldito (CARTA..., 1935, grifo nosso).

⁷⁵ Ordem do Dia do Exército, de 27 de novembro de 1936 - transcrito do Boletim do Exército n.º 68, de 10 dez. 1936.

Com legendas, como: “Lembrai-vos de 35”, os militares passaram a, anualmente e em solenidades internas, fazer menção aos acontecimentos de 1935. Em 1956, o Ministro da Guerra Henrique Teixeira Lott escrevia:

[...] No dia em que o Exército, como toda a Nação, rende homenagem à memória dos que galhardamente defenderam com a vida a sobrevivência do Brasil, só uma atitude nos cabe: afirmar-lhes, numa oração, que o Exército não os esquece e que saberá, em qualquer tempo, seguir-lhes coeso e resoluto o exemplo viril [...].⁷⁶

Mais do que a perda humana, 35 representava o ápice de onde poderia chegar-se com a quebra da hierarquia e da disciplina dentro duma instituição militar. “[...] O Brasil já havia recebido, na Intentona Comunista de 1935, um sinal muito forte, diria mesmo, o primeiro sinal de que poderia ocorrer alguma coisa muito grave [...]” (MOTTA, 2003, p. 63).⁷⁷ “Na Intentona de 1935, os comunistas tomaram o poder no Nordeste, durante três ou quatro dias, não me lembro, mataram e assassinaram os nossos companheiros [...]” (MOTTA, 2003, p. 101).⁷⁸

Barrar o movimento comunista, que se espalhava pelos diferentes setores da sociedade, inclusive dentro das Forças Armadas em 1964, representava curar uma “chaga”, que nos últimos trinta anos incomodava a memória militar. Significava fazer justiça aos que sacrificaram suas vidas quando se opuseram ao movimento deflagrado em 35.

O que se percebe na análise dos discursos é que a aversão dos militares pelo sistema comunista, que pode ser explicada por inúmeras razões, se dá pela forma como ele chegou aos quartéis, causando mortes, solapando a ordem e promovendo a inquietação no momento em que os chefes militares buscavam uma nova identidade para a instituição.⁷⁹ Este lado do movimento se mostra muito mais relevante para os militares que falam do comunismo do que por uma possível

⁷⁶ Ordem do dia, de 27 de novembro de 1956 - transcrito do Boletim do Exército nº 49, de 8 de dezembro de 1956.

⁷⁷ Palavras do General de Exército Alacyr Frederico Wenerque, em 1964. Como Tenente Coronel era Adjunto do Estado Maior do Exército (MOTTA, 2003, p. 63).

⁷⁸ Palavras do General de Exército Rubens Mário Brum Negreiros, que na ocasião, como Tenente Coronel, pertencia ao Estado Maior do General Augusto Cezar Muniz Aragão.

⁷⁹ A esse respeito, ver Capítulo II, desta dissertação.

incompatibilidade teórica. Experiências de outros países mostram que a doutrina militar, baseada na disciplina e na hierarquia, pode ser perfeitamente ajustada à filosofia do comunismo.

Outra questão que explicaria a ferrenha oposição dos militares em relação ao comunismo reside na intensa propaganda que Vargas havia promovido contra o sistema nos anos trinta⁸⁰. Os militares de 64 conviveram em seus anos de formação profissional com essa construção contrária às idéias do comunismo, que eram insistentemente anunciadas pelos meios de comunicação como inimigas da liberdade, da fé e da ordem.⁸¹

4.1.2 Jango: um político inapto à presidência

No Projeto ORVIL, os articuladores, sem meias palavras, descrevem o perfil de Jango como inapto para o exercício da presidência que, apesar de “[...] inteligente, [...] não estava a altura para compreender a importância da missão histórica que o destino lhe reservara”. Citando Afonso Arinos, o presidente João Goulart ou “Jango” como é chamado no projeto, é definido como

⁸⁰ [...] Vargas criou, pelo Decreto nº. 1.915, de 27 de dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), extinguindo, através do mesmo decreto, o DNP. “[...] De acordo com o decreto que lhe deu origem, tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo [...]” (O DIP..., 2009).

⁸¹ As manchetes dos jornais não poupavam adjetivos de repúdio aos manifestantes de 35. O Jornal o Globo, em edição do dia 25 de novembro, dizia: “Estalou um movimento de Caracter Comunista do norte do País – Os rebeldes apossaram-se, ao primeiro instante, de Olinda e Natal”; “O povo Brasileiro pode confiar na ação do Governo da República”. Maior ênfase se aplicava quando o movimento era controlado. Ocupando as primeiras páginas, na manchete principal se anunciava: “Dominado, no Rio o movimento subversivo”; “Caiu o reduto da Praia Vermelha”; “Afastado o perigo extremista, retoma o país o seu ritmo de paz” (ESTALOU..., 1935; O POVO..., 1935; DOMINADO..., 1935; CAIU..., 1937; AFASTADO..., 1935).

[...] Inábil para a ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam 'outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar metodicamente a desordem' [...] (PROJETO ORVIL, 1986, p. 54).

Quando perguntado sobre quais seriam as causas que levaram ao “Movimento Revolucionário de 1964”, o General Leônidas Pires Gonçalves⁸², um dos duzentos e cinquenta entrevistados no projeto de 2003, não se ressentiu em classificá-lo como um político que era incapaz de se valer das prerrogativas que lhe cabiam como chefe do executivo nacional. “[...] O que era João Goulart? [...]”, pergunta o general Octávio Pereira da Costa⁸³, em seu depoimento a respeito do presidente deposto. Ele mesmo responde sem nenhuma reserva: “[...] Nada mais do que um despreparado, um anti-militarista convicto, um demagogo populista, influenciado por esse tipo de pensamento do ‘na lei ou na marra’ [...]” (MOTTA, 2003, p. 69).

Para os militares, nem mesmo o movimento comunista em curso era comandado pelo presidente. “[...] Com certeza [...]”, afirma o coronel Mário Dias,⁸⁴

[...] João Goulart não comandava nada. Acho que nem os empregados do Palácio ele comandava [...]. Ele era manipulado por Leonel Brizola, Waldir Pires, enfim, por aquela turminha que o cercava. Ele fazia tudo que eles indicavam [...] (MOTTA, 2003, p. 304).

Os militares que analisam o desempenho de João Goulart como presidente são unânimes em afirmar que ele era dirigido por terceiros. Três personagens são apresentados pelos militares como sendo de grande importância naquele momento e de onde giravam as idéias políticas que exerciam influência sobre as decisões tomadas pelo presidente. São eles:

[...] - Luiz Carlos Prestes, o Secretário Geral do PCB, antigo Senador da República, com invejável domínio carismático sobre seus seguidores;
- Miguel Arraes, firmando-se como o grande líder das esquerdas no Nordeste, e que viria a ser ainda em 1962, Governador de Pernambuco;

⁸² Leônidas Pires Gonçalves chegou ao posto máximo, General de Exército, chegando a Ministro de Estado do Exército do governo do presidente José Sarney (1985 – 1990). Em 1964 , como Tenente Coronel servia no Estado-Maior do Exército

⁸³ Octavio Pereira da Costa chegou ao último posto de General de Divisão. Quando a intervenção militar eclodiu, estava na Escola de Comando e Estado Maior (ECEME) como instrutor. Sua principal função durante o período da intervenção foi na chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) do governo Médici.

⁸⁴ Mário Dias chegou ao posto de coronel; em março de 1964 era instrutor na ECEME.

- Leonel Brizola, cunhado de Jango, agressivo e possuidor de uma retórica capaz de seduzir as grandes massas. Suas falas recheadas de metáforas e de repetições demagógicas levaram-no ao Governo do Rio Grande do Sul e, posteriormente, à Câmara de Deputados pelo Rio de Janeiro [...] (PROJETO ORVIL, 1986, p. 56).

Entre os civis, simpáticos à ação militar, está o depoimento do Ministro Armando Ribeiro Falcão⁸⁵ para quem João Goulart

[...] não foi Presidente da República, porque ele era um Chefe de Estado entre aspas. Do ponto de vista intelectual, não tinha preparo para ser, sequer, Prefeito de São Borjás. Na Chefia da Nação, estimulava a desordem, a agitação, e a indisciplina [...] (MOTTA, 2003, p. 210).

4.1.3 Intérpretes da vontade nacional

Outro argumento apresentado pelos militares que justificaria a ação de 64 é o papel de intérpretes da vontade nacional, que é defendida, tanto no Projeto ORVIL como nos depoimentos de 2003. A sociedade brasileira encontrava-se atemorizada pelas convulsões que se instalavam a cada dia nos principais pontos do país. Reinava um clima de temor e intranqüilidade, era preciso que uma força salvadora viesse devolver a calma e garantir a continuidade das instituições que se encontravam em risco de implodirem. É assim que o governo João Goulart é narrado pelos militares, e a reação das Forças Armadas, portanto, deu-se no sentido de acolher os reclamos da sociedade,

[...] sobretudo, da classe média, que se preocupava e se desesperava com a desordem que estava generalizando no País, atingindo até a cúpula do Governo central. Isso estava exigindo uma providência que, em última análise, traduzia uma vontade nacional. Nesse sentido, a intervenção das Forças Armadas, a que não quero chamar de revolução, foi um Movimento para impedir e deter aquela avalanche de indisciplina que, em todos os níveis, era exigido pela sociedade brasileira [...] (MOTTA, 2003, p. 278).

⁸⁵ Político, natural da cidade de Fortaleza-CE, foi presidente do Partido Social Democrático (Seção do Ceará). Ministro de Estado da Justiça, Ministro de Estado (Interino) das Relações Exteriores, Ministro de Estado (Interino) da Saúde, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek; Ministro de Estado da Justiça do governo do Presidente Geisel. Em 1964, engajou-se numa intensa atividade, proferindo discursos anticomunistas.

⁸⁶ Depoimento do coronel Américo Raposo que em 64 comandava o 4º Grupo de Artilharia 75 a Cavalos, em Uruguaiana, RS. Após 31 de março de 1964, passou a servir no Serviço Nacional de Informação (SNI) (MOTTA, 2003, p. 278).

O Coronel Sérgio Mário Pasquali⁸⁷ não só concorda com a idéia de que os militares foram intérpretes da vontade nacional quando depõe João Goulart, no dia 31 de março, como também afirma que eles tardaram em agir, pois a sociedade brasileira já havia se organizado no sentido de opor uma resistência à comunização do país. Para validar sua colocação, o coronel cita a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que, segundo ele, era a clara demonstração de que o povo brasileiro não suportava mais a situação. Os militares se levantaram para dar início a uma escolha que a sociedade brasileira já havia feito (MOTTA, 2003, p. 210).

Um depoimento que desentoa dos demais, e que sugere uma reflexão mais crítica a respeito dos militares como intérpretes da vontade nacional, é dado pelo General Octavio Costa, militar já citado anteriormente. Para ele, é relativo colocar os militares como intérpretes da vontade nacional, isto porque precisamos antes responder o que é a vontade nacional; como entendê-la? Faz-se necessário defini-la, porque “[...] Vontade nacional é uma expressão de globalidade impressionante. Não há uma vontade nacional, existem muitas vontades nacionais [...]” (MOTTA, 2003, tomo 2, p. 66).

Para o General Octavio, é até razoável dizer que os militares foram intérpretes da classe média, que se sentia à margem, pelas idéias políticas de João Goulart, e queria vê-lo “pelas costas”. É também aceitável dizer que os militares foram intérpretes do empresariado, que estava preocupado com os movimentos que pediam as reformas de base, o que poderia atrapalhar os seus negócios. No entanto, não se pode dizer que foram intérpretes de toda sociedade, pois

[...] é fora de propósito pensar que elas (Forças Armadas) possam ter interpretado o que se passava na vida estudantil. Pensar que pudessem interpretar o que se passava na vida universitária, nem de longe, ainda menos na vida cultural [...] (MOTTA, 2003, tomo 2, p. 66 e 67).

Para Octavio, é um erro pensarmos que haja uma vontade nacional propriamente dita, “[...] há vontades nacionais e há vontades majoritárias, em cada área de circulação. A sabedoria está em saber conviver com essas vontades [...]”. Esse, na

⁸⁷ Em 1964, o Coronel Sérgio Mário Pasquali era aluno da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

interpretação do general, foi o grande mal dos militares que não souberam conviver em harmonia com a pluralidade, por exemplo, com a cultura.

[...] Lembremo-nos de que nessas ocasiões, a vida cultural ascende. Seu protesto é extremamente criativo. Nunca houve, na vida do País, um período de floração teatral tão expressivo, como nesse momento de protesto. A mesma coisa ocorria no mundo da música popular dos nossos dias – a famosíssima Elis Regina, que não aceitava, em hipótese nenhuma, ser convidada para cantar em ambiente militar – essa gente toda tinha horror a tudo o que significasse Força Armada [...] (MOTTA, 2003, tomo 2, p. 67).

Conclui seu pensamento a respeito do assunto, argumentando que os militares não conseguiram seguir o exemplo de Vargas, um ditador terrível, implacável, capaz de entregar Olga Benário, grávida, à Gestapo, mas que, no entanto “[...] conviveu com a cultura, conviveu com os pensadores, teve [...] um Ministério da Educação de grandes nomes [...]. Fez-se presente, foi querido, foi aceito pelos universitários [...]” (MOTTA, 2003, tomo 2, p. 67). O resultado é que, embora tenha implantado um regime ditatorial no Brasil como jamais visto, tornou-se um mito e, após encerrado seu governo em 1946, voltou nos braços do povo, em 1951, como o pai dos pobres.

Para o General Octavio, usar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” como termômetro para medir a vontade nacional é outro argumento bastante perigoso, isto porque ele não acredita na isenção dos movimentos de massa.

[...] Penso que esses movimentos são fabricados. Há uma parte espontânea e uma outra de acionamento. Quando os ‘sem terra’, ou ‘sem teto’, chegam ao Rio Sul (Shopping Center do Rio de Janeiro), alguém pagou o ônibus e os levou até lá. Todos os movimentos, tudo o que acontece é preparado. São ativistas, são militantes, que esquematizaram tudo isso [...] (MOTTA, 2003, tomo 2, p. 66).

Assim, a “Marcha da Família com Deus”, tão citada pelos depoentes, é vista pelo General Octavio como mais um movimento fabricado por interesses de grupos, neste caso a classe média e o empresariado, e não um acontecimento que representava a vontade majoritária da sociedade brasileira. Porém, para ele, o fato de ter sido previamente organizada não significa dizer que tenha sido um movimento reacionário. Lutar contra alguma coisa que se julgue pior não significa, necessariamente, ser retrógrado.

4.2 UMA AÇÃO DE BAIXO PARA CIMA

No dia 30 de março de 1964, deu-se de maneira efetiva um movimento que iria mudar a história política do Brasil. A cidade que presenciou o começo deste inusitado fato histórico não foi São Paulo, que naquele momento já era a mais importante cidade econômica do país. Não foi a recém criada capital – Brasília – e nem a cidade do Rio de Janeiro, que ainda concentrava grande parte da vida política e administrativa do país, onde também estava o maior efetivo militar. Foi Juiz de Fora, uma cidade do interior de Minas Gerais, que não tinha a mesma projeção de outras cidades do Brasil, e que viu o General de Divisão Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, tomar a iniciativa da ação que em pouco tempo envolveria todo efetivo militar do país.

Algo precisa ser percebido nesse caso, pelo fato duma ação tão drástica não ter partido do Comando das Forças Armadas e sim de um militar que tinha sobre si uma cadeia de comando a responder. Isto, de alguma maneira, mostra que, apesar da insatisfação que os militares, há anos, nutriam por Goulart, e muito embora a discussão sobre uma intervenção não fosse algo novo na caserna, há de se entender que a deposição do Presidente não foi fruto de um plano elaborado previamente pelo alto comando das Forças Armadas. A ordem para o deslocamento de tropas não se deu a partir de um planejamento do EME, como seria o regulamentar. O que registra a história é que o estopim do movimento militar, que eclodiu em março de 1964, foi resultado de uma iniciativa individual.

O ato, que inicialmente foi interpretado como de insubordinação⁸⁸, tomou sentido contrário e em questão de horas não só foi ratificado pelo comando da Forças Armadas, mas tornou-se uma causa da própria instituição. As manifestações contrárias à ação iniciada por Mourão, ocorridas dentro do meio militar, foram rapidamente sufocadas e de todas as partes do país a tropa se uniu pela radical

⁸⁸ Em documento expedido pelo Ministério da Guerra, em 31 de março de 1964, o General de Exército Jair Dantas Ribeiro, em um de seus últimos atos como Ministro, exonera os Generais Olímpio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes de seus respectivos cargos por ato de subversão. Dizendo-se defensor dos princípios democráticos, declara o ministro que: “[...] Embora em estado de convalescença, não hesitarei em sacrificar minha própria saúde para cumprir este dever que tenho para com minha Pátria [...]. Haveremos de cumprir nossa missão, haja o que houver, custe o que custar [...]” (MOTTA, 2003, Tomo 3, p. 200).

interferência na vida política do país, mesmo sabendo que a ação havia partido de baixo para cima, contrariando os regulamentos.

Em 1978, é publicado um livro do General Olímpio Mourão Filho, onde seu diário pessoal é transcrito com registros que se iniciam em 1º de março de 1955, e vão até 21 de maio de 1964. Neste documento estão registrados detalhes dos momentos que antecederam sua saída de Juiz de Fora para a cidade do Rio de Janeiro, na madrugada do dia 31 de Março de 1964 (MOURÃO FILHO, 1978).

Sobre sua decisão de conspirar contra o Presidente João Goulart, no dia 28 de março, quando tudo já estava preparado para a marcha, e aguardando somente por uma resposta de Magalhães Pinto⁸⁹, Mourão registra em suas anotações estar ciente das conseqüências que seu ato poderia acarretar, ao mesmo tempo em demonstra sua convicção pela escolha que estava fazendo.

[...] Se nós perdemos a guerra, muitos de nós morrerão: eu próprio estou absolutamente decidido a me deixar matar. Preso ou fugido, não condiz com a situação de um homem que se lançou à obra tremenda e sagrada de salvar meu país e possivelmente a América do Sul, sem dispor (ah! Que lástima) de hierarquia e de 'cartaz' para tanto [...] (MOURÃO, 1978, p. 361).

Na mesma anotação o General lamentava que a "missão" de derrubar o Presidente tenha caído sobre ele, mas a situação pedia e ele não podia se furtar da obrigação de salvar o Brasil. Afinal, escreve ele,

[...] Cansei de pedir a Costa que chefiasse a revolução e ele nunca quis. Uma pena, mesmo. Porque Costa e Silva é capaz. O mesmo não penso de Castello Branco. O Cordeiro não tem função militar e mesmo é político (Ele se refere ao Gen. Cordeiros de Faria que já se encontrava na reserva). No Exército não tem muito cartaz. Servirá para mais tarde [...] (MOURÃO, 1978, p. 361).

Mesmo dizendo não contar com o prestígio de Costa e Silva, a antiguidade hierárquica de Castello Branco e o conhecimento político de Cordeiros de Faria, Mourão se coloca à disposição e declara, no Diário, que, apesar do respeito a seus

⁸⁹ Segundo o que consta no Diário, Mourão esperava que Magalhães Pinto escrevesse um manifesto pedindo a renúncia incondicional do Presidente João Goulart. Mourão queria ler o documento antes de partir e pedia que o documento só fosse divulgado quando ele já estivesse a caminho do Rio de Janeiro.

superiores, diz: “[...] estou vendo que vou ser eu mesmo o Chefe. Paciência. Não me agrada esta opção [...]” (MOURÃO, 1978, p. 361). Citando uma frase de Antonio João⁹⁰, diz: “[...] sei que morro, mas meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto contra a invasão de minha pátria [...]”.

⁹⁰ Tenente Antonio João Ribeiro é aclamado pelo Exército Brasileiro como herói, por ter permanecido, no ano de 1964, (o Brasil se encontrava em conflito com o Paraguai) em seu posto, mesmo sabendo que o inimigo que se aproximava possuía uma tropa muito superior aos apenas onze soldados que estavam com ele. O Ten. Antonio João e seus companheiros foram mortos pelas armas dos paraguaios.

5. CONCLUSÃO

As colocações destoantes do General Octavio, que teve ativa participação no processo de propaganda dos governos militares, pela função que exerceu junto à AERP, em relação aos demais entrevistados, sugerem uma discussão rica no sentido de buscar-se uma avaliação das reais motivações que alimentaram os militares interventores. Não está errado o General Octavio em sua bem fundamentada argumentação de que os militares não foram intérpretes da vontade nacional, isto parece bastante claro. No entanto, é inegável que eles se viam como os salvadores da moral que estava ameaçada pelo turbilhão de idéias que povoava o período. Assim, eles não eram intérpretes senão de suas próprias convicções que, em alguns pontos, se alinhavam com o pensamento e os interesses de outros segmentos sociais.

Os militares agiriam da mesma forma, mesmo que todas as outras partes fossem contrárias a eles. A “Marcha Família com Deus pela Liberdade”, como referencial da vontade nacional, é utilizada como um anexo a ratificar algo que já estava bem sedimentado no imaginário militar.

Os depoentes do projeto de 2003 e os responsáveis pelo Projeto ORVIL, bem como os próprios militares interventores de 64, ao falarem das razões para intervenção, se apóiam em números e fatos presentes no contexto do período, apenas para satisfazer a uma resposta mais elaborada e acessível ao entendimento daqueles que não comungam, com tanta intensidade, dos valores que eles julgam relevantes.

Em alguns casos, a citação deste ou daquele acontecimento serve até mesmo para responder às suas próprias inquietações internas. Ao externarem suas justificativas, utilizando fatos concretos, fazem, antes de tudo, como por uma necessidade de se aliviarem de um possível peso que carregam por violarem aquilo que prezam por mais sagrado – a obediência às leis.

As palavras de Carlos Lacerda, citadas na epígrafe do capítulo IV, resumem com muita propriedade o dilema em que por vezes se viam os chefes militares. Não foi

decisão fácil, por exemplo, para o General Castelo Branco, um legalista convicto⁹¹ aceitar a destituição do Presidente da República. Ainda mais se considerarmos que para isso ele, como Chefe do Estado Maior, teve que aderir a um movimento iniciado por um subordinado. O mais coerente para sua longa formação profissional seria, naquele momento, levantar-se contra qualquer ato que partisse de baixo.

Três antecedentes da queda Goulart, que são freqüentemente citados nas análises dos militares como sinais de que não era mais possível manter lealdade ao Presidente, complementam a reflexão proposta no parágrafo anterior e podem sinalizar uma resposta mais precisa a respeito do por que os militares optaram pela intervenção. Um olhar crítico a esses fatos também poderá nos fornecer indícios que permitem localizar a real preocupação dos chefes militares de 64.

São estes acontecimentos: o comício da Central do Brasil, no dia 13 de março; o jantar oferecido pelos sargentos ao Presidente Goulart, no dia 30 de março e a recondução de Aragão nos braços dos marinheiros, no dia 27 de março, ao Comando do Corpo dos Fuzileiros Navais. Ambos os episódios têm em comum a liderança das praças, que significava aos chefes militares a prova de que o Presidente João Goulart queria afrontar generais colocando em risco de desmoronamento os dois pilares básicos de sustentação da instituição – a hierarquia e a disciplina, rompendo assim, definitivamente com os elos de lealdade das Forças Armadas com seu chefe supremo. Assim, a ação, que inicialmente poderia parecer um ato de insubordinação, revestiu-se de legalidade quando o presidente optou em transgredir a ordem instituída.

O que queremos dizer é que a crise dos anos sessenta e a conseqüente reação dos militares, que não pode ser pensada como um fato, mas como uma ação⁹², teve

⁹¹ Em Instrução Reservada, de 20 de março de 1964, o General Humberto de Alencar Castelo Branco, na qualidade de chefe do Estado Maior do Ministério da Guerra (do Exército), lembrava: “[...] Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão face à dificuldade e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil [...] ao mesmo tempo se compromete em manter o [...] continuado **respeito a seus chefes e à autoridade do Presidente da República** [...]” (ESTEVEZ, 1996, p. 388, grifo nosso).

⁹² “Ação”, aqui utilizada, na forma que a teoria weberiana de análise social propõe, consiste na interpretação do fenômeno social a partir de um olhar do investigador às motivações dos agentes sociais envolvidos, considerando as múltiplas possibilidades de interação entre as partes.

motivações construídas historicamente, que reservaram aos militares o papel de protagonistas de uma intervenção cujas origens remetem ao entendimento de valores éticos.

Sacrifício individual pelo bem coletivo (ainda que custe a vida); harmonia e ordem contra qualquer tipo de insurreição; respeito incondicional às instituições (heranças do positivismo); patriotismo e espírito voluntário, e o paternalismo salvacionista são alguns dos sentimentos da ética castrense que nutriram os militares interventores de 64.

Foram essas as ligas que amarraram as diferenças e sobrepuseram as vaidades pessoais dos grupos⁹³ que dividiam a instituição militar por ocasião da crise política de 64. Foram elas também que fizeram com que os generais mais antigos e em posições mais elevadas na organização aceitassem que uma aparente insubordinação se transformasse, para eles, em um movimento de restauração da ordem e garantia da liberdade.

O que defendemos em todo tempo neste trabalho é que os militares, a despeito das influências vindas de fora, sejam elas internacionais (Guerra Fria) ou de âmbito interno (Marcha da Família com Deus pela Liberdade), todas estiveram sempre em patamar periférico. No centro da reflexão feita por aqueles que detinham o poder de mudança estiveram sempre as suas próprias crenças e seus valores éticos.

Isso só foi possível porque, ao longo de sua trajetória, a instituição militar aqui analisada foi adquirindo elementos valorativos que, por meio de uma eficaz estrutura de conformação, foram sendo incorporados e cultuados por gerações sucessivas. A utilização da disciplina história e o culto aos símbolos e às tradições serviram como cimento a consolidar uma forma própria de ver o mundo. O papel desenvolvido pelo

⁹³ As leituras a respeito dos principais líderes militares do período, seja nas autobiografias ou em trabalhos de especialista, sugerem que, apesar da preocupação em se manter o respeito pela hierarquia, os chefes militares alimentavam grandes diferenças entre si. Mesmo entre os que aderiram à “Revolução”, havia divergência de pensamento. Generais como Gustavo Cordeiros de Faria; Juarez Távora, Costa e Silva, Castelo Branco, é possível perceber o quanto eram diferentes. Muito se fala dos “Castellistas e Costistas” (nomenclaturas utilizadas para separar o grupo simpático a Castelo Branco e o grupo que se alinhava às idéias de Costa e Silva), mas esta divisão vai ficar mais claramente definida durante o período em que os militares assumem o poder definitivamente.

Centro de Comunicação Social do Exército (CcomSEx) e o trabalho da Biblioteca do Exército (Bibliex) foram fundamentais nesse projeto. As experiências aparentemente adversas, vividas ao longo de sua história foram sendo tomadas como combustível a alimentar a idéia de superação de suas próprias limitações e de superioridade para com aqueles que não vestem uma farda. As doutrinas de resistência às situações contrárias, o controle das emoções que são ensinadas ao homem quando em situação de guerra, no caso brasileiro, foram adaptadas à atuação dos militares nas causas públicas e conseqüentemente orientaram a sua atuação política.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**: 4. ed. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AFASTADO o perigo extremista, retoma o país o seu ritmo de paz. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 11, de 30 nov. 1935.

ALMEIDA, Luciano Mendes. **Igreja e regime militar de 64**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

ARISTÓTELES. **A ética**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [19--?]. (Universidade de bolso; Ediouro/80234).

BICUDO, Hélio Pereira. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CAIU o reduto da Praia Vermelha. **Jornal O Globo**, edição das 15 horas, 27 nov. 1937.

CÂMARA, Ten-Cel. Hiram de Freitas. **Marechal José Pessoa: a força de um ideal**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

CÂNDIDO da Costa Aragão. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

CARTA da Progenitora do Capitão Benedicto Lopes Bragança aos Comunistas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1.457, 27 nov. 1935.

CARTA do deputado estadual Augusto do Amaral Peixoto ao Presidente da Assembléia Legislativa da Guanabara... Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As instituições militares da era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **O espírito militar:** um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CASTRO, Marcos de. **64:** conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.

CERQUEIRA, Dionízio. **Reminiscências da campanha do Paraguai.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade:** o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

CORTES, Verônica Patrícia Aravena. **A imprensa na transição de regimes autoritários:** estudo de dois casos - Brasil e Chile. 1994. 117 f. Dissertação (Mestrado em Prolam) – Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

COSTA, Cristina. **Sociologia:** introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1999.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996. Tomo III. O Brasil Republicano, v. 3: Sociedade e Política (1930-1964).

DOMINADO, no Rio, o movimento subversivo. **Diário da Tarde,** Rio de Janeiro, n. 1.457, 27 nov. 1935.

DREIFUSS, René Armand. **1964 - a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. 5. ed. Traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG por Ayeska Branca de Oliveira Farias. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

ESTALOU um movimento de carácter comunista do norte do país. **Jornal O Globo,** Rio de Janeiro, 25 nov. 1935.

ESTEVES, Cel. Diniz (compilador). **Documentos históricos do Estado-Maior do Exército.** Brasília: Editora EGGCF, 1996.

FICO, Carlos. **Além do golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON, Antônio Carlos. **Tortura:** a história da repressão política no Brasil. São Paulo: Global, 1986.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Imprensa do Brasil, 1934.

GASPARI, Elio. O fabricante de nuvens. In: GASPARI, Elio, VENTURA, Zuenir, HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Cultura em trânsito:** da repressão à abertura. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=_sE5vyLsEyY&NR=1>. Acesso em: 20 jun. 2008.

GÓES Monteiro. Disponível em:

<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_goesmonteiro.htm>. Acesso em: 12 mai. 2009.

HISTÓRICO. Exército Brasileiro/Ministério da Defesa. Disponível em:

<http://www.bibliex.com.br/principal/sobre_bibliex/sobre.htm>. Acesso em: 25 fev. 2009.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**.

Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LEPARGNEUR, Hubert. **A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na História**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1977.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância**: segundo tratado sobre o governo - Ensaio acerca do entendimento humano. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAINWARING, Scott; KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja nas bases em tempo de transição (1975 – 1985)**. São Paulo: L&M, 1986.

MANIFESTO dos Coronéis. Arquivo Getúlio Vargas/ GV c1954.02.20-5/CPDOC. Rio de Janeiro, fev. 1954.

MARCHA da Família com Deus pela Liberdade. In: ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Textos básicos de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MARTINS, Roberto. **A segurança nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: história do exército brasileiro, 1889-1937. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MONIZ, Edmundo. **A lei de segurança nacional e a justiça militar**. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1937.

MOREL, Edmar. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord. Geral). **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. Tomo 1.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003. Tomo 2.

_____. **1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, Tomo 3.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. 2. ed. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 1978.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 visões do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

NIETZSCHE, W. Friedrich. **O anticristo: ensaio de uma crítica do cristianismo**. [S.l.]: Virtual Books, 2009. Disponível em: <<http://dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2009.

O DIP e sua atuação (1939-1945). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em: 12 mai. 2009.

O POVO brasileiro pode confiar na ação do Governo da República. **Diário de Pernambuco**, Recife, n. 279, 29 nov. 1935.

PANTEÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2006.

PASSARINHO, Jarbas. Réquiem em vez de ação de graças. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 03 dez. 2002. Caderno A, p. 2.

PARKER, Phyllis R. **1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março**. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PENHA, João da. **O que é existencialismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRESTES lembra a longa marcha da coluna. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 02 jul. 1978.

PROJETO ORVIL, Brasília, 1986.

REVOLUÇÃO Biogenética. Disponível em:
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/revolucao_biogenetica4.htm>.
Acesso em: 01 out. 2008.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: UEL, 2001.

RODOLFO Bernadelli. In: **Wikipédia**, a enciclopédia livre. Disponível em:
<<http:pt.wikipedia.org/wiki>>. Acesso em: 01 out. 2008.

SADER, Emir Simão. **A crise hegemônica e sua ideologia: teorias do Estado brasileiro durante o regime militar**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1990.

SCHULZ, John. **O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVEIRA, Ênio. A resistência no plano da cultura. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 visões do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964 visões do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: UNICAMP, 1997.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Biografando o Duque de Caxias: notas de uma pesquisa**. Disponível em:
<http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/arqs/anpuh20005/adriana_barreto_de_souza.pdf>. Acesso em 25 fev. 2009.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba n. 2, jun./1994.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985. (Cadernos de Educação Política).

USTRA, Cel. Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**: Brasília: Editerra Editorial, 1987.

VALLS, Alvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VAZ, Henrique C. de Lima. **Escritos de Filosofia II: ética e cultura**. São Paulo: Loyola, 1988.

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. **Ética**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. São Paulo: Unb, 2004.

WORTMEYER, Daniela Schmitz. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional**: um estudo da formação de oficiais do Exército. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

ANEXO A – TENENTES INTEGRANTES DA COLUNA PRESTES



Tenentes integrantes da Coluna Prestes: Djalma Dutra, Siqueira Campos, Luis Carlos Prestes, Miguel Costa, Juarez Távora, João Alberto e Cordeiro de Farias (sentados da esq. p/ dir.), 1925.

Fonte: CPDOC/Arquivo Italo Landucci/ILAFOTO006_5.

ANEXO B – CLUBE 3 DE OUTUBRO

Membros do Clube 3 de Outubro. Rio de Janeiro, 22 fev. 1932.
Fonte: CPDOC/Arquivo Augusto do Amaral Peixoto/AAPFOTO009

CO/Prof. - Venc.

CLUBE 3 DE OUTUBRO

Nº 1	- Pedro Ernesto Baptista - Profissão Médico - Vencim ^{to}	3:600\$00
2	- Pedro Aurelio de Góes Monteiro - Corel Exército	"
3	- Hercolino Cascardo - Cap. Tenente -	
4	- Oswaldo Aranha - Adv. - Min. Fazenda ::::.....	6:000\$00
5	- Themastocles Brandão Cavalcanti - Adv. Procurador Especial Junta de Sanções	5:000\$00
6	- Hugo Napoleão do Rego - Adv. Dep. Federal Piauhy	
7	- Augusto do Amaral Peixoto - Cap. Tenente -	
8	- Abel Chermont - Adv. Senador Pará - Membro Junta Gov. Pará 1930 -	
9	- Aldo de Sá Brito Souza - Cap. Tenente -	Vencimentos 1:500\$00
10	- Juarez do M.F. Tavors - Militar -	
11	- Extraviado	
12	- Stenio Caio de Albuquerque Lima - Of. Exército - Cap.	1:500\$00
13/14	- Extraviados	
15	- Epaminondas Gomes dos Santos - Aviador Naval -	
16	- Frederico Christiano Buys - Of. Exército - Cap.	1:500\$00
17	- Jaire Jair de Albuquerque Lima - Of. Exerc. Cap.	1:500\$00
18	- Extraviado	
19	- Julio L ^a meira da Silva - Of. Exército - Cap.	1:500\$00
20	- Franc ^o . Vicente Bulcão Vianna - Of. Armada - Cap. Ten.	1:500\$00
21	- Manoel Ary da Silva Pires - Of. Ex.	
22	- Julio Santiago - Func. Banco Brasil -	850\$00
23	- Jones Gonçalves da Rocha - Médico -	1:500\$00
24/25/26/27/28	- Extraviados	
29	- Onesimo Becher de Araujo - Of. Exército -	
30	- Alfredo Pimenta Gnone - Comerciarío - Contador -	1:500\$00
31	- Braulio Gouvêa - Av. Militar - Naval -	
32	- Napoleão de Alencastro Guimaraes - 1 ^a Ten. Ex. Posic. Ec. - Prompto -	
33	- Ernani do Amaral Peixoto - 1 ^a Ten. Marinha -	
34	- Manuel Leite Sampaio - Industrial -	
35	- Adolpho Cardozo de Alenc. Guimaraes - Func. Público -	
36	- Extraviado	
37	- Ray da Cruz Almeida - 1 ^a Ten. Exército -	
38 / 39 / 40	- Extraviados	
41	- Armando Chermont - Fazendeiro -	
42	- José Rocha Ribas - Dentista e Industrial	

Relação (parcial) dos membros do Clube 3 de Outubro.

Fonte: CPDOC/Arquivo Clube 3 de Outubro

~~X~~

CLUBE 3 DE OUTUBRO

ORIENTAÇÃO POLITICA QUE DEVE TER O CLUB, DE ACCORDO COM
O PARECER DA COMISSÃO NOMEADA PARA ESTUDAR O ASSUMPTO.

1

Combate ao profissionalismo politico, comprehendida essa expressao em sentido pejorativo, isto e, a industria politica, sem principios, sem ideaes vivendo de transaccoes subalternas.

2

Sob o ponto de vista politico, a permanencia da dictadura tanto quanto se torne necessario para a realisacao da obra revolucionaria. (Reforma da Administracao, reforma da Justica, e especialmente da Machina eleitoral).

3

Na hypothese da falta absoluta de forza politica e material para a manutencao da dictadura, trabalho intenso para a organizacao de uma constituinte genuinamente revolucionaria.

4

Acceptacao em ultimo caso da constituinte, desde que se torne necessaria para a realisacao da obra revolucionaria e, ainda assim, tentar estabelecer por um periodo relativamente longo, uma dictadura constitucional que possa, com mais liberdade, realizar o programma revolucionario.

5

Sob o ponto de vista politico, ainda aceitar de preferencia os systemas politicos racionais, dentro das novas realidades politicas e sociais.

6

Fugir ao empirismo do actual systema representativo, preferindo a representacao de classe e interesses, conciliando, assim o suffragio universal com o senso alto e ligando o trabalho a estrutura politica do pais.

7

Sob o ponto de vista social o maximo de reivindicacoes, desde que não attingam em ponto sensivel, a estrutura geral da sociedade actual, muito especialmente das classes sociais.

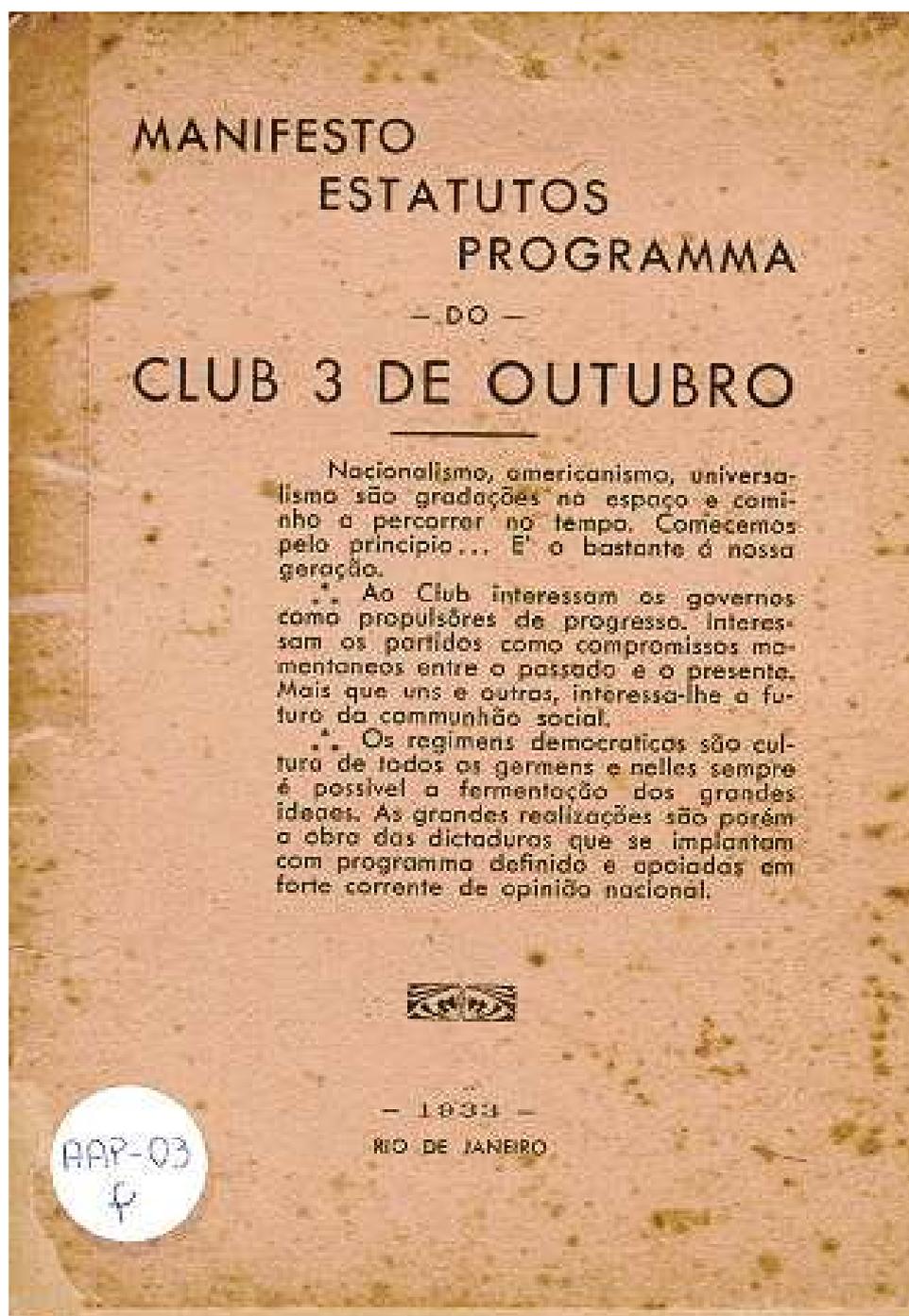
Este assumpto sera debatido na proxima sessao. (Dia 28 de Maio de 1931.)

A DIRECTORIA

Secreto

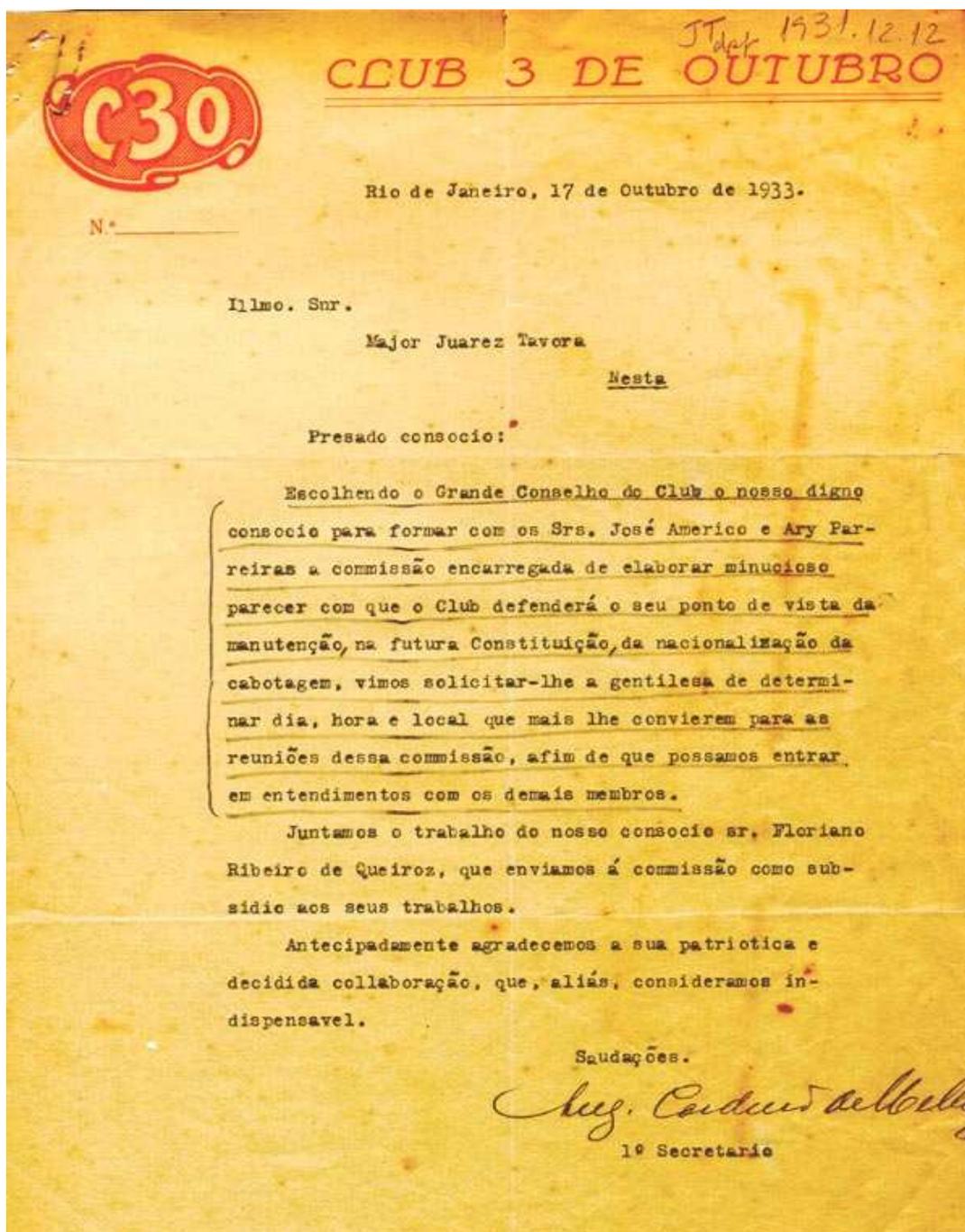
Exposição da Diretoria do Clube 3 de Outubro sobre a orientação política que deve ser adotada.

Fonte: CPDOC/Arquivo Augusto do Amaral Peixoto.



Estatuto/programa do Clube 3 de Outubro.

Fonte: CPDOC/Arquivo Augusto do Amaral Peixoto



Ofício do Clube 3 de Outubro ao Major Juarez Távora. Rio de Janeiro, 17 out. 1933.
Fonte: CPDOC/Arquivo Juarez Távora

ANEXO C – GETÚLIO VARGAS E GÓES MONTEIRO

O presidente Getúlio Vargas e Góes Monteiro, Ministro da Guerra (ao fundo de uniforme escuro). Rio de Janeiro (DF), 2 ago. 1934.
Fonte: CPDOC/Arquivo Getúlio Vargas/OAFOTO130.

ANEXO D – MANIFESTO DOS CORONÉIS

60.54.02.20/5

SECRETO.

A S.Excia o Sr. General MINISTRO DA GUERRA
Aos Exmos. Srs. Generais Chefe do EME,
Chefes do DTP e do DGA, Comandantes de Zona Militares.

Oficiais superiores que se julgam credenciados por todo o seu passado militar, sentem-se no iniludível dever moral, por lealdade aos Chefes e consciência de suas próprias responsabilidades perante os subordinados, de submeter à consideração do Alto Comando a presente exposição dos graves problemas com que se defronta o Exército nesta hora de sérias apreensões.

O descontentamento e as inquietações que lavram entre os quadros permanentes e semi-permanentes, sobretudo nos postos menos elevados, estão a criar perigoso ambiente de intranquilidade, agravado pelo enfraquecimento da confiança nos Chefes, que já se esboça e amplia. O desestímulo e o conseqüente arrefecimento do entusiasmo pelos deveres profissionais ameaçam de estagnação duradoura a máquina militar, entorpecida em sua eficiência pela deterioração das condições materiais e morais indispensáveis a seu pleno funcionamento. Prenuncia-se indistarcável crise de autoridade, capaz de solapar a coesão da classe militar, deixando-a inerte às manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem e usufrutuários da intranquilidade pública. E, com o comunismo solerte sempre à espreita, serão os próprios quadros institucionais da Nação ameaçados, talvez, de subversão violenta.

Urge, pois, se promova decidida campanha de recuperação e saneamento no seio das classes armadas. E é para apoiar tal campanha - cujos fins imediatos visarão, por certo, a revigorar o respeito ao princípio de autoridade e aos sadios postulados da disciplina - que reafirmamos aos altos Chefes responsáveis o nosso firme propósito de secundá-los, por todos os meios a nosso alcance, na restauração dos elevados padrões de eficiência, de moralidade, de ardor profissional e dedicação patriótica que, em todos os tempos, asseguraram ao Exército respeito e prestígio na comunidade nacional.

2.

Estamos certos de que, para garantir, de início, o clima espiritual indispensável à realização de um amplo e fecundo programa, bastará, com medidas efetivas e imediatas, seja dado público testemunho, cabal e positivo, da firme decisão de solucionar os sérios problemas - causas profundas e reais da crise que já se delineia e seria erro ou imprevidência não querer enxergar.

É bem verdade que, dentre êsses problemas todos - sob o ponto de vista de segurança nacional - um dos mais sérios é o do aparelhamento real do Exército para o cumprimento, a qualquer instante, das inclináveis missões que lhe cabem. Generaliza-se - triste é confessá-lo - o sentimento de que temos mesmo involuído quanto à preparação dos quadros e da tropa, assistência aos conscritos, manutenção e renovação do equipamento militar. E tal sentimento, aliado à consciência do quanto já pesam as instituições armadas no orçamento minguado de uma nação ainda pobre, tem servido para motivar o mais sério desalento, ainda mais ressentido ante o surpreendente dos vultosos fundos atribuídos largamente a outras Forças Armadas, fora de qualquer planejamento equilibrado e de conjunto.

A inadequação e precariedade das instalações em todo o território nacional, quartéis insuficientes, velhos ou de empréstimo, ausência de depósitos até mesmo com risco de segurança de vidas, deficiência e desaparelhamento dos hospitais, o pouco que ainda temos - se excetuadas luxuosas construções do Serviço de Intendência - condensado à ruína pela exiguidade dos recursos atribuídos à sua conservação; fardamento das praças comprovadamente inadequado, equipamento bélico em grande parte obsoleto, material moto-mecanizado a deteriorar-se por falta de meios indispensáveis à sua manutenção racional, inexistência de material de comunicações até mesmo nas unidades especializadas; a tropa mal assistida e pior enquadrada, devido à crônica escassez de quadros substitutos e de monitores, e com sua instrução prejudicada por dificuldades de toda a ordem, inclusive a já quase irremediável carência de terrenos apropriados aos exercícios de campanha; agravado, dia a dia, o problema do recrutamento de graduados e especialistas; relegado a pla

3.

no secundário o aperfeiçoamento profissional dos quadros; estimulado o êxodo de oficiais para fora das unidades de tropa e sobrecarregadas a cadeia de comando e a administração por uma plethora de órgãos de atribuições mal delimitadas - tais os sintomas e índices mais alarmantes do grau de despreparo a que atualmente chegamos. É bem verdade que para tanto concorreu uma lamentável conjuntura de circunstâncias, fazendo com que, ao acelerar-se, embora desordenadamente, o ritmo de desenvolvimento do país, acarretando profundas transformações na ordem social e econômica ao impacto da dinâmica convivência mundial, menos pudesse o Exército, à míngua de recursos e consciente das dificuldades financeiras que vem atormentando a Nação, aparelhar-se à altura de suas novas, mais amplas e mais complexas responsabilidades. E nos deixamos ficar retardatários em meio ao progresso do país.

Vasto e demorado só poderá ser, porém, um programa de empreendimentos que vise à recuperação do tempo perdido, alcançando o Exército ao nível de eficiência e preparação que dêle estão a exigir os altos imperativos da segurança nacional. Ora, para tanto, o que mais importa no momento é restabelecer a coesão do conjunto, reforçar os laços de disciplina e de confiança mútua, dar remédio justo aos anseios bem motivados, às preocupações bem fundamentadas, ao descontentamento bem justificado, robustecendo a classe contra tendências desagregadoras de qualquer natureza. E tanto mais urge fazê-lo quanto a ameaça sempre presente da infiltração de perniciosas ideologias anti-democráticas ou do espírito de partidarismo político, semeador de intranquilidade e conflitos, cada vez mais avulta na hora presente, estimulada ao calor das paixões e das ambições sempre exacerbadas em períodos pré-eleitorais.

Sem dúvida, o que mais está a alastrar o desânimo e o descontentamento entre os jovens oficiais, não é tanto a falta de perspectivas mais amplas de carreira que leis e mais leis de onerosas reestruturacões nunca poderao assegurar, se não apoiadas em rigoroso e justo processo de rejuvenescimento dos quadros, que tanto tarda entre nos; mas,

4.

sobretudo, a chocante e injustificável disparidade de acesso entre as diversas Armas e Serviços que dia a dia se agrava, com as mais danosas repercussões para a coesão e moral do corpo de oficiais, sem que providências efetivas sejam tomadas para eliminá-la de vez ou, pelo menos, atenuá-la a limites toleráveis. Daí a descrença, prenunciadora de graves tensões, que vai assaltando o espírito da oficialidade jovem, não mais convicta de encontrar em seus chefes, mesmo naqueles que mais de perto podem sentir-lhe os problemas, os defensores serenos mas intransigentes de suas justas aspirações.

E, por outro lado, é a inflação desmesurada dos altos postos que está a traduzir-se em perigoso desprestígio da autoridade - o excesso dos quadros superiores numa estrutura que, por modesta, não lhes pode oferecer, a todos, funções compatíveis com a sua hierarquia, acarretando perda de eficiência do conjunto, propiciando o ocioso remunerado e oferecendo, assim, lamentável exemplo aos olhos de todos os subordinados. Ressente-se com isso a solidez de toda a estrutura militar, afetada simultaneamente no princípio da autoridade e nos laços de confiança que fundamentam a disciplina consciente, como se não bastasse ainda o espetáculo pouco salutar das carreiras vertiginosamente feitas na reserva, a coberto de leis em extremo generosas que multiplicam e barateiam os postos máximos da hierarquia, com desprezo até das mais elementares restrições vigentes para o acesso na atividade.

Infelizmente, não são apenas essas as causas principais da intranquilidade e descontentamento que se vão difundindo por todo o Exército.

A emigração de militares para cargos civis sempre melhor remunerados, onde, dissociados dos interesses profissionais e dos problemas de sua classe, nem sempre se podem conservar imunes às intrigas da política partidária e ficar inteiramente a salvo da onda de corrupção administrativa que acende escândalos nas manchetes dos jornais - de tudo isso advindo incalculáveis prejuízos ao prestígio das Forças Armadas - cada vez mais inquieta os que preferem se dedicar inteiramente aos afazeres profissionais, principalmente porque aquelas funções, consideradas com grande liberalidade como de interesse militar, habilitam seus detentores a

D.

concorrer às promoções e comissões diversas como se permanecessem no serviço das armas, aproveitando-de, ademais, muitos dêles de tão singular situação para auferirem vantagens, ora de ordem militar, ora de caráter político.

O clima de negociatas, desfalques e malversação de verbas que infelizmente vem, nos últimos tempos, envolvendo o país e até mesmo o Exército, está, por outro lado, a exigir se oponham sólidas barreiras que lhe detenham o transbordamento dentro das classes armadas, cujo padrão de honestidade e decôro administrativo, acima das mais leves suspeitas ou críticas, só se poderá manter se, além de rigorosas normas de administração e contrôle, vigorar alerta um espírito coletivo de decidida contenção e repulsa contra quaisquer desmandos ou falências morais, sobretudo na gestão dos dinheiros públicos.

A falta de aparelhamento eficiente dos órgãos de assitência social, reconhecidamente incapazes de atender às necessidades dos militares e suas famílias, com presteza, reais facilidades e nas condições vantajosas que dêles seria justo esperar, vem crescendo as dificuldades de vida com que lutam, principalmente, os oficiais subalternos, subtenentes e sargentos, distraídos de suas tarefas e perturbados no cumprimento de seus deveres profissionais pelas múltiplas preocupações que decorrem da obrigação moral de assistir a seus familiares na satisfação das mais elementares necessidades de subsistência. E não fôra tão grave e premente êsse problema se não assistíssemos à compressão cada dia maior do padrão de vencimentos militares ante a espiral inflacionária dos preços e se, ademais, não perdurasse, flagrante e acabrunhadora, eterna disparidade em relação ao pessoal das outras Forças Armadas que tem asseguradas, onde quer que seja, condições de vida muitíssima superiores.

Sabido é que em tôdas as guarnições, embora em escala variável, lutam os militares de terra com dificuldades cada vez maiores para a manutenção de um padrão de vida compatível com sua posição social. Ante as reconhecidas aperturas do erário público, importaria isso nada mais do que num sacrifício maior a que, de espírito alevantado, se sujeitariam

6.

todos, não estivessem agora outros problemas de muito maior profundidade, tais como os apontados anteriormente, a disseminar perniciosamente a onda de cepticismo utilitarista e a corroer a crença nos altos valores morais que são, de fato, o sustentáculo das instituições armadas.

Perigosas só poderão ser hoje, portanto, nos meios militares, as repercussões que já se pressentem e anunciam, de leis ou decisões governamentais que, beneficiando certas classes ou grupos, acarretarão pronunciado aumento do custo já insuportável de tôdas as utilidades. A fixação de altos padrões de vencimentos para os funcionários diplomados em cursos superiores - vencimentos que se duplicarão ao cabo de alguns quinquênios - caso não promova injustificável disparidade entre militares e civis, só poderá, através de emendas apressadas introduzidas nas Casas do Congresso sem maior exame de tôdas as suas consequências, redundar em outra série de males e desníveis dentro da própria classe militar. E a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atinjará o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, estancando qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores.

Ante a gravidade da situação que se está a criar para breve, impõe-se alerta corajosa, pois não se poderá prever que grau de dissociação serão capazes de gerar, no organismo militar, as causas múltiplas de tensões que, dia a dia, se acumulam.

E é, preocupados e justamente alarmados ante perspectivas tão sombrias, que nos animamos a trazer aos altos Chefes responsáveis, leal e francamente, esta exposição, a nosso ver, fidedigna do ambiente em que, na hora presente, se debate o Exército, cujos quadros só devem aspirar vê-lo reintegrado na antiga tradição de austeridade, de eficiência, coesão e consciência profissional que dêle sempre fizeram o baluarte e o guardião da nacionalidade brasileira.

Rio de Janeiro, de fevereiro de 1954.

Manifesto dos Coronéis. Rio de Janeiro, fev. 1954.

Fonte: Arquivo Getúlio Vargas / GV c 1954.02.20-5 / CPDOC

ANEXO E – ENTREGA DOS PERTENCES DE CAXIAS AO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO



Cerimônia de entrega de pertences de Duque de Caxias ao Ministério do Exército.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército



Cerimônia de entrega dos pertences de Duque de Caxias ao Ministério do Exército.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

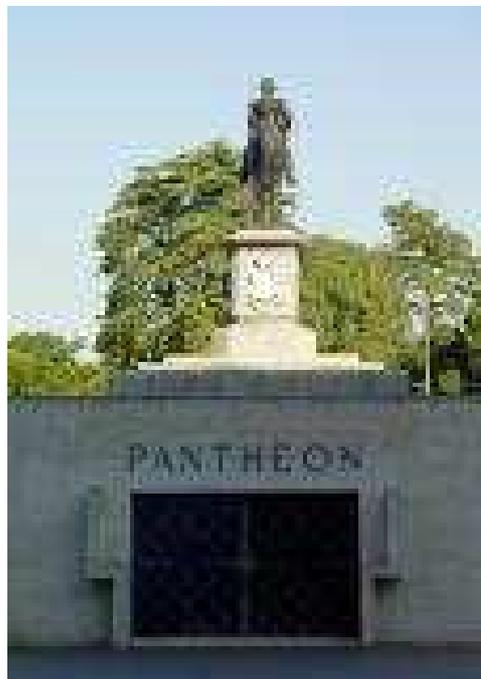


Cerimônia de entrega da escrivania de Duque de Caxias ao Ministério do Exército.
Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército



Cerimônia de entrega dos pertences de Duque de Caxias ao Ministério do Exército.
Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO F – PANTHEON DE CAXIAS



Pantheon de Caxias

Fonte:

<http://www.pbase.com/andremendonca/ministeriodoexercitoepantheoncaxias>

ANEXO G – TRANSLADO DOS DESPOJOS DE CAXIAS



Cerimônia de translado dos despojos de Caxias e sua esposa.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército



Carro usado para o translado dos despojos de Caxias e sua esposa.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO H – EXUMAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE CAXIAS



Exumação dos restos mortais de Caxias

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército



Exumação dos restos mortais de Caxias

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO I – MISSA SOLENE



Missa solene com as caixetas contendo os restos mortais de Caxias e de sua esposa.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército



Missa solene com as caixetas contendo os restos mortais de Caxias e de sua esposa.

Fonte: sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO J – CHEGADA DOS DESPOJOS AO PANTHEON



Chegada dos despojos de Caxias e sua esposa no Pantheon.

Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO K – INTERIOR DO PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS

Sala do antigo Ministério da Guerra; ao fundo a pintura de Miranda Júnior.
Fonte: Sala de iconografias da Divisão de História do Arquivo Histórico do Exército

ANEXO L – REVOLUÇÃO DE 32



Tropas legalistas. São Paulo, 1932.

Fonte: CPDOC/Arquivo Cristóvão Barcelos/CrBFOTO001_4

ANEXO M – LEI Nº 785, DE 20 DE AGOSTO DE 1949**Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada a Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.

Art. 2º A Escola Superior de Guerra funcionará como centro permanente de estudos e pesquisas e ministrará os cursos

que, nos termos do artigo 4º, forem instituídos pelo Poder Executivo

Art. 3º A Escola Superior de Guerra terá os seguintes órgãos:

I - Direção;

II - Junta Consultiva;

III - Departamento de Estudos;

IV - Departamento de Administração

Art. 4º O Poder Executivo baixará o regulamento da Escola Superior de Guerra, que estabelecerá as normas para o seu perfeito funcionamento, dispondo especialmente sobre a composição dos órgãos enumerados no artigo anterior e estrutura dos quadros de administração e de instrutores, os cursos que o mesmo Poder julgar necessários, as condições de matrícula em cada um deles e os contratos com os consultores e conferencistas, respeitados os limites dos créditos legais.

Art. 5º Terão ingresso na Escola oficiais de comprovada experiência e aptidão, pertencentes às forças Armadas, e civis de notável competência e atuação relevante na orientação e execução da política nacional.

Art. 6º A Junta Consultiva será constituída de eminentes personalidades, civis ou militares, do ensino superior, ou de notável projeção na vida pública do país.

Parágrafo único. A colaboração dos membros da Junta Consultiva com a direção da Escola será considerada serviço relevante prestado à nação.

Art. 7º A Escola Superior de Guerra constará, para auxiliarem nos serviços administrativos, com servidores civis ou militares, requisitados aos Ministérios, e com pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 8º Os oficiais das forças Armadas, quando em serviço na Escola Superior de Guerra, em funções administrativas ou de ensino, ou quando alunos, serão considerados em comissão militar, sem aumento dos quadros a que pertencerem.

ANEXO N – DEPOIMENTO DE CORDEIRO DE FARIAS

ANTECEDENTES DA ANTI-REVOLUÇÃO DE 1964

(31 DE MARÇO)

Em 24 de agosto de 1961, sendo eu Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, estava em Brasília numa reunião com os então Ministros da Marinha e Aeronáutica. Tal encontro se passava no Gabinete do Ministro da Justiça Pedroso Horta e sua finalidade era ultimar em definitivo o problema da Aviação embarcada no navio Minas Gerais e, após, assentar o cerimonial a ser executado nos primeiros dias de setembro naquele navio, quando da visita ao Brasil do Presidente do Uruguai. O Presidente Jânio Quadros desejava com seu colega do Uruguai assistir aos primeiros exercícios dos pilotos da Aeronáutica já embarcados e alojados no Minas Gerais, como demonstração de compreensão entre as duas forças irmãs. Tal reunião terminou depois das 19 horas. Pelo telefone conversamos Pedroso Horta e eu com o Presidente Jânio Quadros e o colocamos detalhadamente a par de tudo quanto havia sido assentado naquele encontro. O dia seguinte - 25 de agosto, era consagrado ao Exército (nascimento de Caspary) e o Presidente desejava fazer pela primeira vez, o cerimonial militar devido em Brasília. No que me diz respeito, estava eu encarregado de dirigir no Rio idêntica cerimônia. Para isso parti de avião militar pelas 21 horas, tendo ouvido ao chegar ao Rio, pelo rádio, o que dizia Carlos de Lacerda sobre o Governo e a pessoa de Jânio Quadros.

Em Brasília e no Rio, sem alterações, penso eu, foram cumpridos os programas estabelecidos.

De volta ao Palácio, é impressão minha, que só aí é que Jânio Quadros toma conhecimento da fala de Carlos Lacerda e em consequência, sem ouvir ninguém, dado seu temperamento, escreve para enviar ao Congresso, o seu pedido de renúncia. Tal decisão é por ele comunicada em Brasília aos seus auxiliares mais próximos. Aqui no Rio, só tomei conhecimento do que se passava na Capital, depois das 11 horas. Na tarde de 25, o Congresso aceita a renúncia de Jânio.

Aqui me reuni com os Chefes de Estado Maior das três Forças Singulares e assentamos junto as providências a tomar. Transporte-me, assim que possível, para Brasília onde num dia inteiro, tentei sentir, sem nenhum sucesso, o quadro político. Tudo era confusão e o dia de amanhã era uma verdadeira incógnita.

Voltando ao Rio, encontrei-me no aeroporto com Afonso Arinos de M. Franco. Conversamos longamente. Sua opinião era que a solução mais fácil

IV-4

para ser tomada de imediato era a adoção do parlamentarismo. Desejava, porém, saber o ponto de vista dos elementos militares, principalmente o dos três Ministros. Disse-lhe, com franqueza, tudo que sabia e pensava e afirmei-lhe que considerava pelo menos uma boa solução provisória - a idéia que me trazia. Afirmei-lhe mais, que imediatamente iria avisar para Brasília sua ida e suas intenções. No próprio avião em que vim , seguiu Afonso Arinos.

Os dias que se seguiram foram muito agitados. O sucessor de Jânio era João Goulart que estava fora do Brasil, em visita oficiosa à China. De Brasília era ele posto a par dos acontecimentos e das questões em discussão. De sua parte apresenta ele problemas, concorda e discorda de vários pontos que lhe são levados mas termina aceitando governar com o regime parlamentarista. E vem para o Rio Grande do Sul, através da Argentina e Uruguai.

Durante esse período de negociações, o Estado Sulino se levanta a favor de Jango e é acompanhado por elementos militares aí sediados. De outra parte, algumas tropas do Rio de Janeiro e de São Paulo são enviadas para a fronteira Norte do Paraná e, de avião, são levados outros contingentes do Exército para reforçar a tropa de Santa Catarina, para evitar qualquer ação de força vinda do Sul ou do Paraná, aliado agora ao Rio Grande.

Elementos da Aeronáutica vigiam constantemente toda a região sublevada. Santa Catarina está sob o comando geral da Marinha.

Alguns oficiais do Exército, entre os quais alguns de graduação alta , saem clandestinamente do Rio para se juntarem ao Rio Grande.

Durante essa época, sou nomeado Comandante do 3º Exército (tropas estacionadas no Sul do Brasil), mas permanecendo com a função que até então exercia - a Chefia do EMFA.

[Cordeiro de Farias]

Depoimento de Cordeiro de Farias sobre a Crise de 61.

Fonte: CPDOC/Arquivo Cordeiro de Farias CFa1923.07.16 IV

ANEXO O – CARTA DO PROF. DR. PACHECO SILVA

UC: 63.04.09
9

CLÍNICA DO
Prof. Dr. A. C. Pacheco e Silva 2
CATEDRÁTICO DE CLÍNICA PSQUIÁTRICA NA FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E NA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
Inscrição n. 15 no C. R. M.
CONSULTÓRIO: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 388 — 4.º Andar — Telefone: 32-0669

S. Paulo, 27 de Fevereiro de 1964

Meu caro General Ulhôa Cintra,

Cordial abraço.

Extremamente sobrecarregado por múltiplos afazeres, nesta fase inicial dos cursos da Faculdade e por outras obrigações inadiáveis, só hoje posso responder e agradecer a sua amável carta, bem como a remessa de um exemplar do "Pouflet".

Fiquei realmente impressionado com a leitura deste jornal, que diz bem da mentalidade e dos propósitos dos seus dirigentes. Continuo, como sempre, muito preocupado com o andamento do processo subversivo, em marcha no Brasil, entretanto, tenho a impressão de que há, agora, maior consciência do perigo. Percebe-se em toda a parte, e nas mais diversas camadas sociais, uma reação que se desenha cada vez maior, fato que se não observava, ainda há bem pouco tempo, o que é animador.

Sigo no próximo dia 29 para a Europa, a convite de um grupo de colegas franceses, afim de participar de um Simpósio de Terapêutica Psiquiátrica. Quisera não me ausentar do Brasil neste momento, que considero sobretudo delicado, entretanto, o convite me foi dirigido em tais termos, que não pude declinar. A minha viagem será breve, de duas a três semanas, no máximo.

Carta do Prof. Dr. Pacheco Silva ao Gal. Ulhôa Cintra, sobre a urgência em se 'defender a democracia em perigo'. 27/02/1964.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)